

Aspectos
HISTÓRICO–SOCIAIS
de Jaraguá



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Aspectos
HISTÓRICO–SOCIAIS
de Jaraguá

Anápolis, GO
Universidade Estadual de Goiás
2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Endereço:BR-153 – Quadra Área
75.132-903 – Anápolis – GO

GERÊNCIA DE PESQUISA

Coordenação de Projetos e Publicações

Coordenação editorial: Carla Conti de Freitas

Revisão: Thalita Gabriele Lacerda Ribeiro

Projeto gráfico: Adriana da Costa Almeida

Organização: Profª Drª Lúcia Freitas

Conselho editorial: Eliane Carolina de Oliveira - UFG
Francisco José Quaresma de Figueiredo – UFG
Georgina Helena Lima Nunes – UFPel
Gilberto Ferreira da Silva – Unilasalle
Goandira Ortiz – UFG
Joana Peixoto – PUC-Goiás
Newton Freire Murce Filho – UFG
Silvana Matias Freire – UFG
Sonia Maria dos Santos Marques – UNIOEST

Catálogo na Fonte

Biblioteca UnUCET-Universidade Estadual de Goiás
Bibliotecária Betânia Fernandes Dourado – CRB 2.261

A839

Aspectos histórico-sociais de Jaraguá / Lucia Freitas, organizadora. - Anápolis:
Universidade Estadual de Goiás, 2012.

260 p.

ISBN: 978-85-63192-47-9

1. História de Jaraguá, GO. 2. Arquitetura religiosa do século XVIII - Jaraguá,
GO. 3. Confeção - Trabalho e saúde - Jaraguá, GO. 4. Mulher - Violência. 5.
Arqueologia - Jaraguá, GO. 6. Linguística - História - Idosos- Jaraguá, GO - I.
Freitas, Lucia (org.). II. Título.

CDU 94(817.3)

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia. A violação dos Direitos Autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil, 2012

Nota da Organizadora

O presente livro é mais uma produção resultante do grupo de pesquisa da UEG Unidade de Jaraguá intitulado “Grupo de Pesquisas de Jaraguá”. A primeira obra, da mesma natureza da atual, foi lançada em 2005, quando então o grupo se chamava “Grupo de Pesquisa de Jaraguá: Educação, Memória e Identidade”. O mesmo foi criado em 2003 com o intuito de implementar a área de pesquisa da Unidade, visando prioritariamente beneficiar o curso de Pedagogia. No momento, o grupo abriu-se para outras áreas e contempla em suas linhas de pesquisa temas de interesse geral da região. Não obstante, devido ao perfil acadêmico das pesquisadoras que o compõem, os temas centrais têm-se concentrado em torno de questões histórico-sociais do município e, mais recentemente, sobre aspectos relacionados aos estudos de gênero.

A obra atual revela uma segunda etapa na produção do grupo e reúne sete capítulos de pesquisadoras que atuam na própria UEG, bem como em outras instituições de renome nacional como UFG, UnB e PUC-Goiás. Todos os capítulos são resultado de estudos realizados pelas autoras para suas dissertações de mestrado ou doutorado ou tratam-

-se de resultados de pesquisas com financiamento de instituições como CNPq. Aqui, permanecem três pesquisadoras que constituíram o grupo em sua primeira formação, Dulce Madalena Rios Pedroso, Daura Rios Pedroso Hamú e eu mesma, Lúcia Freitas, novamente na condição de organizadora e co-autora de um dos textos. As pesquisadoras Margareth Souza, Ester Ferreira, Maria Suelí de Aguiar, Lorena Sulino, Kamylla Pereira Borges e Veralúcia Pinheiro representam a nova formação do grupo e compõem a obra atual com trabalhos que captam aspectos histórico-sociais de Jaraguá como sua fundação, arquitetura colonial, linguagem oral e artística, trabalho, saúde e relações de gênero.

Espera-se que a presente obra cumpra com seus objetivos de se prestar como um referencial acadêmico-científico para o contexto local e subsidie o conhecimento goiano e jaraguense, bem como novas pesquisas.

Lúcia Freitas

Sumário

PARTE I

ASPECTOS HISTÓRICOS: AS ORIGENS

História e Memória: debate sobre a construção histórica da origem e fundação de Jaraguá-GO	12
Como se articulam a abordagem teórica e a pesquisa histórica?	17
Quem foi Manoel Rodrigues Thomaz?	20
Breve relato sobre o povoamento em Jaraguá	22
Hipóteses preliminares.	24
Sítio Arqueológico São Januário e a Capela de São Januário.	30
Arqueologia Histórica: uma breve definição.	32
Sítio arqueológico Histórico São Januário: localização e delimitações .	35
Sistema Construtivo	39
O material coletado: fragmentos de pratos, potes, panelas, telhas e cachimbo.	40
O espaço construído nas áreas rurais	44
nos séculos XVIII e XIX	44
O contexto do sítio arqueológico histórico	45
São Januário.	45
Considerações Finais	51

PARTE II

ASPECTOS CULTURAIS: LINGUAGEM, ARTE E ARQUITETURA

O português falado por idosos de Jaraguá-Goiás: cartografias, história e cultura	56
1 Cartografias metodológicas: coleta de dados	61
2 Cartografias culturais: tradição, fé e religiosidade	63
3 Cartografias reflexivas: língua e cultura.	67
4 Cartografias linguísticas: origens históricas e culturais da fala da comunidade idosa de Jaraguá.	69
4.1 iscaniciá ~ escarnicar	71
4.2 piiguntaçu ~ perguntação (pergunta+cão)	72

4.3	infruença ~ influência	72
4.4	incuntiu ~ incutiu	73
4.5	rega ~ regra	74
4.6	sipituca ~ sapituca	75
4.7	macumbaria ~ macumba (macumba+ria)	76
4.8	massera ~ masseira	77
4.9	suoli ~ suor	78
4.10	discabriadu ~ descabreado ~ escabreado	78
4.11	dizinxavidu ~ desenxabido	79
4.12	ingambelá ~ engambelar	80
4.13	sarampantadu ~ sarampantado ~ espantado	81
4.14	furupa	82
4.15	jariema ~ sariema ~ seriema	83
4.16	fuxiqueru ~ fuxiqueiro	84
4.17	basu ~ bálsamo	85
4.18	tapui ~ tapuia	86
4.19	impaiolava ~ empaiolávamos	87
4.20	sumitéru ~ cemitério	89
4.21	capa du zói ~ capa do olho	90
4.22	negóçu antigo ~ negócio antigo	90
4.23	decê u pau ~ descer o pau	91
4.24	adubu qui tá ponu nu povu ~ adubo que está pondo no povo	92
4.25	teinada dus revoitosu ~ ternada dos revoltosos	93
4.26	radulêru inebadu ~ reduleiro enebado	94
4.27	treim possu ~ trem posto	96
4.28	água insaloba ~ água saloba ~ água salobra	97
4.29	dá uma dimãu ~ dar uma mão	99
	Notas finais	100

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre 104

1	Teto do hall de entrada (original e réplica)	112
2	Pintura do teto da sala principal (original e restaurada)	113
3	Portas (antes e depois da restauração)	116
4	Cabideiro (antes e depois da restauração)	119
5	Arquibanco (permanece no Casarão)	120
6	Escrivaninha (pertence à família Castro Ribeiro)	123
7	Oratório (acervo da família Álvares da Silva)	125
8	Imagem de Nossa Senhora da Penha com o Menino Jesus (acervo da família Álvares da Silva)	129

9	Imagem de Nossa Senhora das Dores (acervo da família Álvares da Silva)	134
10	Crucifixo (acervo da família Álvares da Silva)	136
11	Imagem de Nossa Senhora da Penha (acervo da família Álvares da Silva)	139
12	Imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição (acervo da família Álvares da Silva)	139
13	Imagem de Santo Antônio (acervo da família Álvares da Silva)	141
14	Imagem de Santa Luzia (acervo do Museu Sacro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição)	142
	Notas	145
Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá-GO		150
	Capela de São José	155
	Igreja Nossa Senhora da Penha	160
	Igreja Nossa Senhora do Rosário	164
	Aspectos construtivos	168
	Paredes	168
	Pisos	168
	Cobertura	169
	Forro	169
	Portas e Janelas	169
	Coro e Púlpito	171
	Acessos	171
	Arco do Cruzeiro e Mesa de Comunhão:	173
	Campanário	173
	Igreja Nossa Senhora da Conceição	176
	Aspectos construtivos	178
	Paredes	178
	Pisos	179
	Cobertura	179
	Forro	179
	Portas e Janelas	179
	Coro	181
	Acessos	182
	Arco do Cruzeiro	182
	Campanário	182
	Considerações finais	184

PARTE III

ASPECTOS SOCIAIS: A CONTEMPORANEIDADE

Confecções têxteis de Jaraguá: trabalho e saúde	188
1 Confecções Têxteis e desgaste de seus trabalhadores	191
1.1 Organização do trabalho nas confecções jaraguenses	194
1.2 As confecções jaraguenses no Arranjo Produtivo Local (APL)	197
1.3 Relações de trabalho e saúde dos trabalhadores das confecções têxteis de Jaraguá	199
1.4 Perfil socioeconômico dos trabalhadores	200
2 Condições de trabalho, desgaste e dores osteomusculares	205
3 Prática de atividades físicas	211
Considerações Finais	213

Violência contra a mulher: rompendo o silêncio e a invisibilidade . 222

A pesquisa sobre a violência contra a mulher em Jaraguá	225
A violência doméstica contra a mulher e suas raízes culturais	226
Alguns números da pesquisa	229
O retrato social aproximado das vítimas e agressores	234
Idade	235
Cor	235
Profissão	236
Estado civil e tempo de convivência	236
Os tipos de agressão mais comuns	237
Violência física	237
a) Vias de fato	238
b) Agressão nua ou espancamento	238
c) Agressão instrumentalizada	240
d) Agressão mista	241
Violência psicológica	242
Violência moral	245
Violência patrimonial	246
Violência sexual	247
Os papéis desempenhados por homens e mulheres nas agressões	249
O que pensam e como atuam os agentes públicos locais	250
Considerações Finais	256

PARTE I
ASPECTOS HISTÓRICOS:
AS ORIGENS



Dulce Madalena Rios Pedroso¹

História e Memória: debate sobre a construção histórica da origem e fundação de Jaraguá-GO

1 Mestre em História, Professora de Antropologia e História de Goiás na Puc Goiás, pesquisadora e autora de artigos sobre a História de Jaraguá e história e cultura dos índios Avá-Canoeiros (GO e TO).

Este capítulo apresenta uma discussão em torno da fundação da cidade de Jaraguá – Goiás - que se deu na década de 1730 em virtude da exploração aurífera. Para referenciar tal discussão existem a documentação histórica e a memória. A primeira, apontando o descobrimento das jazidas por negros faiscadores, em 1736; e a segunda, forjada possivelmente no século XX, indicando que as lavras teriam sido descobertas e exploradas, em 1731, pelo rico mineiro português Manoel Rodrigues Tomaz, fundador de Pirenópolis. Ao longo do texto, procuro traçar considerações a respeito das interpretações que essas fontes de pesquisa propiciam bem como seus conflitos.

A cidade de Jaraguá surgiu com a exploração do ouro no século XVIII como arraial do Córrego de Jaraguá. Posteriormente, tornou-se Vila de Jaraguá, pertencendo ao Julgado de Meia Ponte (nome anterior de Pirenópolis), vindo a se emancipar em 1882. Mas criou-se uma polêmica entre estudiosos da história da cidade sobre essa relação entre o descobrimento do ouro e o início da formação do núcleo populacional que se tornou, depois, cidade de Jaraguá. Ou seja, a documentação es-

crita e a memória popular não coincidem acerca do início da exploração do ouro e o estabelecimento do antigo arraial.

A documentação histórica, bem como autores clássicos da historiografia goiana e cronistas europeus, atribuem o descobrimento do ouro em Jaraguá a negros faiscadores, em 1736 e/ou 1737. Tais autores são Custódio Pereira da Veiga (1783), Raimundo José da Cunha Mattos (1823), Luiz D'Alincourt (1816), Johann Emanuel Pohl (1821), Auguste de Saint-Hilaire (1819) e Luiz Antônio Silva e Souza (1812). Contudo, autores contemporâneos, do século XX, apontam o mineiro português Manoel Rodrigues Thomaz como o primeiro explorador daquelas minas (Zoroastro Artiaga, 1951; Jarbas Jayme, 1971; e Nelly Alves de Almeida, 1982). Esses autores escreveram a partir de informações provenientes da tradição e da memória popular dos jaraguenses.

Entretanto, acredito que essa polêmica acerca dos inícios de Jaraguá só poderá ser elucidada através do debate acadêmico em que a discussão torne-se mediada pelas categorias e noções científicas da história. É interessante observar, no estudo sobre as origens da cidade, que as fontes históricas - escrita e oral - são contraditórias. Assim sendo, como se dá a construção histórica nesta dimensão?

O debate atual da historiografia apresenta-se com uma nova forma de interpretar os fatos históricos, ou seja, com um novo paradigma. Este se caracteriza pelo momento em que se dá a ruptura da história com a exclusividade da verdade científica positivista. Isso ocorre em virtude da reabilitação da memória enquanto fonte histórica. Essa nova concepção, em que se colocou a memória no bojo do debate histórico, mostrou que existe uma infinidade de vozes e, assim, também variedades de leituras possíveis sobre o passado. A ênfase recai na interpretação do sentido das palavras, a hermenêutica, assim como no estudo da memória a interpretação do passado. Durante a Modernidade, a me-

História e Memória: debate sobre a construção histórica da origem

mória foi desacreditada, sempre olhada com desconfiança. A partir de então, a memória adquire a credibilidade necessária, reconhecendo-se sua importância na produção do conhecimento histórico. O estudioso das questões acerca da memória, Diehl (2002), coloca uma questão importante: a memória pode revelar muita coisa e, diante dessa infinidade de possibilidades, o historiador duvida da certeza da reconstituição de um único passado. A polissemia indicou a necessidade de se buscar outros conhecimentos construídos por abordagens da ciência - é o diálogo com a interdisciplinaridade - e, ainda, deve-se constituir um arcabouço teórico da investigação a que se propõe.

Porém, a memória, para gozar de credibilidade, enquanto fonte histórica, deve submeter-se ao critério crítico de teorização e metodização. Assim, deve ser controlada com rigor metodológico. O que significa que ela não pode ser utilizada a bel prazer. A informação proveniente da memória de outrem precisa ser contextualizada na história, pois a memória tem um caráter relativo, é uma representação da experiência vivida pelos homens em sociedade, necessitando, por isso, uma crítica interna e externa. Desse modo, é importante considerar questões político-ideológicas de quem transmite a informação - seja o narrador, os memorialistas ou historiadores - uma vez que é de extrema relevância a origem das informações históricas. Ensina Halbwachs (2004) que a memória coletiva é estreitamente condicionada ao grupo social em que o sujeito vive. Assim, nem sempre possui o compromisso com a verdade e é peculiar às sociedades vivas; pode viver ou também, como seus habitantes, pode morrer. Em sua natureza, a memória pode ser manipulada, construída, inventada, ser transmitida de geração em geração e tornar-se uma história oficial.

Uma outra discussão da historiografia, cabível neste trabalho, constitui-se no sentido da história. Para que serve a história? A história,

como processo que se desenrola no passado, segundo Rusen (2001), tem sentido quando é importante e significativa para se entender e para se lidar com as circunstâncias da vida contemporânea. Seu valor está no fato de que o passado oferece a experiência de que se necessita para orientar o presente e para desenvolver uma sólida perspectiva de futuro. Seu sentido esclarece que as transformações do mundo humano, no passado, possuem uma qualidade subjetiva que o leva a participar da orientação prática da vida. O sentido estabelece uma ponte entre a experiência e a intenção, permeada pela relação do homem com o tempo. A consciência humana é constantemente influenciada pelos acontecimentos da vida cotidiana, os quais devem se transformar, por meio da interpretação, em intenções, através das quais os sujeitos dão forma à sua vida, à sua relação com o mundo, à sua relação consigo mesmos e ainda, à sua relação com os outros. A palavra sentido, neste caso, designa um procedimento mental envolvendo a capacidade para a percepção e tem a ver com o jogo de idéias a partir dos cinco sentidos. Essa relação determina o sentido da história, pois, representa o acontecido no passado e o relato a seu respeito. Tal relação também se processa no interior do sujeito, e se dá não como uma coisa morta, que passou, e sim como uma força viva em si mesma, que estabelece uma relação com o presente, de tal forma que para o sujeito se abre uma perspectiva de futuro que passa a orientar a sua ação. Ainda, segundo Rusen (2001), a consciência histórica realiza a construção de sentido em relação à percepção do tempo. Construção de sentido na história refere-se à percepção e à interpretação da mudança contingente no transcurso do tempo, refletida na vivência do passado, à orientação da vida atual no contexto da mudança e à motivação da ação intencional motivada por essa mudança. O que significa essa teorização de Rusen sobre a construção de sentido quanto à história relacionada aos primórdios da cidade de Jaraguá? Tudo isso diz respeito a como

os jaraguenses, mediante procedimentos mentais, interpretaram a sua história e construíram um sentido histórico a partir de suas vivências, da percepção do transcurso do tempo e do modo de orientar suas vidas numa perspectiva de futuro. Esta formulação histórica da comunidade é a qualidade subjetiva que o sentido histórico possui. Além do mais, é importante ter em mente que o que aconteceu no passado e o que se relatou a respeito, nada mais significa que uma interpretação do sujeito, que assim estabelece uma relação com o presente. A escrita do evento histórico traz o passado para o presente.

Como se articulam a abordagem teórica e a pesquisa histórica?

Neste estudo de caso, apresentam-se as ferramentas metodológicas que nos ajudarão a compreender essa questão polêmica. Assim, passemos a analisar mais detalhadamente as duas versões acerca do descobrimento das jazidas de ouro de Jaraguá: aquela apresentada pela documentação histórica escrita e a outra baseada na memória popular da referida cidade.

A documentação histórica escrita informa que negros faiscadores do ouro descobriram jazidas no local onde floresceu a cidade de Jaraguá. Entretanto, tal documentação também se origina na memória. Recuemos no tempo para compreendermos como se deu o registro dos primórdios de Goiás. Em 1782, D. Maria I, Rainha de Portugal, mediante a Ordem Régia, determina a cada governador e ouvidor das Capitânicas do Brasil que escrevessem as memórias anuais de suas respectivas unidades, registrando estabelecimentos, fatos, coisas notáveis e dignas sucedidas desde a fundação. Caberia à Câmara dos vereadores escrever a história de sua Capitania.

Assim, surgem os primeiros registros da memória da população sobre os inícios de Goiás. O primeiro deles, em cumprimento a essa Ordem Régia, foi escrito em 1783, 57 anos após o início da colonização portuguesa em Goiás. Tal memória tem como título “*Descrição da Capitania de Goyaz, e tudo que nela é notável até o ano de 1783*”. Sobre Jaraguá registrou-se que o arraial estava subordinado a Meia Ponte e sobre o descobrimento do ouro informa que o fato se deu em 1736, por pretos faiscadores.

Ainda em consequência do cumprimento à Ordem Régia, encontrou-se outra descrição, em forma de memória, escrita em 1785: *Memória do descobrimento e coisas notáveis da Capitania. Por Custódio Pereira da Veiga, escrito no ano de 1785. Memórias anuais escritas no ano de 1785*. O conteúdo das informações é praticamente o mesmo daquele escrito em 1783, com poucas informações adicionais.

Certamente, houve várias memórias nesse período, em cumprimento à Ordem Régia da Rainha de Portugal. O consagrado trabalho de Silva e Souza, *Memória do descobrimento e cousas mais notáveis da província de Goiás*, escrito em 1812, possivelmente em obediência à Ordem Régia, refere-se ao arraial do Córrego de Jaraguá, repetindo o conteúdo das memórias de 1783 e 1785 no que diz respeito ao descobrimento das jazidas de ouro.

Os viajantes europeus, como Pohl, Saint-Hilaire, D’Alincourt e Pizarro, e ainda Cunha Matos, governador das armas em Goiás, todos percorreram a Capitania de Goiás no período correspondente às duas primeiras décadas do século XIX, registrando impressões, costumes e a história do surgimento dos arraiais auríferos. Todos eles registraram as informações coletadas entre os habitantes do arraial, relatando que as minas de Jaraguá foram descobertas por negros faiscadores do ouro, porém, as datas ali contidas variam entre 1736 e 1737.

História e Memória: debate sobre a construção histórica da origem

Aos relatos registrados nas memórias anuais do final do século XVIII e nas informações extraídas dos habitantes do arraial de Jaraguá, pelos cronistas europeus das primeiras décadas do século XIX, chamaremos de memória antiga. Esta perdurou desde o final do século XVIII até a época dos viajantes e, possivelmente, tenha continuado durante um determinado tempo, até quando cessou de se transmitir de geração em geração.

Assim, uma nova versão acerca do descobrimento das minas de ouro em Jaraguá substituiu a memória antiga, baseando-se na memória local e na tradição. Estudiosos da história de Goiás como Zoroastro Artiaga (1951), Jarbas Jayme (1971), bem como a escritora jaraguense Nelly Alves de Almeida (1982) atribuem ao bandeirante português, Manoel Rodrigues Thomaz, Guarda-Mór das minas de Meia Ponte (e seu fundador), a descoberta de ricas jazidas de ouro também em Jaraguá, em 1731. Contudo, segundo argumento dos autores, Thomaz não pôde explorá-las em virtude das acusações que pesavam sobre ele, dirigindo-se, então, para o norte a fim de explorar as minas do Rio Maranhão. As informações transmitidas por Artiaga, Jayme e Almeida possuem variações, porém a descoberta do ouro e a antecipada colonização de Jaraguá estão ligadas à figura do bandeirante português.

A análise da documentação histórica pesquisada permite sugerir que a versão do descobrimento das minas de Jaraguá, pelo bandeirante Thomaz, consolidou-se no século XX. Contudo, nem todas as fontes produzidas no referido século foram unânimes com relação ao descobrimento e exploração das jazidas por Thomaz. A *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (1958) informa que não se sabe ao certo a data em que teve início a povoação de Jaraguá. Entretanto, sem mencionar o bandeirante português, fala de uma exploração clandestina do ouro. Já o *Levantamento Histórico e Econômico dos Municípios Goianos* (1971)

registra a versão dos negros faiscaidores do ouro, em 1737, como descobridores de jazidas em Jaraguá.

Quem foi Manoel Rodrigues Thomaz?

Em um trabalho anterior (Pedroso, 1999) em que enfoco a questão dos primórdios de Jaraguá, realizei uma pesquisa sobre a vida de Manoel Rodrigues Thomaz nos começos de Goiás; historiadores contemporâneos apresentam esse rico mineiro português como uma figura enigmática e misteriosa, considerado pela história tradicional como um homem irrequieto, desordeiro e brigão, fundador de vários arraiais auríferos em Goiás. Bertran (1985) realizou uma ampla pesquisa sobre Thomaz – consultando documentação histórica e relatos de cronistas e historiadores – e a contextualizou no tempo em que havia disputas de poder no início do povoamento de Goiás, supondo que, por trás das acusações impetradas contra Thomaz, havia uma luta velada entre os mineiros das “minas de Goyases” e o governo colonial. Esse era o tempo inicial da exploração das jazidas em Goiás, quando essas terras ainda pertenciam à Capitania de São Paulo. Além do problema político, Thomaz estava sendo acusado de ter se apropriado dos direitos reais nos descobertos auríferos do arraial do Maranhão, em 1730, pois era costume em tal situação reservar ao rei o riacho mais rico em ouro. Thomaz era irrequieto, explorando minas, simultaneamente, em Meia Ponte, no Rio Maranhão, cuja povoação foi transferida para Água Quente, que também possuía jazidas de ouro exploradas por ele (Bertran, 1985). Em 1732, Thomaz dirige-se a São Paulo para responder à acusações, é preso e, por falta de provas, é solto em setembro de 1733, com a promessa de jamais retornar às minas de Goiás. Assim, a documentação histórica coloca-o como descobridor das minas de Trahiras (Traíras) e de São José do Tocantins (Niquelândia).

História e Memória: debate sobre a construção histórica da origem

Certamente, naquele início da colonização de Goiás, quando estas terras ainda pertenciam à Capitania de São Paulo, havia uma distinção entre as minas dos Goyases e as minas do Maranhão, daí, Thomaz ser considerado o fundador de Trahiras e de São José do Tocantins, em 1735/1736.

A questão que se levanta é: como tal bandeirante poderia estar em tantos lugares ao mesmo tempo? Pirenópolis, Rio Maranhão, posteriormente, Água Quente e ainda em Jaraguá? As longas distâncias duravam semanas para se percorrer. O que havia em Goiás naquele tempo eram picadas, transpondo grossas matas. Jaraguá se posiciona na borda do mato grosso goiano, de espessas matas, tornando-se difícil transpassá-las. O mapa de Tossi Colombina, elaborado em 1751 (Apud Chaim, 1974), mostra que a estrada primitiva, aquela que ligava Meia Ponte à Capital, passava pelas bordas da região de Jaraguá. A picada primitiva, que se tornou posteriormente a estrada real, passava mais ao sul, cruzando o rio Uruhú, passando pelo arraial de Ouro Fino e, depois, Vila Boa. Não se conheciam as minas de Jaraguá, simplesmente, porque essa cidade ficava entre Vila Boa e Meia Ponte, como querem argumentar alguns. Além do mais, a documentação histórica do século XVIII e primeira metade do século XIX não se refere a Thomaz como descobridor de jazidas em Jaraguá. No livro de *Registro de Batismo de Pirenópolis – 1732 a 1747*, consta que o primeiro batizado de uma criança do Córrego de Jaraguá foi realizado em 1741 e, não era Thomaz, o dono do escravo que nascera. Aliás, neste mesmo livro de batizados de Meia Ponte aparece Manoel Rodrigues Thomaz e Leonor Leme como padrinhos de uma criança, em 3 de abril de 1732. Em várias publicações a respeito do referido mineiro português, seu último sobrenome aparece como “Thomar”, porém, neste mesmo registro de batismo do arraial de Meia Ponte, seu nome aparece como Manoel Rodrigues Thomaz, com a letra “z” no final e não com a letra “r” como se pode notar em variadas obras.

A questão que se coloca consiste em saber como a memória popular de Jaraguá transformou-se ao longo do tempo? Antes de apresentar uma hipótese sobre essa questão, torna-se pertinente apresentar um pouco da história dos inícios de Jaraguá.

Breve relato sobre o povoamento em Jaraguá

No início de seu povoamento, em virtude da exploração das minas de ouro, Jaraguá atraiu famílias e pessoas de várias origens como portugueses, paulistas, fluminenses, cariocas, entre outros, conforme se observa ao manusear a documentação histórica escrita. Infelizmente, essas informações ainda não foram sistematizadas e nenhum estudo significativo sobre essa temática foi realizado.

Desde o início da exploração das minas, já se praticavam as atividades agropastoris. As jazidas de ouro, em Jaraguá, não se exauriram completamente ao longo do século XVIII e início do século XIX [Ver Duarte (1999), Fonseca (1999) e Pedroso (1999)]. O famoso engenho de São Januário foi estabelecido bem no início da implantação do arraial (Souza, 1997). Jaraguá possuía uma posição geográfica favorável - a Estrada Real passava pelo arraial, ligando o arraial de Meia Ponte a Vila Boa e passando por outros arraiais -. Além de estar posicionada nas proximidades da capital, também estava próxima da estrada que se dirigia ao norte, mais precisamente ao caminho que levava às minas do Rio Maranhão, como Água Quente, Cocal, Traíras, São José do Tocantins, entre vários núcleos populacionais auríferos daquela região. [Ver mapa de Tossi Colombina, 1751 – (Apud Chaim, 1974)].

O arraial do Córrego do Jaraguá recebeu migrantes de centros mineradores decadentes desde o final do século XVIII. William Burchell, na visita que fez ao povoado em 1826, observou que o arraial era um

História e Memória: debate sobre a construção histórica da origem

centro de atração de migrantes (Apud Fonseca, 1999). O viajante inglês fixou a imagem de Jaraguá num bico de pena, mostrando o largo da Matriz N. S. da Penha e da rua Direita.

As pesquisas realizadas por vários estudiosos da história de Jaraguá mostram o quanto essa cidade recebeu influência de Pirenópolis em vários aspectos. Estudos de Elizabeth Duarte (1999) apresentam a grande movimentação interna de pessoas naquela província. Em suas pesquisas, destaca a migração de famílias e indivíduos provenientes de decadentes centros mineradores do médio norte (hoje norte do estado de Goiás) durante a primeira metade do século XIX. Neste sentido, estudos de Pedroso (1999 e 2004) e Luciano Fonseca (1999) também contribuem para um melhor conhecimento de migrações destas famílias para Jaraguá. Duarte, no trabalho em destaque, também se refere à migração de indivíduos de Minas Gerais, na segunda metade do século XIX, para a cidade goiana. Anterior à pesquisa de Duarte, o grande estudioso das famílias de Goiás, Jarbas Jayme, em sua obra *Famílias Pirenopolinas*, composta por sete volumes, apresenta a intensa movimentação humana em território goiano, sempre acolhendo imigrantes. Em sua investigação, Jarbas Jayme registrou além dos nomes dos membros de determinada família, outras informações importantes como, por exemplo, como se constituíam os casais para as núpcias, qual a origem de tais indivíduos etc., recompondo assim preciosas informações históricas. Nessa pesquisa, Jarbas Jayme mostra o quanto os arraiais de Jaraguá e Pirenópolis encontravam-se ligados por laços de casamento e parentesco, além da proximidade geográfica. Importantes famílias jaraguenses, com representante hoje na cidade, são provenientes de Pirenópolis, migrados na segunda metade do século XIX. Duarte (1999) e Fonseca (1999) mostram a afinidade cultural entre Pirenópolis e Jaraguá, principalmente quanto às manifestações culturais e à música.

Hipóteses preliminares

A questão já levantada, linhas atrás, sugere a pergunta: como a memória, a respeito das origens da cidade, transformou-se? A hipótese que se levanta é a de que, num determinado momento - ainda não identificado - a comunidade jaraguense questionou a respeito de suas origens. Porém, a memória antiga não permaneceu entre seus habitantes. A chegada de imigrantes, desde a primeira metade do século XIX, pode ter contribuído para que essa história não fosse repetida continuamente e desse modo, não fosse transmitida. Como observa Thompson (1992), para ouvir e contar histórias é preciso estar disposto; talvez os imigrantes não se interessassem por essas histórias; eles trouxeram outros propósitos e outras histórias dos lugares de onde vieram. O que mostra que a memória sobre o descobrimento das minas de ouro por negros faiscadores foi apagada da memória dos habitantes de Jaraguá em algum momento.

Entretanto, a memória antiga sobreviveu apenas porque foi escrita e tornou-se, desse modo, um documento histórico. Entre uma e outra versão sobre a história da fundação de Jaraguá não se sabe quanto tempo transcorreu. No entanto, na comunidade jaraguense havia um vazio a ser preenchido, uma necessidade social de se conhecer as origens da cidade; era necessário construir um sentido histórico com vistas a um futuro promissor que se reservava para a cidade. Esse núcleo urbano sempre se destacou em Goiás durante toda a sua história. Assim, a versão de Thomaz como descobridor das minas de ouro de Jaraguá poderia corresponder aos anseios daquele grupo de pessoas. A história precisa fazer sentido para aquela comunidade, tem que se parecer com ela. Assim, naquele momento, Jaraguá precisava de uma história de desbravadores, de homens corajosos e aventureiros, tentando fazer riqueza.

História e Memória: debate sobre a construção histórica da origem

O fundador de Pirenópolis se encaixava no perfil desejado. Nada mais interessante que uma história de mistério, coragem e aventura ligada às origens de uma cidade.

Quanto a essas versões, Duarte (1999) apresenta uma questão interessante: como Meia Ponte (Pirenópolis) é próxima a Jaraguá, considerou-se que, quem descobriu uma mina, descobriu outra, devido à proximidade das duas; ademais o rio das Almas, que nasce em Meia Ponte, passa muito próximo a Jaraguá, o que faz pensar que Thomaz subiu o rio das Almas, avistou a serra e passou a explorar o ouro dali.

Assim, acredito que a figura de Thomaz como fundador de Pirenópolis, foi tomada de empréstimo pela comunidade jaraguense, mesclando-se fatos reais (o processo da Coroa Portuguesa contra Thomaz) com o imaginário. Além do mais, Thomaz faz parte do imaginário da fundação de vários arraiais auríferos de Goiás, pois, andou e explorou ouro, segundo a documentação histórica, em Pirenópolis, arraial do Maranhão, Água Quente, Trahíras e Niquelândia. Ele foi contemporâneo de Bartolomeu Bueno nos começos da ocupação de Goiás. Esta versão, ligada ao descobrimento do ouro em Jaraguá por Thomaz, parece ter sido um caso de reordenação da memória, passando através de gerações. Acredita-se que esta também tenha sido uma grande influência de Pirenópolis sobre Jaraguá. Seria mais interessante uma cidade goiana ter como fundador um homem branco, rico, impetuoso, aventureiro, irrequieto que desafiou autoridades governamentais, do que a figura de negros faiscadores à procura de ouro.

Quando se atribui a negros faiscadores a descoberta de jazidas de ouro no córrego do Jaraguá, não significa que esses escravos fundaram o arraial. Na história de Goiás, como mostra Gilka Vasconcelos F. de Salles (1983), várias jazidas foram encontradas por escravos já práticos

em socavões. Contam-se, além de Jaraguá, as minas de São Miguel de Thesouras, Pilar e Cocal. Desse modo, os escravos podiam comprar ou ganhar a alforria de seus senhores, devido aos achados.

A versão que atribui o descobrimento do ouro a Thomaz foi aceita pela comunidade jaraguense. Nas últimas décadas do século XX, essa história foi transmitida a alunos do primeiro grau e, até pouco tempo, era ainda repetida mesmo por alguns professores. Apesar de haver a disposição de trabalhos que questionam tal versão (por exemplo, PEDROSO, 1999) a comunidade jaraguense continuou a aceitar a versão do descobrimento do ouro por Thomaz, durante quase 10 anos, sem sequer discutir, mais cuidadosamente, à luz das ferramentas oferecidas pelo método de estudo da história. A isso acrescenta-se a falta de interesse entre os professores, além do desconhecimento de aspectos que envolvem a memória coletiva.

Contudo, tenho observado que, a partir de 2009, esse debate tem atingido um número significativo de professores do ensino fundamental e médio de Jaraguá, à medida que surge uma exigência ou interesse das instituições oficiais de educação do país sobre a história regional. Conta-se também com o surgimento de trabalhos sobre a cidade que apresentam versões divergentes sobre os inícios de Jaraguá, versões estas levadas aos professores através de publicações e defesas de dissertações de mestrado e tese de doutorado. Há um fenômeno interessante a respeito da história da cidade: os alunos e professores não aceitam a existência de duas ou mais versões. Com o objetivo de ampliar o debate e obter respostas aceitáveis, a prefeitura municipal de Jaraguá organizou o *I Simpósio da História da Fundação de Jaraguá*, em maio de 2010, a fim de debater essa questão e retirar uma proposta mais próxima possível da verdade.

História e Memória: debate sobre a construção histórica da origem

Por estar amparada na documentação histórica escrita, a versão que informa que, em 1736, negros faiscadores descobriram ouro no córrego do Jaraguá (antigo nome da cidade) foi a proposição oficialmente aceita. Vale esclarecer que a cidade celebra seu aniversário todo 29 de julho e a sua idade cronológica sempre foi contabilizada a partir de sua emancipação relativa à cidade de Pirenópolis, o que ocorreu em 1882. Desse modo, a Câmara de vereadores, de posse dos dados históricos correspondentes ao ano de 2010, reconheceu em sessão solene, em 2011, que sua fundação remonta às primeiras décadas do século XVIII, mais precisamente ao ano de 1736 e 29 de julho continua sendo a data comemorativa, pois, não se conhece a data precisa de sua fundação.

Porém, essa resolução está longe de ser unânime entre os estudiosos da história de Jaraguá. A figura do bandeirante Manoel Rodrigues Thomaz insiste em permanecer na mente de muitos jaraguenses como sendo verdadeiramente seu iniciador e esses investigadores ainda almejam encontrar algum documento histórico que possa comprovar a versão de que o bandeirante português Manoel Rodrigues Tomaz tenha sido o iniciador da cidade.

Espera-se que esse debate continue através do incremento da pesquisa na documentação histórica, ainda não manuseada. E mais do que comprovar a presença de Thomaz na história de Jaraguá, os investigadores tragam à baila os nomes de seus fundadores, bem como outros fatos históricos desconhecidos, de suma importância para a história da cidade.

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nelly Alves de. *Jaraguá: história e memória*. (Conferência pronunciada em 1982, no auditório do Palácio do Sol, em Jaraguá, por ocasião do centenário de emancipação da cidade) (Impres.)

ARTIAGA, Zoroastro. *Geografia econômica, histórica e descritiva do Estado de Goiaz*. Goiânia: Tipografia Triângulo, 1951.

BERTRAN, Paulo. *Memória de Niquelândia*. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

CHAIM, Marivone de M. *Aldeamentos indígenas de Goiás (1749-1811)*. Goiânia: Oriente, 1974.

CUNHA MATOS, R. J. *Chorographia histórica da província de Goyaz*. Goiânia, SUDECO, 1979.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memórias sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985 (Col. Reconquista do Brasil; 25)

DESCRIÇÃO da Capitania de Goyaz, e tudo que nela é notável té o anno de 1783. In: *Goyaz - Documentos vários - 1743-1786*. (Sessão de manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

DIEHL, Astor Antônio. A idéia de progresso na história e memória e identidade, perspectivas para a história. In: DIEHL, Astor. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSP, 2002.

DUARTE, Lys Elizabeth Amorim Melo. *O Poder e a estrutura agrária nos municípios de Ceres Jaraguá- GO: Uma análise comparativa*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Econômica, defendida na FFLCH/USP, São Paulo:1999.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: I.B.G.E., 1958. Vol. XXXVI.

FONSECA, Luciano. *Jaraguá e Modernização*. Dissertação de Mestrado em Sociedades Agrárias, defendida na FCHL/UFG, Goiânia,1999.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

JAYME, Jarbas. *Esboço histórico de Pirenópolis II* (1 edição póstuma). Pirenópolis: Estado de Goiás, 1971.

LEVANTAMENTO Histórico e econômico dos municípios goianos. Goiânia: Secretaria da Indústria e Comércio, 1971.

ORDEM RÉGIA (cópia) de 20/07/1782 sobre as memórias anuais, da Rainha D. Maria. In: *Goyaz - Documentos vários - 1743 - 1786* (Sessão de manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)

PEDROSO, Dulce. M . Rios. Jaraguá – a formação de um povoado. In: *Revista de Divulgação científica do IGPA*. Goiânia, Ed. UCG, 1999. V.3 .

_____. *Breve relato da vida do maestro Manoel Marcelino da Silva Álvares*. Escrito por ocasião da Festa de Santa Cecília em Jaraguá.Goiânia, trabalho digitado UCG/IGPA, 1999.

História e Memória: debate sobre a construção histórica da origem

_____. Memória de migração: um estudo de caso sobre as relações interétnicas entre índios e colonizadores em Goiás no século XIX. In: FREITAS, L. G. (Org.) *Cenários da memória e identidade goiana: o caso de Jaraguá*. Goiânia: AGEPEL, 2004 .

POHL, Johann E. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. (Col. Reconquista do Brasil; 14)

REGISTRO de Batizados - Pirenópolis - 1732-1747. Documentos xerocados. Instituto de Pesquisas Históricas do Brasil Central (IPHBC). Universidade Católica de Goiás.

ROMACHELI, M. Helena A. *História de Jaraguá*. Goiânia: M. H. A. Romacheli, 1998.

RUSEN, Jörn. Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio. In: *História: debates e tendências*. Passo Fundo/RS: v. 2, n. 1, dezembro/2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. (Col. Reconquista do Brasil).

SALLES, Gilka V. Ferreira. *Economia e escravidão em Goiás colonial*. Goiânia: Ed. da UFG, 1982).

SILVA E SOUZA, Luiz A. Memórias do descobrimento e cousas mais notáveis da província de Goiás. In: TELES, J. M. *Vida e obra de Silva e Souza*. Goiânia: Oriente, 1984.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEIGA, Custódio Pereira. *Memória do descobrimento - 1785: relação do primeiro descobrimento das minas de Goyaz por Bartolomeu Bueno da Silva*. (Sessão de manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)



Margareth Souza¹

Sítio Arqueológico São Januário e a Capela de São Januário

¹ É natural de Goiânia/Goiás. Possui doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2003), mestrado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (1997) e graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1988). Atuou em Arqueologia de Contrato em instituições públicas (UFG, PUC-GO, Agepel/Programa Monumenta) e em empresas privadas. Foi professora dos cursos de História (UEG) e Arqueologia (PUC-GO). Com experiência na área de Arqueologia Brasileira, com temas como Agricultores Ceramistas, Fronteiras e Caminhos e Organização Espacial e Social (estrada real, fazendas coloniais, aldeias e aldeamentos, povoados mineradores, quilombos e outros). A partir de 2010 passa a compor o quadro de arqueólogos do Centro Nacional de Arqueologia – IPHAN em Brasília.

O presente capítulo é resultado da dissertação de mestrado “Arqueologia Histórica aplicada ao reconhecimento de uma fazenda colonial, século XVIII”. A mesma teve como objetivo analisar o sítio arqueológico histórico São Januário e integrá-lo no contexto da formação histórica da região Centro-Sul de Goiás, especificamente a região de Jaraguá.

Para entender o sítio arqueológico São Januário e a cidade de Jaraguá sob a ótica da arqueologia histórica exigiu-se consultar os diversos tipos de fontes históricas, desde a cartografia histórica, documentos arquivísticos e depoimentos de moradores (ex. Francisco das Chagas (+), Joaquim Militão, Otacílio de Freitas e Maura Machado de Freitas). Mas sem dúvida, foi por meio da cultura material, identificada e recuperada nos restos de edificações e utensílios de uso cotidiano que nos levou à constatação de que a história popular sobre a origem do arraial Córrego de Jaraguá “do *outro lado da Serra de Jaraguá*” se confirmava. E conjuntamente, verificamos a presença de outros elementos no surgimento dos núcleos mineradores relacionado às atividades de pecuária e agricultura.

O registro arqueológico foi resgatado e integrado em seu contexto social e arqueológico, onde o contexto social se refletiu no conjunto de características da sociedade colonial mestiça de Jaraguá, e teve como resultado de suas atividades cotidianas uma cultura material que formou o contexto arqueológico, impregnado de elementos simbólicos, visto nas técnicas construtivas do mundo ibérico (pedras, barro e madeira), na faiança fina europeia, na fabricação de produtos da argila (cerâmica, telha e cachimbo). Em ambos os casos, o contexto social e arqueológico se refere à totalidade, isto é, às partes e o modo como elas se relacionam. Assim, a importância do contexto consiste em permitir ao arqueólogo organizar-se para resgatar e analisar a evidência arqueológica, assim como realizar inferência social, partindo de restos culturais (Zamora, 1990).

Arqueologia Histórica: uma breve definição

A Arqueologia Histórica estuda a vida e a cultura de grupos sociais, por meio da cultura material associada a documentos arquivísticos e a análise arquitetônica. O seu foco de estudo no Brasil é delimitado a partir de 1500, data que marca oficialmente a descoberta do Brasil pelos portugueses e sua introdução ao mundo europeu e ao sistema colonial português. O Sistema Colonial Português ao iniciar o processo de colonização em terras brasileiras desencadeou consequências como adaptações, inovações e destruições, por meio da posse da terra, construção de unidades coloniais como as áreas de mineração, núcleos urbanos, igrejas, fortes, engenhos, aldeamentos, caminhos e do intercâmbio entre as diferentes etnias e culturas. Esta fase de contato e de pós-contato deixou suas marcas de similaridades e de diferenças nas concepções globais dos elementos colonizadores e colonizados, como a ideologia, os simbolismos e as representações expressas em sua cultura material.

Sítio Arqueológico São Januário e a Capela de São Januário

Desse modo, a arqueologia é a única ciência capaz de recuperar dados que não foram escritos, pintados e/ou desenhados, por meio dos testemunhos arqueológicos daqueles que entre tantos não sabiam ler e escrever. Quem são esses? São grande parte de nossa sociedade colonial, não apenas os excluídos socialmente, mas grande parte da sociedade dos núcleos urbanos que se formavam pelo litoral e áreas do interior brasileiro.

No cenário das ciências humanas, a arqueologia possui a capacidade de inserir novos dados ao conhecimento histórico referente ao processo de colonização das terras brasileiras, evidenciando objetos e espaços criados pelas diversas culturas e etnias, como dos indígenas, dos negros e dos brancos, que não foram devidamente registradas, analisadas e compreendidas na região Centro-Oeste do Brasil, especificamente no estado de Goiás. E a partir desse resultado gerar novas análises históricas.

O registro arqueológico na área de ocupação do engenho de São Januário foi recuperado por meio de métodos e técnicas da Arqueologia, auxiliado por áreas afins (História, Geografia, Geologia, Arquitetura, e outras Ciências). E a investigação arqueológica remete-nos diretamente ao objeto de estudo das relações humanas, permitindo-nos a reconstituição de um ambiente específico e abrindo espaço para pesquisa com teor histórico, que indica modificações culturais, sociais, econômicas e políticas. A explicação histórica eficaz deve reconhecer o simbólico nas realidades históricas e saber “confrontar as representações históricas com as realidades que elas representam e que o historiador apreende mediante outros documentos e métodos.” (Le Goff, 1992 p. 12).

Sob este prisma, a pesquisa no Sítio arqueológico histórico São Januário realizou em um primeiro momento, a análise de elementos da estratigrafia, da arquitetura, da distribuição espacial dos artefatos, as-

sociadas aos estudos da documentação arquivística, cartográfica, iconográfica e da história oral. Dessa forma, o modelo interpretativo foi construído com base em documentação arqueológica, articulada com a História, Arquitetura e as Geociências.

Partindo do pressuposto de que as áreas rurais (engenhos, fazendas de plantar e criar, áreas de mineração e paragens) foram um fator determinante no processo de colonização da Região Centro-Oeste do Brasil, durante e após o declínio da extração do ouro, a presente pesquisa foi direcionada para investigação arqueológica em um sítio arqueológico histórico do tipo *fazenda*. A organização espacial do século XVIII na região Centro-Oeste do Brasil está ligada à mineração, que favorecia o aparecimento de arraiais e núcleos rurais agropastoris que serviam para sua manutenção e, posteriormente, para fixação do homem à terra.

Na etapa inicial, a pesquisa arqueológica histórica estava focada na organização espacial de uma fazenda colonial do século XVIII, inicialmente o objeto de pesquisa foi definido no engenho São Joaquim ou fazenda Babilônia, cidade de Pirenópolis, porém diante de entraves do meio acadêmico, a área de pesquisa foi redirecionada para outra localidade, mas ainda na região Centro-Sul de Goiás, e o objeto de estudo voltou-se para a fazenda São Januário, na cidade de Jaraguá. E paulatinamente a pesquisa voltou-se também para o questionamento sobre a origem da cidade de Jaraguá, com seu núcleo inicial de assentamento localizado no engenho de São Januário, com um rico proprietário que explorava além da agricultura e pecuária também os veios auríferos da Serra de Jaraguá, e era denominado “Condado de São Januário”, atual fazenda São Januário.

Os trabalhos de campo no sítio arqueológico histórico São Januário foram realizados em quatro campanhas: novembro/1993, fevereiro/1994, março/1995 e fevereiro/1996, totalizando 52 dias.

Sítio arqueológico Histórico São Januário: localização e delimitações

O sítio arqueológico histórico São Januário recebeu a sigla GO-Ni.113 e localiza-se na área da fazenda São Januário, de propriedade de Otacílio de Freitas (+) e Maura Machado de Freitas. Distante 7,5 km da sede do município de Jaraguá, com coordenadas UTM central E: 674.984m e N:8.252.399m (Fuso 22, SAD 69), implantado em um amplo terraço abandonado flúvio-aluvial, alçado ao redor de 10 metros acima do nível de base local do Rio Pari; a leste encontra-se o Córrego Marinho (margem esquerda) à 430m e a oeste o Rio Pari (margem direita) posicionado à 310m de distância da área central do sítio arqueológico. A área é cortada longitudinalmente pela estrada e/ou picada do correio, em seu trajeto para Vila Boa.

A análise ambiental indicou que o local foi selecionado para a implantação do conjunto arquitetônico, onde na porção nordeste encontra-se um extenso baixo terraço do Rio Pari indicado para prática de culturas diversas; pelo lado oeste há depósitos fluviais recentes que formam uma várzea, de solo argiloso, rico em matéria orgânica, que se interpõe entre a área principal do sítio arqueológico São Januário e o baixo terraço do Rio Pari, favorecendo também o cultivo agrícola; a leste: a área tem os seus limites no domínio das encostas da Serra de Jaraguá, festonada por canais de escoamentos superficiais concentrados, formando um sistema de drenagem intermitente, isto é, com abundância de água potável durante o ano todo. A Estrada Real está justamente nesse ponto entre o rio Pari e a Serra de Jaraguá, norteador de viajantes, mascates e comerciantes com suas tropas de carregamentos.

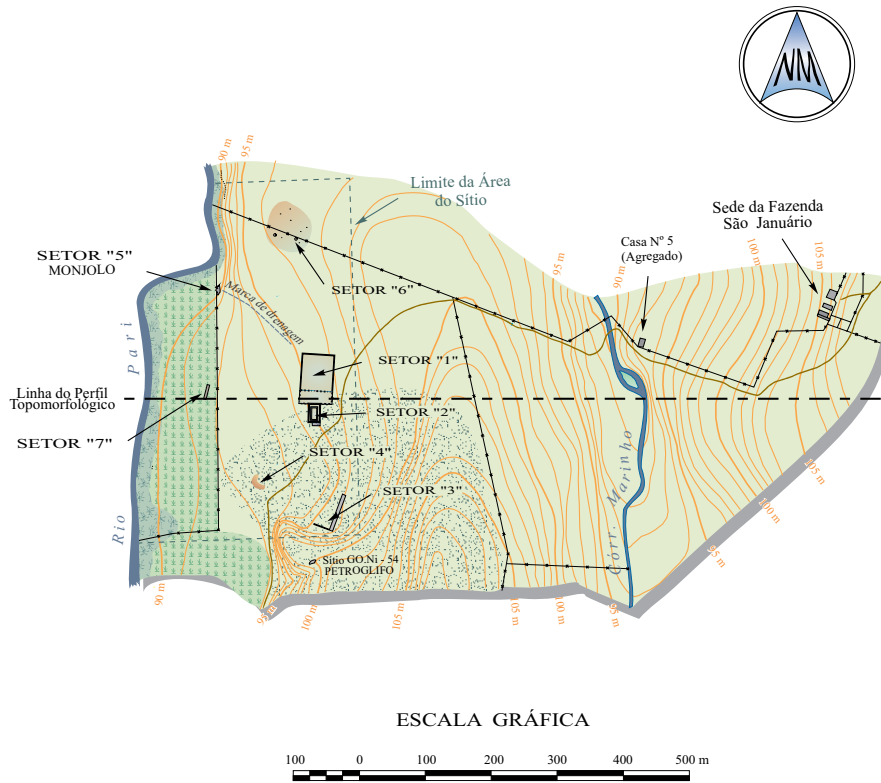
O entorno do sítio arqueológico histórico São Januário apresenta topografia plana e suave/ ondulada com solos favoráveis ao desenvol-

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

vimento agrícola - solos profundos a muito profundos, bem drenados, com textura média a argilosa, com fertilidade natural variando de alta a média. Enquanto que nas áreas das edificações do sítio arqueológico histórico os solos são rasos a pouco profundos e pedregosos em mais de 50% de seu espaço construído, com exceção no baixo terraço das duas drenagens, esse fator veio possibilitar a preservação das estruturas, evitando o uso de maquinários em suas áreas internas. Dessa forma a localidade apresentava condições apropriadas para edificações, como farta matéria prima para construções (rochas e argila), vegetação de médio porte para extração de madeira, água potável de boa qualidade que descem das encostas da serra, rio e córrego perene, e solos de boa qualidade para a prática agrícola.

Sítio Arqueológico São Januário e a Capela de São Januário

PLANTA GERAL DO SÍTIO HISTÓRICO SÃO JANUÁRIO



LEGENDA	
	Estrada Carroçável
	Curvas de Nível
	Mata Ciliar
	Capoeira
	Pasto
	Cultura de Arroz

PRODUÇÃO :
 Lab. Geoprocessamento do PA-SALV-SM
 MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG

FONTE:
 Levantamento Topográfico.
 Faz. São Januário, 1994.

TOPOGRAFIA:
 Adalberto Chagas Filho
 Técnico em Agrimensura

RESPONSÁVEL TÉCNICO:
 Nilton Ricetti Xavier de Nazareno
 Engenheiro. Cartógrafo

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
 USP**

**ARQUEOLOGIA HISTÓRICA
 SÍTIO SÃO JANUÁRIO GO-Ni.113**

ORIENTADORA
 Margarida Davina Andreatta

ORIENTANDA
 Margareth de Lourdes Souza

Os processos intempéricos contribuíram para a destruição do sítio, contudo a ação antrópica veio determinar sua aceleração, anteriormente, a destruição era gradual, entretanto tomou um ímpeto vertiginoso, no século XX, com as escavações de garimpeiros que invadiam a área, procurando o ouro “escondido pelos escravos” e que supostamente estariam nas fundações e nos vértices das paredes. Há de se acrescentar que a área foi arrendada, por um determinado período, por outros “garimpeiros” que reviraram a área da capela, desmontando as estruturas arquitetônicas, e realizando cortes com mais de 3 metros de profundidade, o que veio a principiar processos erosivos, assim como ação mecanizada de desmatamento e aragem da terra para as atividades agropastoris.

A destruição do entorno das ruínas foram contínuas e intensivas, no ano de 1940, a Capela e outras edificações foram desmontadas para construção da barragem de uma usina hidrelétrica de pequeno porte (medindo aproximadamente 40 metros de comprimento, 10 metros de largura e 20 metros de altura). Tal usina jamais “entrou” em funcionamento, por ausência de planejamento técnico.

Concluimos que as demais edificações também foram vítimas desse reaproveitamento de matéria-prima, pois não foram encontrados os blocos de quartzito junto às fundações dos Setores 1, 2, 3, 4 e 5, os blocos de quartzitos foram utilizados na construção da barragem e do canal condutor de água da usina e por moradores que reutilizam o material construtivo em construções atuais.

Assim, após o uso contínuo e devastador das atividades agropecuárias na Fazenda São Januário, o solo se degradou de tal forma que precisou ser abandonado por seus proprietários atuais, e por vinte anos não foram cultivados, permitindo que o solo e sua vegetação se recuperassem gradativamente. Atualmente, a agricultura na Fazenda São

Sítio Arqueológico São Januário e a Capela de São Januário

Januário é praticada na várzea do Rio Pari, com manutenção da mata-galeria, sendo que a pecuária tem sua área de pastagem alternada.

Sistema Construtivo

O sistema construtivo identificado nos restos arquitetônicos caracteriza-se por embasamento de sapata corrida (pequena laje armada colocada ao longo da alvenaria que recebe o peso das paredes, distribuindo-o por uma faixa maior de terreno) e paredes altoportantes, construídas com blocos de quartzito fixados com argamassa. As ruínas das edificações apresentam características que necessariamente envolveram grandes recursos financeiros e mão de obra escrava para a realização do programa proposto, ou seja, o espaço foi escolhido para uma determinada finalidade, com objetivos específicos e intenção social.

As estruturas arquitetônicas dispostas em uma área de 4.573m² foram evidenciadas, delimitadas e divididas artificialmente nos Setores: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, sendo assim os espaços construídos e não construídos identificados.

Os setores 1, 2 e 3 foram selecionados para detalhamento, pois os demais Setores encontravam-se significativamente alterados e erodidos, onde qualquer interferência arqueológica estaria comprometida. Porém, como o Setor 1 apresentava concentração cerâmica (vasilhames) em detrimento ao material construtivo (telhas) que prevalecia nos demais Setores, definiu-se em abrir decapagens no Setor 1 e 2. A técnica de decapagem foi realizada por níveis naturais e níveis artificiais com camadas de 10 cm. Os materiais coletados foram fragmentos de telhas, metal, madeira, amostras de argamassa (material construtivo) faiança fina, louça branca e louça de barro (cerâmica Neocolonial), devidamente registrados e analisados no laboratório do Museu Antropológico da

Universidade Federal de Goiás, guardião do acervo formado durante as pesquisas.

Destacam-se as informações relacionadas ao Setor 6 vinculado ao campo santo dos africanos escravizados, enterrados fora do espaço sagrado da capela, distante 1,5km e posicionado ao norte do Setor 1 e da Capela. Segundo o depoimento de Otacílio M. de Freitas, o local era um “*cemitério de escravos, com formato circular, cercado com troncos de aroeira e uma cruz no meio, que era enxergada quando passava pela estradinha, até 1937*”. As sucessivas queimadas e aragem do solo vieram a destruir os vestígios existentes, as interferências arqueológicas atingiram a profundidade de 1.50m e não se identificaram camadas estratigráficas diferenciadas, apenas houve o resgate de três fragmentos cerâmicos em superfície.

O material coletado: fragmentos de pratos, potes, panelas, telhas e cachimbo

Os vestígios culturais cerâmicos evidenciados no Sítio Histórico São Januário apresentaram diversidade de motivos decorativos, típica da produção cerâmica colonial brasileira, com vasilhames utilitários de uso cotidiano e decorativos (vasilhas, potes, tigelas, pratos, cachimbos e telhas). Outros testemunhos coletados foram a faiança fina, metal, vidro e telhas.

A cerâmica neocolonial coletada se insere na Tradição Neobrasileira, elaborada por grupos familiares ou a nova sociedade mestiça que se formava, com produção elaborada com técnicas indígenas, africanas e europeias destinadas ao uso doméstico e pessoal, com decorações múltiplas como a corrugada, escovada, incisa, digitada e com apliques, asas e alças.

Sítio Arqueológico São Januário e a Capela de São Januário

As análises laboratoriais dos materiais arqueológicos restringiram-se às variações tecnológicas, considerando as condições morfológicas do sítio, com análise qualificativa e quantitativa total dos materiais e de seus atributos mensuráveis, conservando-se as informações tecnológicas em planilhas, e para futuras correlações com outros sítios históricos.

Foram coletados 335 fragmentos cerâmicos, divididos nas classes: parede (290), borda (34), base (04), apêndice (05) e fragmentos não identificados (02). Os encaminhamentos da análise cerâmica foram: separação por tipos de fragmentos: borda, parede e base, agrupando fragmentos de um mesmo vasilhame, formando conjuntos; análise de todos os fragmentos através de seus atributos mensuráveis; reconstituição das formas dos vasilhames; descrição dos tipos decorativos, formas e outros; cálculo numérico das classes em relação ao total de cada Setor, das categoria/classe e de frequência de cada categoria/classe. A análise cerâmica foi realizada por meio da análise quantitativa e qualitativa, utilizando-se de ficha de análise cerâmica; em seguida foram geradas tabelas e subtabelas, utilizando o programa Excell, no módulo interativo para agrupamentos, e o módulo programado para os intervalos de variações de valores.

No atributo decoração, predomina a decoração plástica, sem pintura. Com predomínio do tipo escovado, seguido dos tipos inciso, e em menor incidência os tipos espatulado, além de decorações associadas (escovado/inciso, digitado/inciso) sempre com motivos geométricos e na face externa dos vasilhames. Todos os fragmentos apresentaram alisamento nas superfícies internas e externas, em dois fragmentos de borda foi verificado polimento nas faces internas e externas.

Os vasilhames reconstituídos compuseram oito formas relacionadas a funções utilitárias e decorativas, representadas por pratos, potes,

tigelas e panelas. Apenas um forninho liso de cachimbo foi resgatado no Setor 1. No entanto, de acordo com os proprietários, outros cachimbos “desenhados” ou decorados já haviam sido coletados por “visitantes” na área.

As telhas coloniais coletadas nos Setores 1, 2, 3 e 7 somam 1.032 amostras, sendo 07 inteiras. As telhas decoradas são digitadas em sua parte proximal (externa), com linhas digitais executadas em um único movimento, formando desenhos geométricos - linhas paralelas e onduladas -. Geralmente, essas decorações são marcas quantitativas e indicativas de trabalho executado pelos oleiros, ou seja, as telhas fabricadas de 100 em 100, de 500 em 500 ou de 1.000 em 1.000 unidades. As telhas de São Januário apresentam dimensões 54 cm de comprimento, com 17 cm em sua parte superior e 21 cm na parte inferior, que difere de outras telhas coletadas em fazendas (século XIX) no entorno da Fazenda São Januário, que medem entre 46 a 56 cm.

As amostras de faiança fina e louça foram extremamente reduzidas, sem marcas de fabricante, relacionadas ao consumo de alimentos (malgas, xícaras e terrinas) e encontravam-se associadas à cerâmica utilitária e telhas nas áreas de refugo (Setor 1, Área de Decapagem 2, nível superficial e a 30 cm de profundidade).

Os testemunhos metálicos recuperados foram cravos, com tamanhos variados entre 3 cm a 11 cm de comprimento, e coletados no Setor 2 (Capela) relacionados a uma porta ou mesmo um pequeno altar no fundo da Capela. Os cravos em processo de oxidação receberam em laboratório tratamento específico evitando a sua imediata deteriorização.

Sítio Arqueológico São Januário e a Capela de São Januário



Figura 2 - Fragmento de vasilhame, com motivo decorativo do tipo Inciso reconstituído



Figura 3 - Vaso da Capela

O espaço construído nas áreas rurais nos séculos XVIII e XIX

É importante nesse momento, salientar alguns estudos sobre espaços construídos e não construídos em áreas rurais, a fim de compreender o funcionamento das fazendas e engenhos dos séculos XVIII e XIX.

No século XVIII as unidades rurais dedicavam-se à pecuária e à agricultura, como a criação de gado e plantação de “subsistência” (mandioca, milho, cana-de-açúcar, café e outros) e o excedente servia ao comércio local e regional, abastecendo os povoados auríferos. E algumas fazendas acumulavam atividades mineradoras e agropastoris. Essas unidades habitacionais tinham seu espaço organizado em área de trabalho e de moradia.

O espaço nas áreas rurais estava organizado com edificações e outras unidades subordinadas. A casa de moradia apresenta planta retangular com várias janelas e vigas retas, portas com pranchões de madeira, cobertura com telhas comuns, e nas unidades subordinadas havia o engenho (moendas, caldeira, casa de purgar e armazenar), senzalas, rego d’ água, monjolo, paiol, curral, capela, serraria, cercado para animais domésticos, pomar e quintal. A planta das unidades habitacionais era organizada com uma faixa fronteira destinada a receber os hóspedes, estando ligada à sala e nos fundos da sede encontravam-se os puxados, com a cozinha ligada à varanda ou mesmo separada do corpo principal da casa (Lemos, 1996).

O engenho de São Januário se insere na tipologia das fazendas goianas do ciclo do ouro (século XVIII - XIX) que foram fundadas por bandeirantes paulistas e seus descendentes, e documentam o período da ocupação e povoamento inicial da região, onde desenvolviam atividades complementares à mineração, por meio das atividades agropecuárias, a

Sítio Arqueológico São Januário e a Capela de São Januário

agricultura e pecuária voltadas para o abastecimento das populações mineiras. Enquanto as Fazendas da fase de transição (século XIX - XX) surgidas ao longo do século XIX e início do século XX apresentam características específicas, conforme a procedência das que as constituíram. São representativas das correntes migratórias que demandaram Goiás nesse período, quando a mineração deixou de ser a principal atividade econômica, sendo substituída pela agropecuária (Silva e Freitas, 1993).

No Estado de Goiás embriões urbanos que possibilitaram a formação dos futuros núcleos urbanos, desde o século XVIII à atualidade, podem ser assim apresentados: os arraiais mineradores (século XVIII), os engenhos e fazendas, os patrimônios religiosos, os loteamentos rurais no entorno de uma Capela, os presídios, porto fluviais, os pousos e ranchos de tropeiros e viajantes, os núcleos coloniais agrícolas, as estações ferroviárias, postos de gasolina e indústrias.

Dessa forma, no presente estudo, considera-se que o engenho de São Januário contribuiu para a formação do núcleo urbano de Nossa Senhora da Penha do Córrego de Jaraguá, como ponto de produção, comércio e amparo aos viajantes.

O contexto do sítio arqueológico histórico São Januário

A Capela de São Januário encontra-se instalada em local de destaque na topografia, afastada estrategicamente das inundações do rio Pari e do córrego Marinho. O método construtivo apresenta paredes altoportantes, que sustentam as paredes e telhados, exercendo a função estrutural das vigas e pilares. Ainda podemos visualizar e localizar os milhares de blocos de quartzito retirados da capela para construção da citada barragem da usina.

A área total da Capela de São Januário mede 551m², era cercada com muros de quartzito, com aproximadamente, 1.00 m de altura, que circundava e protegia o corpo da capela com 100m². As fundações e paredes altoportantes de quartzito com 0,70m de espessura, enquanto a parte frontal era mais reforçada com 1,00m de espessura. Pelo lado sul havia um acesso principal, com uma calçada com lajes de quartzito e outro acesso lateral, outro acesso é uma escada que interliga as duas edificações. O registro arqueológico formado nos indicou a posição do altar no interior da ruína, onde foram coletados restos de madeira e cravos. As telhas da capela, em sua grande maioria, foram reaproveitadas por moradores locais, e algumas dezenas de telhas ainda se encontram encostadas no alicerce norte.

A pesquisa arqueológica possibilitou a projeção arquitetônica da Capela e do cemitério em sua parte posterior. Com sua parte frontal voltada para o lado sul e para a Estrada do Nascente ou Estrada Real, que transportava viajantes, comerciantes com suas tropas de mulas carregadas de mercadorias do Rio de Janeiro e São Paulo para Vila Boa e depois para Cuiabá (Vila Bela de Santíssima Trindade).

Sítio Arqueológico São Januário e a Capela de São Januário

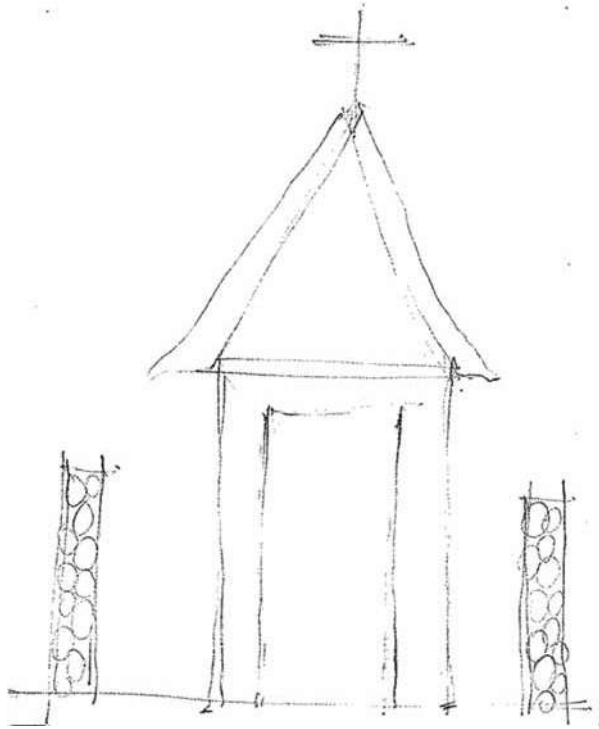


Figura 4 - Esboço da Capela de São Januário

A partir dos requerimentos de Sesmarias consultados no Arquivo do Estado de Goiás e de São Paulo, constatamos que as primeiras glebas registradas em Jaraguá encontram-se entre os anos 1751 a 1775, em nome de Baptista José da Rocha (1751), Belchior da Silva (1764), Francisco Suarez de Barros (1765), Francisco V. Bulhões (1765), Baptista José da Rocha (1767), Caetano Alves da Silva (1767), Baptista José da Rocha (1769), Antonio da Costa Marques (1771), José Lopes da Silva (1773), Antonio de Almeida Paes (1774), Francisco Soares de Bulhões (1774), Antônio da Silva Valença (1775), Antônio Gomes de Almeida (s/d), Antônio Gomes de Almeida (s/d), José P. de Padilha (s/d) e Francisco de Campos (s/d).

Dessa maneira se confirmou que um dos primeiros colonizador/sesmeiro da região foi Baptista José da Rocha ou José Baptista da Rocha proprietário da região conhecida como São Januário. As ruínas localizadas na Fazenda de São Januário fazem parte das duas (2) Sesmarias conhecidas como Engenho de São Januário. Contudo, nem todos os requerimentos de registro de sesmarias constam nos arquivos públicos nos estados de Goiás e São Paulo.

Enquanto a documentação arquivística consultada na Procuradoria Geral do Estado de Goiás, que visava reconstituir a ocupação das terras de São Januário no século XIX, identificou entre os anos de 1856 a 1860 vinte e quatro (24) sesmeiros que se dedicavam à mineração, agricultura e pecuária, sendo que treze (13) sesmarias apresentavam registro localizacional, os outros onze (11) sesmeiros foram indicados no próprio *Registro Paroquial*, ou seja, foram citados textualmente como vizinhos ou confrontantes.

Os vinte e quatro (24) pioneiros se dedicavam à mineração, agricultura e pecuária são: Agostinho Froés, Antônio da Silva Valença, Antônio da Costa Marques, Antônio de Almeida Paes, Antônio Gomes de Almeida, Antônio Cabral Teixeira, Baptista José da Rocha, Belchior da Silva, Caetano Alves da Silva, Domingos Martins, Francisco de Campos, Francisco Gonçalves Aguiar, Francisco Ribeiro de Araújo, Francisco Soares de Bulhões, Ignácio Torres, Francisco Suarez de Barros, Inácio de Almeida Paes, João Ribeiro, José Francisco Raimundo, José Lopes da Silva, José P. de Padilha, Manoel Francisco (padre), Manoel Martins Galo e Suzana Pereira.

A grande contribuição dos registros históricos sobre o engenho de São Januário veio com a localização de documentação sobre sua produção, pesquisada no acervo do Museu das Bandeiras, na cidade de Goiás, onde o sesmeiro Baptista José da Rocha, com patente de Alferes,

Sítio Arqueológico São Januário e a Capela de São Januário

e citado como “*minero de fábrica avultada*” aparece nos anos de 1751, 1767 e 1769 requerendo sesmarias. No ano de 1767, Baptista José da Rocha requer mais terras no “*Ribeirão Sucurí, caminho de Jaraguá*” e também no arraial consolidado no *Córrego de Jaraguá*.

Conforme documentação arrolada nos Arquivos do Museu das Bandeiras, no Livro de Coleta de Aguardente - 1779, da Junta Real, Fazenda de Villa Boa. Consta no Livro a existência de quatro engenhos em Jaraguá, entre eles o Engenho de São Januário, em 1779 seu nome e do Engenho de São Januário é registrado como grande produção de aguardente em Jaraguá, pertencente à Baptista Joze da Rocha. O Engenho de São Januário e de São João (de propriedade de João Baptista da Rocha) aparecem como os dois maiores produtores de aguardente de Jaraguá, seguidos de Ignácio Torres e Jozé Leite. Entre os duzentos e noventa títulos do Registro Paroquial registrados, onze apresentam referências diretas ao Engenho de São Januário, ou às duas Sesmarias de São Januário, requeridas por Baptista José da Rocha.

Registro N.º 232 de 1858

“Eu Cacianno de Oliveira e Silva faço para o registro a declaração seguinte . Possuo nesta Freguesia de Jaraguá atraz da serra dentro das Sesmarias de Sm Januário hoje pertencente a vários donos uma situação denominada Córrego Grande. A extensão desta Sesmaria é de huma légua de comprimento e outra de largura : estima-se ao nassente na serra grande , ao puente limita com terras do Tenente Coronel Custódio Rodrigues de Moraes por um serrote, ao norte extrema-se na estrada real em uma cruz grande ao sul limita-se com terras de Francisco Policarpo de Amorim pelas vertentes da matta que sai em sua casa. Villa de Jaraguá 29 de Setembro de 1858 - Cacianno de Oliveira e Silva. Apresentada para o registro no dia 29 de Setembro de mil oitocentos de cincoenta e oito. Pagou de emolumentos hum mil duzentos e trinta e oito reis (l :238 r) O Vigário Silvestre e Alvares da Silva.”

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

A partir dos Registros Paroquiais da Freguesia de Jaraguá (1856 a 1860) identificamos registros específicos das ocupações sucessivas nas glebas de São Januário, no entanto, não devemos desconsiderar a possibilidade de sua existência ser mais remota e anteceder à aquisição pelo mineiro Baptista José da Rocha:

- 1 1º Ocupação– Baptista José da Rocha.
- 2 2º Ocupação– Demétrio Borges de Almeida e Emerecianna de Almeida; Caccianno de Oliveira e Silva; José Ciriaco de Melo; Bruno da Costa Matos.
- 3 3º Ocupação – José Borges de Almeida; Maria de Sant’Anna e Almeida; Francisca Maria de Souza; Joaquim Rodrigues de Bessa.
- 4 4º Ocupação – João Moreira de Sant’Anna, Joaquim de Sant’Anna; Manoel Coutinho.
- 5 5º Ocupação – Famílias Amorim e Freitas e outras
- 6 6º Ocupação – Otacílio Machado e Maura de Freitas e herdeiros

A partir dos dados arqueológicos, arquitetônicos e históricos levantados e apontamos os seguintes pontos concordantes sobre o Engenho de São Januário: sua localização por toda sua extensão da Serra de Jaraguá, considerando que o engenho está no lado oposto à atual cidade; ocupava duas Sesmarias de no mínimo seis léguas em quadra (6.600m x 6.600m x 6.600 x 6.600m). Limitava a leste/ nascente com a Serra de Jaraguá; ao oeste com as terras de Custódio Rodrigues Moraes e o rio Pari; ao sul com as terras do Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso, Felipe Souza Caldas e Francisco Policarpo Amorim e ao norte confronta com as terras do Capitão José da Silva. O conjunto das ruínas é cortado

Sítio Arqueológico São Januário e a Capela de São Januário

longitudinalmente pelo caminho real e está no interflúvio do rio Pari e o córrego Marinho; no ano de 1856, data do início do registro paroquial, o Engenho encontra-se extinto e as “*Sesmarias vencidas*” o que significa que não eram cultivadas e encontravam-se abandonadas e sem proprietário. Não havendo mais referências sobre o proprietário, desde então, as duas Sesmarias foram sendo ocupadas pelos confrontantes e outros.

A produção de aguardente do engenho de São Januário e São João, provavelmente pertencente à mesma família, deveria abastecer a escravaria das minas e a população de locais próximos. As referências documentais indicam que até o ano de 1805, a sesmaria de São Januário pertenceu a Baptista José da Rocha. Em 1858 as duas sesmarias de São Januário já pertencem a vários proprietários, infere-se que a sesmaria foi abandonada e posteriormente ocupada por meio da posse.

E em relação ao programa arquitetônico proposto para a área, definiu-se que o programa arquitetônico do Engenho São Januário é característico de engenhos abertos, com edificações em blocos, concentrados em espaço definido e que todas as unidades estão interligadas funcionalmente: Monjolo/ (Setor 5), Olaria (Setor7), Unidade residencial e Senzala (Setor 3), Capela (Setor 2) e o Engenho próximo ao setor 1.

A Capela conotada como símbolo religioso encontra-se em local de destaque na topografia e em posição centralizada com as demais construções. Segundo Andreatta (informação pessoal, 1997) necessariamente nem todos os engenhos possuíam uma casa sede, existindo um local para moradia do “encarregado” ou capataz, por vezes na própria Capela.

Considerações Finais

A abordagem na região de Jaraguá, sob a perspectiva da Arqueologia Histórica, forneceu elementos para a continuidade de estudos,

tendo em vista, em um primeiro momento, seu processo de colonização, por meio de concessões de sesmarias e posse, iniciado nas margens do Rio Pari, expandindo-se para o lado nordeste da Serra de Jaraguá. Constatamos o contato interétnico consolidado na arquitetura sob influência portuguesa, com edificações robustas de pedras, barro e cobertura com telhas comuns (lisas e decoradas). A influência indígena e africana marcante na cerâmica cabocla ou Neo-brasileira lisa e com decorações diversificadas, com a técnica escovada, com incisões dispostas harmoniosamente no bojo e bordas, com a presença de pequenas asas, apliques e apêndices, e nos cachimbos; e a faiança fina comparece para os dias especiais de festas e visitas importantes.

A cultura material desse período está representada pela arquitetura vernacular e objetos de uso cotidiano, reconstituídos a partir de fragmentos cerâmicos formando potes e vasilhas de barro, cachimbo, telhas marcadas com as pontas dos dedos, cachimbos lisos e antropomorfos encontram-se presentes nas cidades coloniais do século XVIII e XIX no Brasil, são padrões que se repetem definindo estilos decorativos. No estado de Goiás, os estilos decorativos verificados como o escovado, entalhe inciso, espatulado, canelura e digitado são comuns aos séculos XVIII e XIX, enquanto as decorações variantes encontram-se presentes na produção nas cidades de Goiás Velho e Arraias com potes e vasilhas de barro “branco” com pinturas com matizes em vermelho e preto.

O Engenho de São Januário foi um marco na colonização existente na região e teve este local escolhido por seu proprietário, por estar em lugar estratégico, ou seja, próximo à Serra de Jaraguá, ao Rio Pari e à Estrada Real, onde se desenvolviam atividades agropecuárias conjugadas à mineração. Com base em documentação histórica ficou comprovado que o Engenho de São Januário encontrava-se instalado em duas sesmarias de propriedade do Tenente Baptista José da Rocha, denomi-

Sítio Arqueológico São Januário e a Capela de São Januário

nado “*mineiro de fábrica avultada*” isto é, considerado um proprietário de área de mineração com poder, riqueza e detentor de inúmeros escravos. Provavelmente, com vínculos junto ao Governo da Província, tendo em vista os privilégios a ele concedidos, como possuir duas Sesmarias, onde ergueu o Engenho São Januário, e de ter sido agraciado com a patente de Tenente.

A localidade de São Januário além de ser uma sede de Engenho, com função de produção de bens de consumo, constituía um povoado ou um local de pouso de tropas e boiadas que seguiam em viagens pela Estrada Real para a Vila Boa (SOUZA, 2005). Algumas sedes de engenho eram denominadas de “povoado”, no sentido do local apresentar um número de indivíduos convivendo no entorno da sede de fazenda ou engenho em habitações de barro e palha, como escravos. Porém, outro elemento preponderante na presença de um povoamento local é a descrição da existência de um cemitério de escravos na área do Engenho de São Januário. A localidade comportaria a demanda e o espaço de um povoado, um engenho e ponto de paragem, porém com restrições ambientais a sua ampliação, e a sede do engenho de São Januário seria nas imediações da atual sede da fazenda de São Januário.

Apesar de não descobrirmos referências a respeito da existência de um núcleo urbano na área de São Januário, as dimensões da Capela de São Januário são um tanto avantajadas para compor a capela de um engenho, comparando-a com outras Capelas de engenhos no Estado de Goiás. E não há como negar a existência do Engenho de São Januário, que está comprovada pela existência de documentação arquivística, cartográfica e arqueológica. A existência de povoados e pontos de paragem em fazendas, que desenvolvem atividades em consórcio como o cultivo de alimentos, criação de gado e a exploração do ouro de aluvião é bastante comum em regiões mineradoras distantes dos centros abas-

tecimento. E a presença da Estrada Real reforça a tese da existência do território rural de São Januário. Não há, portanto, como refutar sua existência, diante às ruínas do conjunto arquitetônico com as dimensões aferidas e construídas com a técnica mais antiga: pedra e barro.

Destacamos que não encontramos referências históricas na documentação arrolada de grupos indígenas na região, sendo que a área inteira a região do grupo Kaiapó, expropriado de suas terras pela expansão da colonização portuguesa.

O Engenho de São Januário em Jaraguá edificado no século XVIII apresenta o modelo de manufatura do açúcar de Goiás, com disseminação de grandes unidades em número reduzido, seguido de pequenas e médias unidades de produção, seja de açúcar, de aguardente ou ambas, instaladas no entorno da área urbana (arraiais) e próxima aos caminhos/estradas, associadas a atividades agropastoris vinculados ao comércio regular que proporciona sua existência com o declínio da produção aurífera.

REFERÊNCIAS

- ANDREATTA, Margarida Davina. *Comunicação pessoal*. Goiânia/São Paulo.1997.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão, 2ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- LEMOS Carlos. *Cozinhas, etc.* 2ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996 (Coleção Debates n.94).
- PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS. *Registros Paroquiais da Freguesia de Jaraguá (1856 a 1860)*.
- SILVA, Nancy R. de Araújo; FREITAS, Lena C.B. F de. *Antigas Fazendas do Planalto Central, DF*. LETRAS-UNB/Brasília-DF, março de 1993. *Pesquisa Histórica*, p.23-27.
- SOUZA, Margareth de L. (Coord. Científica) *Projeto Estrada do Nascente / Coordenação Científica e Carta Arqueológica Síntese* Margareth de Lourdes Souza; Coord. Geral Otávio Monteiro Daher. Goiânia, 2005. 7v.
- ZAMORA, Oscar M. F. *A Arqueologia como História*. *DÉDALO*, n.28,1990. p.39-52.

PARTE 2

**ASPECTOS CULTURAIS:
LINGUAGEM, ARTE E
ARQUITETURA**



Ester Ferreira¹



Maria Sueli de Aguiar²

O português falado por idosos de Jaraguá-Goiás: cartografias, história e cultura

- ¹ Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras Modernas (Português/Inglês), pela Universidade Estadual de Goiás (2008) e Mestrado em Letras e Linguística, pela Universidade Federal de Goiás (2010). É membro do projeto “A Linguística Histórica em Goiás, Maranhão, Tocantins e Minas Gerais”, coordenado pela Prof^a Dr^a Maria Sueli de Aguiar (Universidade Federal de Goiás). Atua principalmente nos seguintes temas: processos fonológicos, variação e mudanças linguísticas, léxico, cultura e Língua Portuguesa. Atualmente é professora adjunto no Instituto de Educação Superior/Faculdade Padrão, no Instituto Qualis de Pós-Graduação e na Secretaria de Estado da Educação de Goiás.
- ² Possui graduação em Bacharelado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1985), Mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1988), Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1994) e Pós-Doutorado pela Universiteit Leiden (2005). Atualmente é Associada III da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Linguística Antropológica e Histórica, Línguas Indígenas (Família Páno) e Línguas Neolatinas (Língua Portuguesa).

A linguagem usada entre membros de uma determinada comunidade ou grupo, sendo a imagem do objeto expressado ou do sentimento revelado, é singularmente apropriada para fazer as ideias acuradas e, por extensão, a compreensão, por levá-los a formar o hábito de observação, elaboração e análise. Essa linguagem é viva e dinâmica; ela carrega os sentimentos, as crenças, os costumes, as tradições, os conhecimentos e desenvolve a imaginação. Nenhuma outra forma de falar é mais apropriada para expressar as grandes e fortes emoções dessas pessoas. Essa linguagem permite que seus falantes se expressem, poetizem e sonhem. (Desloges¹, 1779 apud Souza, 2003, p.336)

O presente capítulo, intitulado *O Português Falado por Idosos de Jaraquá-Goiás: Cartografias, História e Cultura*, constitui-se parte da dissertação de mestrado, *Vocalização dos fonemas /l/ e /r/ pós-vocálicos: Jaraquá-Goiás* de Ferreira (2010), a qual

¹ DESLOGES, Pierre. 1984. A Deaf Person's Observations About an Elementary Course of Education for The Deaf. In: Harlan Lane & Franklin Philip (eds.) *The Deaf Experience – classics in language and education*. Cambridge: Harvard University Press. (Texto escrito em francês, Paris: Morin, 1779)

se integra ao projeto *A Linguística Histórica de colonização em Goiás, Maranhão, Tocantins e Minas Gerais*, que vem sendo desenvolvido na Universidade Federal de Goiás desde o ano 1999. Esse projeto idealizado e coordenado pela professora Dr^a Maria Suelí de Aguiar, teve como ponto inicial o projeto FILOBAND (Filologia Bandeirante), proposto por Heitor Megale da UNICAMP (Universidade de Campinas/SP) que era desenvolvido juntamente com coordenadores dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e do próprio estado de São Paulo.

O FILOBAND possuía como objetivo primordial estudar as características e os resquícios da fala herdada dos bandeirantes paulistas, para tanto o estudo abrangia as trilhas deixadas por eles. Em Goiás, no decorrer das pesquisas, o projeto linguístico, coordenado pela Professora Maria Suelí, tornou-se um estudo linguístico-histórico do falar goiano, tendo como tema central a história de colonização. Inicialmente, o projeto citado integrava só o estado de Goiás; posteriormente estendeu-se aos estados do Maranhão, Tocantins e Minas Gerais. Podemos afirmar que esse projeto nasceu no coração de um grupo de pesquisadores que, assim como outros, não acredita em superioridades e inferioridades de línguas e culturas, mas somente em diferenças existentes entre elas. (Ferreira e Aguiar, 2009).

Em outras palavras, são diferentes formas de conviver, de modo a prevenir discriminações, ressentimentos, e, em pontos mais extremos, a intolerância, principalmente, linguística. Desta forma, os integrantes desse grupo acreditam ainda que o estudo da Língua Portuguesa do Brasil vai ao encontro de diferentes povos e culturas e, de modo específico, de períodos históricos e de fatores internos e externos que contribuíram e contribuem para a formação e consolidação da nossa língua, o que se torna fundamental para a compreensão do Português falado nas diversas regiões do Brasil nos dias atuais.

O português falado por idosos de Jaraguá-Goiás: cartografias, história e cultura

Partimos do princípio de que a língua é considerada um instrumento vivo e dinâmico que se move pelo tempo e pelo espaço num ritmo que lhe é próprio; ao passo que a linguagem oral se constitui em uma herança histórica, cultural e social de seus falantes. Porém, é na fala, forma real da língua, que o pensamento se realiza. Saussure (1977, p. 21) define a fala como um ato individual de vontade e inteligência, ou seja, ela se constitui de combinações que permitem que o falante realize o código da língua com o propósito de exprimir seu pensamento individual e o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações. Nesse sentido, Fiorin e Peter (2008) utilizam uma metáfora para ilustrar que o pensamento reside no coração, transita pela cabeça e é reproduzido na fala.

Muitas vezes, a mudança linguística é vista como corrupção, decadência, degeneração da forma original de uma língua, e mesmo como *preguiça* e *relaxamento* de seus falantes, evidenciando uma ameaça para a educação e integridade de uma nação. Todavia, aos olhos dos linguistas históricos essas mudanças são concebidas como sinal de vitalidade, naturalidade, espontaneidade e, até mesmo, de encantamento e fascínio, tendo em vista que o processo de mudança representa exatamente um fato de vida. Além disso, todas as línguas mudam o tempo todo e as mudanças são inevitáveis nas línguas vivas. (Campbell, 2004).

Nessa abordagem, a linguagem humana configura-se como infinita, isto é, repleta de possibilidades, representando, sobretudo, a cultura e a identidade de seus falantes. São essas possibilidades e infinitudes que nos envolvem, encantam e fascinam, levando-nos a aventurar, segundo a metáfora de Tarallo (1990), pelos túneis linguísticos em busca do passado na tentativa de compreender o momento presente, no caso, da Língua Portuguesa do Brasil, especificamente do Português falado em Goiás.

Em virtude de todo organismo vivo apresentar constantes evoluções, a língua falada encontra-se em processo contínuo de mudanças. Estas se constituem o foco crucial da Linguística Histórica, ciência encarregada de estudar o passado das línguas, as línguas do passado e também de reconstruir as famílias linguísticas.

Tecidas essas considerações preliminares analisamos, neste capítulo, o processo de mudança de significado sob os auspícios da Linguística Histórica, considerando o contexto cultural dos falantes. Os dados analisados foram retirados do *corpus* linguístico coletado em Jaraguá, Estado de Goiás, Brasil, entre 2008 e 2009. A propósito, os participantes de nossa pesquisa são denominados *colaboradores* e são identificados pela letra *C* seguida de números, por exemplo, *C.01*, *C.02* e assim por diante. Adotamos o termo colaborador retirado do trabalho de Costa (2005), pois, da mesma forma que essa autora, acreditamos que a colaboração dessas pessoas é imprescindível para a realização e consolidação de nossas pesquisas.

Nessa perspectiva, compartilhamos também do pensamento dos linguistas Fiorin e Peter (2008), no prefácio do livro *África no Brasil – a formação da Língua Portuguesa*, em que revelam um sentido de respeito pelas comunidades pesquisadas, pela sua língua (modo de falar) e pela sua cultura, que são cristalizações de seus modos de ver, interpretar e compreender o mundo em que vivem, o que está diretamente em sintonia com nossas crenças, aspirações e princípios éticos.

Apresentamos, a seguir, os tópicos deste capítulo, que estão organizados da seguinte forma: No tópico 1, *Cartografias metodológicas: coleta de dados*, apresentamos os critérios, materiais e métodos utilizados para a coleta de dados e, posteriormente, para a constituição do *corpus* linguístico. No tópico 2, *Cartografias culturais: tradição, fé e religiosidade*, apresentamos as festividades culturais de cunho religioso,

ênfatizando a Folia de Reis. No t3pico 3, *Cartografias reflexivas: l3ngua e cultura*, discurremos acerca da influ3ncia cultural na l3ngua falada por grupos ou comunidades. E, no t3pico 4, *Cartografias lingu3sticas: origens hist3ricas e culturais da fala da comunidade idosa de Jaragu3*, transcrevemos fragmentos das entrevistas e analisamos os significados que as palavras e express3es podem apresentar em decorr3ncia do contexto e da cultura de seus falantes. Para finalizar, apresentamos as notas finais e as refer3ncias.

Posto isto, apresentamos informa3es acerca do trabalho de campo realizado com falantes idosos pertencentes 3 comunidade de fala de Jaragu3, no per3odo de 2008 a 2009.

1 Cartografias metodol3gicas: coleta de dados

O trabalho de campo realizado para coleta de dados lingu3sticos iniciou-se no dia 28 de julho de 2008 e se encerrou no dia 30 de agosto de 2009. A maioria das entrevistas foi realizada individualmente e ocorreu em encontros informais na pr3pria resid3ncia do colaborador. Tivemos somente dois casos em que as entrevistas foram coletivas e se realizaram em pra3as p3blicas, ao ar livre. Nessas duas ocorr3ncias, quando 3amos de uma casa para outra, encontramos essas pessoas, iniciamos o di3logo e a conversa fluiu naturalmente. Em seguida, pedimos permiss3o para gravar e esta nos foi concedida.

O grupo de amostra 3 composto por dezessete falantes, que foram selecionados conforme os crit3rios estabelecidos pelo projeto de Lingu3stica Hist3rica, citado na introdu3o deste texto, dentre os quais, apontamos os seguintes: 1) faixa et3ria: acima 65 anos; 2) n3vel de letramento: nenhum ou pouco; 3) naturalidade: nascidos na regi3o ou que tenham mais de cinquenta anos de resid3ncia na localidade; 4) n3vel

sócio-econômico: baixo; 5) localidade: área urbana da cidade de Jaraguá; e 6) sexo: ambos os sexos.

Outros fatores que consideramos relevantes foram o tempo de permanência na localidade e o acesso aos veículos de informação, como rádio e televisão. A maior parte dos colaboradores é nascida no município de Jaraguá; os outros chegaram à região nas décadas de 1930 a 1950, em tenra idade, e não saíram mais das proximidades do município. Inclusive, alguns jamais retornaram aos locais de origem, perdendo completamente o contato e o vínculo com os familiares.

Diante o exposto, asseveramos que a escolha desse grupo de falantes se justifica por pressupormos que nele há maior probabilidade de encontrarmos traços de conservação e, em tempo simultâneo, de inovação linguística.

O *corpus* é composto por dezessete entrevistas, havendo gravações de 30 minutos a duas horas de duração. Oito entrevistas foram gravadas em fita cassete e nove em aparelho MP-5 *Style*. O tempo não foi estipulado previamente, pois esse fator dependia da disponibilidade e da espontaneidade de cada colaborador. Além das gravações em áudio e vídeo, utilizamos outras formas de registro, como por exemplo, o diário de campo. Cabe assinalar que os procedimentos de registros foram realizados com a autorização prévia do colaborador e, em alguns casos, de familiares.

Adotamos a entrevista semi-estruturada ou livre. O conteúdo do referido *corpus* é composto por diálogos e narrativas pessoais sobre infância, família, trabalho, crenças, atividades religiosas e culturais e, principalmente, sobre a história e o surgimento da cidade.

Para a realização da pesquisa de campo, seguimos os princípios da Etnografia. Desse modo, a observação desse estudo classifica-se nos seguintes parâmetros: 1) não-estruturada – não seguimos critérios cro-

nológicos ou temporais; 2) participativa e não-participativa – pesquisadora não permaneceu na realidade *in locus* durante todo o tempo da pesquisa, mas participou de eventos e festividades do grupo pesquisado; 3) individual – realizada por uma única pesquisadora e 4) em campo – os dados foram coletados no contexto de uso real da língua, ou seja, na própria residência do colaborador.

No tópico seguinte, discorreremos sobre as festividades tradicionais de cunho religioso, relatando nossas experiências e observações a respeito da Folia de Reis.

2 Cartografias culturais: tradição, fé e religiosidade

Tendo em vista que adotamos os princípios da Etnografia para a coleta do material linguístico utilizado em nossa pesquisa (2008-2009), participamos parcialmente das festividades do grupo pesquisado. Em virtude de a maioria dos colaboradores desta pesquisa ser membro de algum grupo de folia é que priorizamos essa festa popular.

A Folia de Reis² é um evento popular que transcende o âmbito religioso e incorpora aspectos da cultura regional. Trata-se de uma expressão do Brasil agrário, apresenta características próprias, expressas em coreografias, ritmos e canções. Embora haja incorporação de pecu-

² A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela UNESCO em 17 de outubro de 2003, contempla a Folia de Reis como parte integrante desse patrimônio. Essa convenção reconhece a necessidade de conscientização, sobretudo das gerações mais novas, para a relevância da salvaguarda do patrimônio cultural e também enfatiza o respeito às comunidades, aos grupos e às pessoas envolvidas com tal patrimônio. (RECOMENDAÇÕES DE PARIS 32ª SESSÃO, 2003 [2009]). O Patrimônio Cultural Imaterial é transmitido oralmente de geração em geração. Constantemente é recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando nas pessoas envolvidas um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo sobremaneira para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, 2005 [2009]).

liaridades locais, os grupos preservam a crença e a devoção a São José, à Virgem Maria, e, principalmente, aos Três Reis Santos (Magos) e ao Menino Jesus. Sendo que nessa festa, objetiva-se comemorar, de forma jubilosa e regozijante o nascimento de Jesus Cristo. O enredo lembra a viagem que os três reis magos, Baltazar, Belchior e Gaspar, fizeram a Belém para encontrar e presentear o Menino Jesus. (Tremura, 2005).

Como legado histórico dos padres jesuítas do reino lusitano, a cidade de Jaraguá conserva, além da Folia de Reis, a Folia do Divino Espírito Santo e as Cavalhadas. Essas manifestações são enriquecidas com o conhecimento cultural da população jaraguense. Como já mencionamos, há duas folias: a Folia de Santos Reis, que se realiza entre os dias 31 de dezembro a 06 de janeiro, em que o grupo de foliões faz o percurso, denominado *giro*, durante a noite, isto é, visita às casas que foram escolhidas previamente para receberem a folia; e a do Divino Espírito Santo ou Festa do Divino, que acontece no mês de maio, conhecida também como folia mineira. Nessa folia, os foliões e participantes fazem um percurso religioso durante o dia.

As apresentações das Cavalhadas ocorrem por ocasião da Folia do Divino, mais especificamente nos dois últimos dias de festa. No período da Folia de Reis, são apresentadas algumas danças como *catira*, *lundum*, esta última possivelmente se trata de uma homenagem ao negro, e *tapuia*, em homenagem ao indígena. Porém, as danças do *lundum* e do *tapuia* estão sendo esquecidas, pois de acordo com os organizadores/participantes dos eventos, a tradição cultural, no caso as danças, que durante anos vêm sendo passada de pai para filho, atualmente possuem pouco ou nenhum significado para as pessoas mais jovens.

Freitas (2003), fundamentada em Santos (2002), assevera que, na região jaraguense, essas festividades tradicionais tiveram origem na época da mineração, constituindo-se em uma forte herança do período

O português falado por idosos de Jaraguá-Goiás: cartografias, história e cultura

colonial. Assim, de acordo com as palavras da autora, “muitas das festas tradicionais, vivenciadas ainda hoje, que tiveram suas origens à época das minas, como a Festa do Divino Espírito Santo, as Cavalhadas, a Folia de Reis, dão sustentação às tradições, crenças e costumes locais.” (Freitas, 2003 p. 75).

A folia de Reis é bastante disseminada na região jaraguense, de modo que em cada povoado existe um grupo organizado disposto a manter a devoção e a tradição cultural e religiosa. São um total de doze grupos³ que, em consonância à linguagem dos foliões, denominam-se *galhos*. No decorrer do ano, esses grupos se preparam para o evento religioso que tem duração de sete dias. Uma das principais missões é conseguir alimentos para todos os devotos, participantes e simpatizantes, durante os dias de festa. São momentos dedicados à fé e também à diversão. Os membros de cada grupo trabalham conjuntamente em prol da realização da folia que, segundo eles, consiste em missão sagrada, em questão de fé e devoção aos Três Reis Santos.

Conforme afirmamos anteriormente, o principal objetivo das folias é homenagear o Menino Jesus, nascido em Belém de Judá. Os grupos de fiéis relembram e simulam a viagem realizada pelos três Reis Magos que foram visitar o rei dos judeus, oferecendo-lhe presentes valiosos: ouro, incenso e mirra. Nesse sentido, celebram a fé, a caridade, a união, o amor, a paz, a partilha, a solidariedade e a humildade. Portanto, os cânticos estão voltados especificamente para esse tema e as orações são de agradecimentos e reflexões sobre a realidade dos participantes. São momentos de muita confraternização, união e emoção.

³ Folia do Saraiva, Folia do Córrego Grande, Folia da Vila Aparecida, Folia da Cachoeira, Folia da Fazenda Bom Jesus, Folia de Arturlândia, Folia da Vila Santa Bárbara, Folia da Irmandade dos Três Reis, Folia da Paróquia Nossa Senhora da Penha, Folia da Fazenda Sucuri, Folia Os três Reis Santos e Grupo de Folia de Reis do Zé Carioca.

Um dos momentos mais emocionantes que pudemos presenciar foi o da escolha do responsável pela folia do próximo ano, o qual é denominado *festeiro*, na linguagem hierárquica da folia e, em seguida, o momento da entrega da bandeira. A bandeira, símbolo honorífico da Folia de Reis, fica em poder do *festeiro* durante todo ano. O festeiro é escolhido pelo *embaixador* que representa a autoridade máxima dentro do grupo. Vale ressaltar que é eleito um responsável geral, mas todo o grupo trabalha unido, de forma muito colaborativa.

No dia sete de janeiro, todos os grupos se reúnem para o encerramento coletivo da festa na cidade de Jaraguá. Essa iniciativa foi tomada pelo atual padre da Paróquia Nossa Senhora da Penha, apoiado pela Secretaria de Cultura do Município. Nesse encontro, realiza-se a celebração de uma missa e, em seguida, cada grupo tem oportunidade de fazer uma apresentação de cantos sagrados, durante cinco minutos.

Após todas as apresentações, há o intervalo para o almoço, o qual é servido gratuitamente para todos os participantes e simpatizantes de uma das maiores festas religiosas e culturais do município. Em seguida, ocorrem as apresentações das danças. Atualmente, há a apresentação somente da *catira*. Além dessas festividades tradicionais de cunho religioso, Jaraguá apresenta outras festas como o Carnaval de Rua, a Festa do Peão, ocasião da comemoração do aniversário da cidade, e a Feira da Indústria do Vestuário. A cidade é conhecida como a capital goiana da indústria de confecção do *jeans*.

No próximo tópico, apresentamos uma breve reflexão acerca da influência da cultura na língua, de modo específico, na fala de grupos e comunidades.

3 Cartografias reflexivas: língua e cultura

A cultura de um povo representa uma identidade geral que se apoia no inconsciente coletivo. Em qualquer sociedade, o comportamento coletivo foi elaborado gradativamente e funciona de maneira quase inconsciente.

O estudo sobre a fala permite compreender os conceitos e as ocorrências da vida cotidiana, por ser modelo e modelador de cultura. Segundo Matoré (1953, p. 37 *apud* Carvalho, 2009), “a palavra analisa e objetiva o pensamento individual, assumindo um valor coletivo: há uma sociabilidade própria da língua”. Desta forma, de acordo com Bourdieu (1982 *apud* Biderman, 1989), língua e cultura formam um conjunto indissociável que não é ensinado em nenhum lugar especial, mas adquirido e compartilhado através dos acontecimentos e vivências do dia-a-dia.

Nesse sentido, Biderman (1989, p.05) acredita que “o vocábulo, símbolo verbal da cultura, perpetua a herança cultural através dos signos”. O estudo de palavras, em que o componente cultural se manifesta com mais intensidade, pode resultar no fio condutor para o conhecimento de uma sociedade, comunidade ou grupo.

Esse componente cultural é denominado por Galisson (1987), carga cultural compartilhada, o que permite identificar o falante enquanto indivíduo coletivo. Contudo, tal carga cultural não é uniforme. Há formas diferentes de nomear o mesmo referente. Temos diferenças, quanto ao significado, entre o Português Brasileiro (PB) e o Europeu (PE). Assim sendo, a palavra *cachaça* do PB corresponde a *ginja* no PE. Temos também exemplos de marca cultural dentro do território brasileiro como a palavra *mandioca*, em Goiás, *macaxeira*, no Maranhão e, *aipim*, na região Sudeste. Desse modo, consideramos que todo

ato de fala é um ato ritualizado, pois representa as práticas sociais nas quais se reconhecem os membros de uma determinada comunidade ou grupo. O sistema da fala é a soma de experiências de uma sociedade e de sua cultura.

Qualquer língua falada em um território bastante amplo, como é o caso do Português Brasileiro, manifesta diferenças que, naturalmente, aparecem no modo de falar das comunidades locais. Geralmente, a mudança de significado ocorre em decorrência da necessidade de nomear objetos, técnicas, conceitos ou concepções novas que surgem em uma comunidade de falantes. (Silva, 2008, p. 86). Nesse sentido, Bechara (1999, p. 118) ressalta que a produtividade de uma língua consiste também em conceder vida aos vocábulos já existentes, isto é, velhas palavras são empregadas com novos significados. Para os linguistas, de modo específico, os linguistas históricos, a língua é um sistema dinâmico que muda de acordo com as necessidades e a criatividade de seus falantes.

As palavras podem apresentar diferentes significados de acordo com o contexto no qual estão empregadas. Desse modo, *estrela* ilustra o que afirmamos, podendo significar *corpo celeste, ator/atriz, animal marinho ou nome próprio*. Embora as palavras carreguem um significado, elas somente adquirem significação efetiva no contexto em que estão empregadas (Silva, 2008, p. 124), pois esse significado depende do contexto cultural e social no qual os falantes estão inseridos.

Apresentamos, no próximo tópico, o estudo dos significados dos termos e das expressões retirados do *corpus* linguístico da comunidade de fala pesquisada em Jaraguá.

4 Cartografias linguísticas: origens históricas e culturais da fala da comunidade idosa de Jaraguá

Os estudos na área da Linguística Histórica revelam que a maior parte do conjunto de palavras do Português é de origem latina. A porção mais representativa desse sistema é formada por itens lexicais populares (vernáculos). No entanto, no período da Renascença, a partir dos séculos XV e XVI, houve uma renovação do sistema linguístico português com o abandono das formas populares e a entrada maciça de termos eruditos. Foi o fenômeno da reconstituição erudita. Esse episódio sucedeu, por exemplo, com a palavra *formosu*, cuja forma vernácula era *fremoso*, e por reconstituição erudita passa a ter a aparência que conhecemos hoje, *formoso*. (Houaiss, 2007).

Outro ponto a destacar é que na passagem do Latim Clássico para o Latim Vulgar e, posteriormente, para as línguas românicas, especificamente, para o Português, a diferença no tratamento sonoro (fonológico) das palavras possibilitou que a partir de um termo latino surgissem um item vernáculo e outro erudito. Como por exemplo, a partir da palavra latina *solitariu* originaram-se *solitário* (erudito) e *solteiro* (popular). Essas palavras entraram para o Português através do processo de continuidade linguística ou hereditariedade, as quais sofreram adaptação fonológica (sonora) e fazem parte do processo de comunicação do povo. Por outro lado, os empréstimos vocabulares do Latim Clássico, são vocábulos técnicos, de uso isolado, geralmente, dissociados da realidade linguística e desconhecidos do povo, é o caso de superlativos como *magérrimo* e *paupérrimo*.

Além disso, segundo Clare (2009), a Língua Portuguesa é constituída de palavras e termos provenientes de sistemas linguísticos muito diferentes como Provençal, Holandês, Hebraico, Chinês, Turco, Japo-

nês, Alemão, Russo, sem falar em idiomas bem mais familiares como o Inglês, o Espanhol, o Italiano e o Francês, os quais juntamente com outros contribuíram para moldar esse heterogêneo mosaico que é Língua Portuguesa.

No caso específico do Português Brasileiro, temos os elementos linguísticos de origem indígena e africana que tiveram relevância significativa na formação e institucionalização desse sistema linguístico. São palavras de origem africana, por exemplo, *quitute*, *engambelar*, *berimbau* e de origem indígena, podemos citar *jacaré*, *caju*, *pipoca*, *jiboia* *tapioca*. Camara Jr. (1985) denominou esses vocábulo indígenas como empréstimos íntimos pertencentes ao acervo de palavras do Português Brasileiro.

No processo de fala de pessoas idosas de Jaraguá, constatamos palavras originárias do Latim, principalmente da modalidade popular. Há, em menor recorrência, palavras de origens indígena e africana, além de itens lexicais provindos de outras línguas, como Inglês e Germânico. Nessa abordagem histórico-cultural da fala, ocupamo-nos do estudo da mudança de significado que as palavras adquirem conforme a cultura e o contexto em que os falantes encontram-se inseridos.

Ao seguir os princípios de contextualização cultural, social e histórica, representamos os recortes de fala através de transcrição fonográfica. Desse modo, tentamos manter a originalidade e autenticidade dos dados, transcrevendo-os da forma mais real possível para nós; e em seguida, apresentamos os sistemas de representação ortográfica e, em alguns casos, de glosa.

Visando interpretar a mudança de significado, traçamos um estudo histórico, etimológico, comparativo e explicativo, para mostrar as mudanças que um determinado termo ou palavra sofreu ao longo do tempo em sua estrutura e em seu campo de significação. Para tanto,

utilizamos os seguintes dicionários: Houaiss (versão eletrônica, 2007), Michaellis (versão eletrônica [sd]), Aurélio (versões eletrônicas, [sd]) e Globo (1997). Convém assinalar que o símbolo > indica que uma palavra provém de outra, o símbolo < que uma palavra se transformou em outra e o ~ que uma palavra é variação de outra. Primeiramente, analisamos as palavras e em seguida as expressões.

4.1 iscaniciá ~ escarnicar

Nu tempu antigu, us mais novu tinha interessu na cuitura, hoji, nãu, faiz é iscaniciá. Eiz fala, issu é coisa di véi, di funcionáru du Lula (C. 13, dados coletados em 28/03/2009).

No tempo antigo, os mais novos tinham interesse na cultura, hoje, não, faz é escarnicar. Eles falam [que] isso é coisa de velho, de funcionário [aposentado] do Lula.

Dentre os dicionários consultados, somente o Houaiss (2007) registra a origem do verbo *escarnicar* (datação de 1713). De acordo com Houaiss, *escarnicar* é sinônimo de escarnir e vem do Germânico *sk'rjnam* ou *skernjan*, que é possivelmente um empréstimo do Latim *scanire* ou *schernire*, cujo significado remete a escarnecer ou fazer escárnio. Os dicionários são unânimes ao tratar dos significados dessa palavra, dentre os quais temos os seguintes: fazer escárnio, mofa, zombaria, sarcasmo e outras caracterizações depreciativas.

No contexto em que está empregada, a palavra *escarnicar* < *iscaniciá* tem simultaneamente o sentido de desprezo e de zombaria. Assim, quer dizer que as pessoas mais jovens menosprezam a tradição cultural e religiosa que durante anos constituiu-se um legado precioso passado de pai para filho.

4.2 piiguntação ~ perguntação (pergunta+cão)

Eu achu mui importanti, essi trabai qui essa minina invêi fazenu. Dispois, eu queru fazê uma piiguntação (C. 12, dados coletados em 20/03/2009).

Eu acho muito importante, esse trabalho [se referindo a nossa pesquisa] que essa menina vem fazendo. Depois eu quero te fazer uma perguntação.

O termo *pergunta* (datação de 1365) significa interrogação, inquirição, quesito, questionamento, dúvida. (Houaiss, 2007; Globo, 1997). Os demais dicionários também registram as mesmas definições. Segundo Houaiss (2007), a palavra *pergunta* (nome) originou-se a partir do verbo *perguntar*, que vem do Latim *praecunto*, modalidade vernácula, ou *perguntare*, modalidade clássica.

No contexto em que a palavra *pergunta* > *perguntação* foi empregada pelo colaborador, realizando-se na forma de *piiguntação*, hipoteticamente é uma criação por analogia popular a partir de suas correspondentes, e equivale a interrogação, isto é, ao ato de perguntar.

4.3 infruença ~ influência

Si us mais novu num tivé infruença, as fulia vai cabá, puique us mais véi tá cabanu. As fulia vai cabá, puique num tá insinanu us mais novu, mais us véi caba e a fulia nunca cabô. É um mistéru di Santu Reisi (C. 10, dados coletados em 02/11/2008).

Se os mais novos não tiverem influência, as folias vão acabar, porque os mais velhos estão acabando. As folias vão acabar porque não estão ensinando os mais novos, mas os velhos acabam e a folia nunca acabou. É um mistério de Santos Reis.

A palavra *influência* (datação do século XV) vem do Latim *influentia* e corresponde a influxo, poder que uma pessoa exerce sobre outra, prestígio, ato de influenciar-se, ação que se exerce sobre as disposições psíquicas, sobre a vontade de determinada pessoa. (Globo, 1997; Houaiss, 2007). Os dicionários Aurélio e Michaelis ([sd]) também registram essas mesmas significações, porém somente o Globo (1997) e o Houaiss (2007) mencionam a origem do respectivo vocábulo.

No contexto em que se encontra inserida, esta palavra, *influência* < *infruença*, é empregada no sentido de ensinamento e incentivo, isto é, ensinar e incentivar a juventude a ter devoção para dar continuidade a uma tradição religiosa e cultural.

4.4 incuntiu ~ incutiu

Jeraguá, uns anu atrais, uns vinti anu, era uma cidadi parada, num cricia, véia, mais parada. Aí pareceu as confecçãu, i u povu incuntiu naquilu i viu qui u negoçu era bãu, deu ceutu, né? I a cidadi invai crecenu (C. 06, dados coletados em 09/09/2009)

Jaraguá, uns anos atrás, uns vinte anos, era uma cidade parada, não crescia, velha, mas parada. Aí, apareceram as confecções, e o povo incutiu naquilo e viu que o negócio era bom, deu certo, não é? E a cidade vai crescendo.

A forma verbal *incutiu* (datação de 1836) vem do latim *incutere* ou *incutio* e significa inspirar, infundir, insinuar, sugerir, suscitar pensamentos e sentimentos. (Globo, 1997; Houaiss, 2007). Os demais dicionários consultados registram as mesmas definições para este vocábulo e registram também a origem etimológica.

Houaiss (2007) assinala que *incutiu* em sua origem latina apresenta os significados de: comover, abalar, lançar contra, atirar. No con-

texto em que essa palavra encontra-se empregada, realizando-se sob a forma de *incuntiu* possui sentido de dedicar, persistir, perseverar.

4.5 *rega* ~ *regra*

*Eu fui buscá água nu coigu quanu eu iigui a lata d'água, u negoçu caiu. Aí us mininu invia di carrêru, eu tampei u negoçu cum a peda i fui levá ezi pa dentu, quandu eu voltei us poicu tinha comidu. Eu sei qui era mininu puque quanu faitava a **rega** ni mim era mininu, tava di treis meisi* (C. 14, dados coletados em 27/03/2009)

Eu fui buscar água no córrego, quando eu ergui a lata de água, o negócio caiu [feto, ela teve um aborto espontâneo]. Aí, os meninos vinham de carreiro [correndo], eu tampei o negócio com uma pedra e fui levar eles para dentro [casa]. Quando eu voltei, os porcos tinham comido. Eu sei que era menino porque quando faltava a regra em mim, era menino, estava de três meses.

O termo *regra* (datação do século XIII) do Latim *regula* é sinônimo de princípio, norma, prescrição, preceito, lei, exemplo, modelo. (Globo, 1997). Os dicionários consultados são unânimes quanto à definição dessa palavra. No Latim, essa palavra apresenta os seguintes significados: barra de pedreiro ou carpinteiro para aferir e tornar reta uma superfície, pau ou ripa que sustenta alguma coisa, tala que endireita osso quebrado, preceitos ou normas que servem de guia a procedimentos ou comportamentos. (Houaiss, 2007). Segundo Houaiss, em seu percurso histórico, o item *regra* apresentou as seguintes formas: século XIII – *regra* ~ *regla* > século XIV – *regleas* ~ *rregra* > século XV – *reglla* > 1778 – *rega*.

No contexto em que está empregada, a palavra *regra* < *rega* se refere ao ciclo menstrual, ou seja, às leis biológicas femininas. O dicionário Michaelis ([sd]) registra essa palavra com o sentido de menstrua-

ção na variedade falada do Português Popular Brasileiro. Observamos que a colaboradora usa a forma registrada em 1778, para a palavra *rega* que se realiza como *rega*.

4.6 sipituca ~ sapituca

*Ôta pumessa qui eu fiz, foi pá Nossa Senhora Paricida, pá ela nunca dexá meus fii Morrê di fomi. Passei trinta anu pá pagá, num tinha dinhêru. Aí, um dia deu uma **sipituca** ni mim, aí eu falei pá minha minina, essa daí qui num casô: vamu lá ni Paricida du Noiti? Aí Deusu ajudô qui nós femu. Cê cridita qui dispoisi qui paguei a pumessa já fui lá umas três veizi (C. 14, dados coletados em 27/03/2009)*

Outra promessa que eu fiz, foi para Nossa Senhora Aparecida, para ela nunca deixar meus filhos morrerem de fome. Passei trinta anos para pagar, não tinha dinheiro. Aí, um dia deu uma sapituca em mim, aí eu falei para minha menina, essa aqui que não se casou: vamos lá em Aparecida do Norte? Aí, Deus ajudou que nós fomos. Você acredita que depois que paguei a promessa já fui lá umas três vezes.

A palavra *sapituca* exprime embriaguez rápida, estonteamento, ímpeto, ligeira embriaguez, perda momentânea das forças físicas, desfalecimento, desmaio. (Globo, 1997, Houaiss, 2007). Quanto ao significado, os dicionários consultados são unânimes, porém no que se refere à etimologia somente o Aurélio ([sd]) e o Houaiss (2007) mencionam uma possível origem indígena, os outros não se referem a registros etimológicos deste termo. Neste contexto a palavra *sapituca* < *sipituca* indica pensamento repentino seguido de uma atitude.

4.7 macumbaria ~ macumba (macumba+ria)

Ali pu di trais di Bancu du Brasili tinha uma gameleira, aí ranca-ru ela. Mais a aivi era grandi, viu? Fazia festa era pu debaxu da roda dela, mai num era festa boa, não. Era só ruindadi, coisa du treim ruim, mêmu, óba di macumbaria (C. 05, dados coletados em 09/09/2008).

Ali por trás do Banco do Brasil, tinha uma gameleira, aí arrancaram ela. Mas a árvore era grande, viu? Fazia festa era debaixo da roda dela, mas não era festa boa, não. Era só ruindade, coisa do trem ruim, mesmo, obra de macumbaria.

O termo *macumbaria* não se encontra registrado nos dicionários consultados. Pela relação de sentido no contexto, refere-se à macumba (datação do século XX) que, segundo os dicionários, trata-se de sincretismo religioso afrobrasileiro, derivado do candomblé, com elementos do catolicismo, do cultismo, do espiritualismo e outros. (Globo, 1997). O Aurélio e o Michaelis ([sd]) registram os mesmos significados. Conforme o Aurélio ([sd]), essa palavra provem de *makøba* (língua Quimbunda).

Além da definição de ritual religioso que já foi mencionada, esse dicionário registra também que popularmente *macumba* é denominada bruxaria, feitiçaria e até mesmo magia negra. Segundo Houaiss (2007), essa palavra significa na língua originária (Quimbunda) cadeado e fechadura.

Observamos que no contexto em que está empregada, a palavra *macumbaria* é entendida como rituais de bruxaria e feitiçaria por estar relacionada a tais entidades. Esses rituais eram mal vistos e causavam pavor em muitas pessoas. Conforme o emprego, *macumbaria* significa a prática da macumba, isto quer dizer, o ato de se cultuar tais espíritos.

Além disso, a gameleira, árvore típica da região, é mencionada como o cenário desses rituais, que segundo o relato do colaborador, era

o local preferido para oferecer sacrifícios e oferendas a espíritos maus para que perseguissem e amedrontassem outras pessoas.

4.8 massera ~ masseira

*Açuca, faz du memu jeitu qui faz meladu. Aí, pôi eli na **massera**. Depois qui eli çucara, aí pôi barru. Aí, quantu mais peitu du barru, a açuca é mais aivu. Já a pinga é fiividu, é du **suoli** qui vira pinga. Ah, mai si pinguçu subé u tantu qui pinga é poicaiãu, eli num bibia, nãu (C. 14, dados coletados em 27/03/2009).*

Açúcar, faz do mesmo jeito que faz melado. Aí põe ele na masseira. Depois que ele açucara, aí põe barro. Aí quanto mais perto do barro, o açúcar é mais alvo. Já a pinga é fervida, é do suor que vira pinga. Ah, mas se pinguço soubesse o tanto que a pinga é porcalhona, ele não bebia, não.

Masseira (massa+eira) vem da palavra *massa*, Latim *massa*, é um grande tabuleiro onde se amassa a farinha para fabricar pão. (Globo, 1997). O mesmo significado também se encontra registrado no Aurélio e no Michaelis. Segundo os registros de Houaiss (2007), essa palavra possui datação do século XIII, na Língua Portuguesa sob a forma *masseyras*.

No contexto em que se encontra empregada, *masseira* é um vasilhame (gamela) feito de madeira com furos, usado no processo de fabricação do açúcar. A *masseira* < *massera* era usada para colocar o melado, uma substância pastosa obtida a partir do caldo da cana apurado no fogo. Então, toda parte líquida era escoada pelos furos, ficando somente a parte sólida que é o açúcar. Esse era o procedimento para se fabricar açúcar antes da implantação de usinas no Brasil e posteriormente em Goiás.

4.9 *suoli* ~ *suor*

A palavra *suor* (datação do século XIV) provém do Latim *sudore*. No Português Brasileiro significa: humor aquoso e incolor, que se destila pelos poros; é o ato de suar. Na linguagem figurativa essa palavra é empregada com o sentido de trabalho penoso, sacrifício, resultado de grandes fadigas. (Globo, 1997). Os dicionários Aurélio e Michaelis registram os mesmos significados. Houaiss (2007) informa que no século XV, a palavra *suor* possuía a forma estrutural *sudor*.

No contexto em que está empregada, a palavra *suor* < *suoli* é entendida como o vapor do caldo da cana ocasionado pela fervura em altas temperaturas e também como trabalho penoso, pois as técnicas e os equipamentos eram rudimentares.

4.10 *discabriadu* ~ *descabreado* ~ *escabreado*

*Tevi uma épa qui nós passô muita difículdadi. Papai prantava roça. Aí, ia compranu as coisa, us treim di cumé, nus aimazeim pá pagá dispois qui cuia, né? Aí num foi nada, nãu, minina. Papai chegô choranu ca mãu cabeça i falanu qui tinha piididu tudu. Deu uma inchenti muito foiti i lamiô u arroiz tudim du papai. Tinha tanta conta pá pagá, papai ficô ni tempu de ficá doidu, ficô **discabriadu**. Nois só num passô fomi puique Deus num deixô (C. 01, dados coletados em 28/07/2008)*

Teve uma época que nós passamos muita dificuldade. Papai plantava roça. Aí, ia comprando as coisas, trem de comer, nos armazéns para pagar depois que colhesse, né? Aí, não foi nada, não, menina. Papai chegou chorando com a mão na cabeça e falando que tinha perdido tudo. Deu uma enchente muito forte e lameou o arroz todinho do papai. Tinha tanta conta para pagar, papai ficou em tempo de ficar doido, ficou descabreado. Nós só não passamos fome porque Deus não deixou.

A palavra *descabreado* (des+cabr+ado), cujo radical *cab* vem do Latim *capra* (cabra em Português), pode ser empregada com vários sentidos dependendo do contexto. O dicionário Houaiss (2007) apresenta esses vários sentidos. No entanto, iremos apresentar somente alguns. No sentido literal, o termo *cabra* é uma designação comum dos mamíferos ruminantes da família dos bovídeos selvagens (*capra*) encontrados em áreas montanhosas da África, Ásia e Europa e uma espécie domesticada (*capra hircus*) encontrada no mundo inteiro.

Conforme o dicionário Houaiss (2007), na linguagem regionalista de Portugal, *cabra* indica sinal cominado, aviso, sendo que representa formas de comunicação de pessoas delinquentes. No regionalismo do Brasil caracteriza um mestiço indefinido de negro, índio ou branco; caracteriza também um indivíduo determinado, um sujeito, um cara.

Quanto ao adjetivo *descabreado* é uma variação de *escabreado* (datação de 1881). No Brasil, esse adjetivo é empregado na linguagem informal, significando desconfiado, encabulado, agastado. Na linguagem regionalista da Bahia, significa encabulado, acanhado. No contexto em que se encontra empregada, a palavra *descabreado* < *discabriadu* é sinônimo de desorientado, sem rumo ou direção.

4.11 dizinxavidu ~ desenxabido

Essi daí é meu netu. Ezi mininu é deli. Eli é laigadu. Laigô a muié lá na Bahia i vei imbora pá cá. A muié pestava nãu. Num pestava nem pá um café, fazia uns café dizinxavidu qui ninguém dava conta di bebê (C. 15, dados coletados em 03/04/2009)

Esse daqui é meu neto. Esses meninos são dele. Ele é largado. Largou a mulher na lá Bahia e veio embora para cá. A mulher não prestava. Não prestava nem para fazer um café, fazia uns cafés desenxabidos que ninguém dava conta de beber.

Desenxabido (datação de 1713) vem do radical latino vulgar *sab-* antepositivo de *sap-* do Latim Clássico, significa na origem ter gosto ou sabor além de sentidos figurados. (HOUAISS, 2007). No Português Brasileiro, a palavra *desenxabido*, quando empregada referindo-se a alimentos e bebidas, denota falta de sabor, desprovemento de gosto, insípido, insosso. Quando se refere a pessoas, indica falta de interesse particular de graça, aborrecimento, monotonia e repetição. (Aurélio; Michaellis, [sd]).

No contexto em que foi empregada, pela colaboradora, a palavra *desenxabido* < *dizinxavidu* mantém o significado de falta de sabor, sem gosto, sendo que se refere a uma bebida, isto é, ao café.

4.12 *ingambelá* ~ *engambelar*

*A vida era muito custosa, difíci. Eu tabaiava dimais, tabaiava di braçu, tabaiava nas roça. Meus fii é tudu trasadu, num tinha iscola. A gente mali cumia. Nu Natali, us pobizim ficava isperanu u Papai Noeli. Eu pá **ingambelá** ezi, compava cavalim i vaquinha di prasti, inrolava na paia i punha nu sapatim dezi di noiti. Pa mim punha torremi i pu meu maridu punha fumu di rolu. Alembu qui ezi ficava aleguim cum essas poicaria (C. 14, dados coletados em 27/03/2009)*

A vida era muito custosa, difícil. Eu trabalhava demais, trabalhava de braço, trabalhava nas roças. Meus filhos são todos atrasados [não-escolarizados], não tinha escola. A gente mal comia. No Natal, os pobrezinhos ficavam esperando o Papai Noel. Eu, para engambelá-los, comprava cavalinhos e vaquinhas de plástico, enrolava na palha e punha no sapatinho deles à noite. Para mim, punha torresmo e para o meu marido, punha fumo de rolo. Lembro que eles ficavam alegrinhos com essas porcarias.

A palavra *engambelar* (datação de 1899) possivelmente é originária da língua africana Quimbunda e vem da forma original *ngmbular*

que quer dizer *fazer adivinhações*. No Português Brasileiro, significa: induzir ao engano com intuito de obter compensação ou livrar-se de encargo ou obrigação, enganar ou seduzir por meio de adulação, ser agradável para enganar. (Houaiss, 2007).

No contexto em que se encontra empregada, a palavra *engambelar* < *ingambelá* tem o sentido de induzir ao engano, pois a colaboradora agia de forma que os filhos continuassem acreditando em Papai Noel. No entanto, esse engano não consistia em aspectos negativos, sendo que a mãe desejava agradecer os filhos para que eles não se desiludissem com o Natal. Era uma tentativa de manter o espírito natalino aceso no coração da família, embora a situação econômica se apresentasse bastante difícil na época.

4.13 sarampantadu ~ sarampantado ~ espantado

*Meu cumpadi um dia viu u bichu, u lubizomi. Contô pá mim, aí eu num criditei nãu. Falei qui eli tinha bibidu muito.(risos) Aí, eu tameim cheguei vê. Num sei si eli jogô praga, só sei qui vi i qua morri di medu. Eu morava ni Santa Baiba. Aí era coesma, taidãu da noiti, essi bichu só pareci ni tempu di coesma. Quanu tava cheganu peitu da poitera, da repenti, u cavailu rifugô, rinxô, fîcô **sarampantadu**. Eu num tava intendenu quilu. Da repente, iscutei um barui qui ínvia sainu du matu, as aivi balançanu, quebanu gai. Aí u meu cabeilu ripiô. U bichu saiu du matu i travessô a istada. Era um poicãu petu, iguali meu cumpadi mim falô (C. 11, dados coletados em 02/11/08).*

Meu compadre, um dia viu o bicho, o lobisomem. Contou para mim, aí eu não acreditei, não. Falei que ele tinha bebido muito. (risos) Aí, eu também cheguei a ver. Não sei se ele jogou praga, só sei que vi e quase morri de medo. Eu morava em Santa Bárbara. Aí era quaresma, tardão da noite, esse bicho só aparece em tempo de quaresma. Quando estava chegando perto da porteira, de repente, o cavalo refugou, relinchou, ficou sarampantado. Eu não estava entendendo aquilo. De repente, escutei um barulho que vinha sain-

do do mato, as árvores balançando, quebrando os galhos. Aí o meu cabelo arrepiou. O bicho saiu do mato e atravessou a estrada. Era um porcão preto, igual meu compadre me falou.

A palavra *espantado* (datação do século XIII) vem do antepositivo *pav-* do verbo latino *pavere* e significa na forma original estar possuído de pavor ou espanto, ser abalado, agitado, ter medo, estar assustado, temer, receado. Na linguagem regionalista informal do Brasil, a palavra *espantado* está relacionada a algo ou alguém que chama a atenção pelo excesso, berrante, chamativo, cor muito forte e viva. Diz-se também de alguém que se assustou ou amedrontou-se. (Houaiss, 2007; Michaelis, [sd])

No contexto mencionado, *espantado* que se realiza como *sarampantadu* se relaciona melhor com seu sentido original no Latim. Compreendemos, então, de acordo com o contexto que o cavalo se assustou com algo e ficou num estado de grande agitação.

4.14 furupa

Maisi u que divera a senhora qué sabê? Teim dois treim qui eu num gostu nem di vê é crenti e cainavá. U restu a senhora podi piiguntá. Nu cainavá u povu fica dismioladu, locu, conteci di tudu, eu num gostu dessa furupa. Nem passu peitu (C. 08, dados coletados em 15/09/2008).

Mas o que deveras a senhora quer saber? Tem dois trens que eu não gosto nem de ver, é crente e carnaval. O resto a senhora pode perguntar. No carnaval o povo fica desmiolado, louco, acontece de tudo, eu não gosto dessa furupa. Nem passo por perto.

Nos dicionários consultados, não encontramos registro da palavra *furupa*. Atentamos, então, para o elemento latino de composição *fur-*, na tentativa de encontrarmos um significado relacionado com esta palavra de acordo com o contexto em que ela se encontra empregada.

O português falado por idosos de Jaraguá-Goiás: cartografias, história e cultura

Este radical apresenta muitas possibilidades de significados em sua origem. Desse modo, apresentamos os seguintes: *fur-* do verbo latino *furo* significa estar fora de si, delirante, louco, estar furioso, desesperado, enraivecido. (Houaiss, 2007).

No contexto em que foi empregada pelo colaborador, a palavra *furupa* expressa o sentido de que o povo fica fora de si, entra em um estado de delírio e loucura e comete muitos atos inadequados. Além disso, através do contexto, entendemos que essa palavra é sinônimo de bagunça e desordem.

4.15 jariema ~ sariema ~ seriema

U passu qui teim nu campu; Mais bunitu é a jariema; Puiquê teim a pena roxa; Cori de roxa lora morena; A peidizi pia nu campu; Pastanu seu capiinzim; Quem teim amori anda junto; Quem num teim anda suzim. (C. 04, dados coletados em 30/04/2008)

O pássaro que tem no campo; Mais bonito é a seriema; Porque tem a pena roxa; Cor de roxa loura morena; A perdiz pia no campo; Pastando seu capinzinho; Quem tem amor anda junto; Quem não tem anda sozinho. [Este fragmento é de um poema composto pelo colaborador]

O item *seriema* vem do Tupi *sari'ama*, cuja datação é de 1618 (percurso histórico: 1618 – siriema > 1751 – seriema > 1792 – ceriesmas), segundo Houaiss (2007), é uma ave da família dos cariamídeos (*Cariama Cristata*). Essa ave é encontrada nos campos e cerrados do Brasil (regiões central e oriental), da Argentina, do Paraguai e da Bolívia. Ela atinge até 90 centímetros de comprimento, possui plumagem cinzenta em tons pardos e amarelados e um feixe de penas eriçado na base do bico vermelho.

Nesse contexto, a palavra *seriema* realiza-se como *jariema*. Em Goiás, a variante mais comum para o item *seriema* é *sariema*. Dada a origem dessa palavra, *sari'ama*, essa é a variante mais próxima, contudo a diferença configura-se somente na forma de realização sonora. Não há mudança, nesse contexto, quanto ao campo de significação. Cabe ressaltar, por outro lado, que em Goiás, essa palavra pode ser empregada também com sentido pejorativo para se referir a pessoas altas e magras, simultaneamente.

4.16 fuxiqueru ~ fuxiqueiro

Qui tinha um coroneli, num vô falá u nomi deli, nãu. Cê tá cum essi fuxiqueru ligadu. Quanu eli morreu, num parava interrada. Interrava eli num dia, nu otu tava lá u coipu ni cima da sipuitura. Aí pegaru eli i interrô lá na fazenda deli. Aí virô sombração lá. Fala qui eli vigia tudu lá. Meu netu, um dia, foi lá buscá piqui, quanu chegô na poitêra, tava trancada cum cadiadu. Aí eli travessô pu dibaxu da ceica di arami feipadu, quanu eli oiô, invinha um cavalêru, eli travessô a poitêra trancada i tudu. Era eli, u tali coroneli. Meu netu ficô mudu. Demorou voitá a voiz neli di novu. (C. 15, dados coletados em 03/04/2009)

Aqui tinha um coronel, não vou falar o nome dele, não. Você está com esse fuxiqueiro ligado. Quando ele morreu, não parava enterrado. Enterrava ele num dia, no outro estava lá o corpo em cima da sepultura. Aí pegaram e enterraram ele na fazenda dele. Aí virou assombração. Fala-se que ele vigia tudo lá. Meu neto, um dia, foi lá buscar pequi, quando chegou na porteira, estava trancada com cadeado. Aí ele atravessou por baixo da cerca de arame farpado, quando ele olhou, vinha um cavaleiro, que atravessou a porteira trancada e tudo. Era ele, o tal coronel. Meu neto ficou mudo. Demorou voltar a voz dele de novo.

O item *fuxiqueiro* ~ *fuxiquento* vem de *fuxico* (datação de 1899). A palavra *fuxico* e as demais provenientes do sufixo *fuxic-* são caracteri-

zadas como brasileirismos, ou seja, pertencem à linguagem regionalista do Brasil, são consideradas palavras de uso informal. (Houaiss, 2007). Os demais dicionários consultados não registram este termo.

Quanto à origem, o item *fuxico* provém do antepositivo Português *futre* (século XVIII) > Francês *foutre* > Latim *futuo*, cujo significado remete a relações sexuais, nessas três línguas citadas. (Houaiss, 2007).

A mudança ocorrida na Língua Portuguesa do Brasil de *futricar* para *fuxicar* provavelmente deve-se à assimilação da linguagem de outiva no início do século XX. Atualmente, temos os dois verbos com significações diferentes. O verbo *futricar* que significa relação sexual e também mexer em coisas alheias sem autorização, e o verbo *fuxicar* com o sentido de fazer intrigas, fofocas.

No contexto em que a colaboradora emprega o item *fuxiqueiro* < *fuxiqueru* indica o que ou quem fuxica, aquele que provoca intrigas e confusões. Nesse caso específico, é o gravador que é caracterizado como fuxiqueiro.

4.17 basu ~ bálsamo

Issu daqui é remedi pá sinusiti. É garrafada. Teim um punhadi coisa. Teim basu, ligrim, buchinha, lima-di-bicu... É tudu cuitidu na pinga pura (C. 13, dados coletados em 20/03/2009)

Isso aqui é remédio para sinusite. É garrafada. Tem um punhado de coisa. Tem bálsamo, alegrim, buchinha, lima-de-bico... É tudo curtido na pinga pura.

O termo *bálsamo* (datação do século XIII) provém do Latim *balsamum*, empréstimo do Grego *bálsamon*. Durante o percurso histórico, na Língua Portuguesa, esse item apresentou as seguintes formas

estruturais: *balssamo* – século XIII > *balsamo* – século XV. (Houaiss, 2007).

Houaiss (2007) registra inúmeros significados para essa palavra. Dentre os quais, citamos: erva pequena (*Othona cylindrica*) da família das compostas, de folhas cilíndricas, grossas, rígidas e agudas, e flores amarelas em pequenos corimbos. Trata-se de uma planta nativa do Sul da África. No sentido figurado pode indicar: alívio, consolo, aroma agradável e penetrante e muitos outros. Na medicina caseira, o bálsamo é usado para curar ferimentos, aliviar dores.

Podemos notar que a palavra *bálsamo* < *basu* empregada pelo colaborador, é a pequena erva com propriedades curativas descrita por Houaiss (2007). De acordo com a descrição feita pelo colaborador, o bálsamo faz parte de uma mistura de ervas e plantas curtidas em aguardente, para fins de medicina caseira, isto é, uma composição utilizada na cura de sinusite.

4.18 tapui ~ tapuia

*Qui eu alembu as musga dus **tapui** era du pexi i da batatinha, a intada da rainha. Teim uma moda que us dançadô pula i bati us aicu lá nu ari i guita, essa é du finali. É só omi qui dança. Si u Vicenti Baiberu mi cupainhá ca sanfona eu cantu pu cê. Mais hoji eli ta tabaianu. Eu alembu di tudu. Gora só resta eu e u Mané Sepecadu dus **tapui** vei. U restu já morreu tudu (C. 04, dados coletados em 30/08/2008)*

Que eu lembro as músicas dos tapuias eram a do peixe e da batatinha e a entrada da rainha. Tem uma moda que os dançadores pulam e batem os arcos lá no ar, essa é do final. É só homem que dança. Se o Vicente Barbeiro me acompanhar com a sanfona eu canto para você. Mas, hoje ele está trabalhando. Eu lembro de tudo. Agora só resta eu e o Mané Sapecado dos tapuias velhos. O resto, todos já morreram.

O item *tapuia* (datação de 1858 – sob a forma de *tapuya*), segundo a hipótese de Nascentes ([sd] *apud* Houaiss, 2007) é proveniente do Tupi *ta'pii ~ tapuyya*, indicando que um determinado índio era visto como bárbaro pelos demais índios. Os demais dicionários consultados não registram esse termo.

Houaiss (2007) registra inúmeras possibilidades de significados para o termo *tapuia*, sendo assim, apontamos os seguintes: a) Etnologia: indígena pertencente ao grupo dos Tapuia ~ Tapuio, grupo indígena que habita o Noroeste de Goiás (Colônias Indígenas Carretão I – Rubiataba e II – Nova América) e que resulta da fusão dos Xavante com os Kayapó (1899); b) História: denominação dada pelos portugueses a indígena dos grupos que não falavam línguas do tronco Tupi e que habitavam no interior do país, indígena subjugado ao branco, tendo perdido alguns traços de sua própria civilização, filho de branco e índia, mameluco, mestiço; 3) Sentido pejorativo: caboclo rude, ignorante; 4) Regionalismo da Amazônia: embarcação a vela de carga e pesca, com casco de tabuado, fundo chato e boca aberta.

A palavra *tapuia* < *tapui* utilizada pelo colaborador está relacionada a índio no sentido geral. Nesse contexto, esse elemento caracteriza as pessoas, somente homens, que se vestiam como índios e representavam uma dança que também se denominava *tapuia*. Essa dança era apresentada na ocasião da Folia de Reis, em homenagem à cultura indígena, portanto, nesse caso, os *tapuias* são os dançadores dessa ocasião, os quais não possuíam descendência indígena propriamente dita.

4.19 *impaiolava ~ empaiolávamos*

*Lá na Bahia, nós fazia rapadura u anu interu, eu era mocin novu. Ih, mais, nós fazia muita rapadura, nós tinha u ingein. Aí, nós **impaiolava** eza pá vendê, pá podê cunseivá i num istragá.*

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

Era muita rapadura, inchia muito caiguêru e saía pá vendê nas redondeza (C. 17, dados coletados em 02/05/2009).

Lá na Bahia, nós fazíamos rapadura o ano inteiro, eu era mocinho novo. Ih, mas, nós fazíamos muita rapadura, mesmo. Nós tínhamos o engenho. Aí, nós as empaiolávamos para vendermos, para que se conservassem e não se estragassem. Era muita rapadura, enchíamos muitos cargueiros e saíamos para vendê-las nas redondezas.

Empaiolávamos (em+paiol+ava+mos), possui datação no Português de 1858, é uma variação de *apaiolar* (datação de 1918). O radical desta palavra, *paiol*, é um empréstimo do Catalão *pallol* (século XIII), provindo do Latim *pallollum*. Na Língua Catalã significa compartimento ou dispensa para se guardar víveres e munições. No Latim apresenta o significado de: coberta, pequena manta, passando a designar o próprio leito. (Houaiss, 2007).

Na Língua Portuguesa do Brasil, conforme Houaiss (2007), o item *paiol* pode apresentar vários significados: 1) sentido geral: depósito de pólvora e outros instrumentos de guerra; 2) rubrica da Marinha: compartimento onde se guardam ou armazenam materiais específicos; 3) regionalismo: a) Brasil - armazém para depósito de produtos agrícolas em geral; b) Minas Gerais, São Paulo e Goiás - celeiro, tulha; c) Bahia – monte de cascalho; 4) uso informal – barriga, estômago. O verbo *empaiolar* possui os seguintes significados: guardar em paiol, ou como em paiol, armazenar, recolher. (Houaiss, 2007).

Neste contexto, o item *empaiolávamos* < *impaiolava* refere-se a embalar, empacotar, utilizando palhas de milho seco, isto é, as rapaduras eram embaladas na palha. Esse método evitava que elas se estragassem.

4.20 *sumitéru* ~ cemitério

*Aí, a Tereza Bicuda ficô lôca. Morreu lôca. Interraru ela nes-si **sumitéru** peitu da igueja Nossa Senhora da Penha, maisi ela guitava a noiti intêra i sombrava essa Rua das Frori. As pessoa daqui num tinha maisi sussegu. Aí, tevi u padi qui pegô ela i levô i interrô lá naqueli pé di serra na cabecêra du coigu. (C. 15, dados coletados em 02/04/2009).*

Aí, a Tereza Bicuda ficou louca. Morreu louca. Enterraram ela nesse cemitério perto da Igreja Nossa Senhora da Penha, mas ela gritava a noite inteira e assombrava essa Rua das Flores. As pessoas daqui não tinham mais sossego. Aí o padre pegou-a, levou e enterrou lá naquele pé de serra na cabeceira do córrego [fragmento da história popular da Tereza Bicuda].

O item *cemitério* (datação de 1282) provém do Latim *coemet-erum*, empréstimo do Grego *koimeerion*, cujo significado é um lugar para se dormir. Houaiss (2007) registra as seguintes formas estruturais para essa palavra: *zemiterio* – 1282 > *cemitério* ~ *cimiteyro* – século XIII > *cemetereo* – 1340 > *çimitereo* – 1460 > *syrjmtjeryo* > século XV.

Quanto aos significados denotativos e conotativos que a palavra *cemitério* pode expressar, Houaiss (2007) menciona os seguintes: 1) sentido denotativo: a) espaço, terreno ou recinto onde se enterram e guardam cadáveres humanos, b) lugar onde se enterram animais; 2) sentido figurado: a) lugar em que depositam objetos velhos, inutilizados, b) lugar em houve grande mortandade e c) lugar ou região insalubre, onde ocorrem muitas mortes.

Na fala dessa colaboradora, a palavra *cemitério* < *sumitéru* é empregada em seu sentido literal, ou seja, é o lugar destinado para enterrar os cadáveres humanos. Nesse caso, a variação ocorre somente no som.

4.21 capa du zói ~ capa do olho

*A faca era muito pesada, faca di chifi di cainêru, ficava lá ni riba. Tuiniô di lá i caiu ni riba da **capa du zói** du meu mininu, furô u zói deli, minina. Oiei i vi a rajada di saingui iscorrenu na cara deli. Peguei cum Santa Luzia, aí Deusu ajudô qui Santa Luzia ajudô qui eli num ficô cegu. Mais ficô a maica nu zói deli comu prova du milagui pá vida intera (C. 01, dados coletados em 28/07/2008)*

A faca era muito pesada, faca de chifre de carneiro, ficava lá em cima. Torniou [rodopiou] de lá e caiu em da capa do olho do meu menino, furou o olho dele, menina. Olhei e vi a rajada de sangue escorrendo na cara dele. Peguei com Santa Luzia, aí Deus ajudou que Santa Luzia ajudou que ele não ficou cego. Mas, ficou a marca no olho dele como prova do milagre para a vida inteira.

Conforme os dicionários pesquisados, a palavra *capa* (datação do século XIII) vem do Latim *cappa*. De acordo com os dicionários, este item possui inúmeros significados, como, por exemplo: vestuário de pano ou outra substância impermeável com mangas e, às vezes, com capuz; tudo aquilo que tem como finalidade envolver e cobrir alguma coisa. Na linguagem figurativa é sinônimo de acolhimento, proteção, disfarce, aparência.

No contexto em que se encontra empregada, *capa* possui o significado de proteção e cobertura, pois a colaboradora se refere às pálpebras, que são a cobertura que tem a função de proteger os olhos.

4.22 negóçu antigu ~ negócio antigo

*Queli **negóçu antigu** lá peitu du Bancu du Brasili, cê acha essis treim véi. Lá cê acha caida, lá teim roda di fiá, teim inté tea-li. Nós tinha essis treim tudu, mai dispoisi qui ma mãi morreu, cabô tudu, ficô jugadu nu soli, na chuva (C. 07, dados coletados em 19/09/2008).*

O português falado por idosos de Jaraguá-Goiás: cartografias, história e cultura

Naquele negócio antigo lá perto do Banco do Brasil, você acha esses trens velhos. Lá você acha carda, lá tem roda de fiar, tem até tear. Nós tínhamos esses trens todos, mas depois que minha mãe morreu, acabou tudo, ficou jogado no sol, na chuva.

A palavra *negócio* (datação de 1293), do Latim *negotiu* significa no Português Popular Brasileiro, coisa, objeto, troço; casa de negócio. Além disso, pode indicar qualquer coisa de que não se lembra ou não se sabe o nome. (Houaiss, 2007). Conforme Houaiss (2007), a palavra *negócio* apresentou as seguintes formas durante seu percurso histórico: 1293 – *negócios* > 1390 – *anegoçios* > século XV – *negoceo* > século XV – *negoçyo* > século XV – *negossos* > século XV – *neguoçios*.

Neste contexto, a expressão lexical formada pelo nome *negócio*+adjetivo *antigo* (datação de 933), *negócio antigo* < *negóçu antiqu*, refere-se a museu, isto é, casa de objetos antigos.

4.23 decê u pau ~ descer o pau

*Eu já tirei muito ôru qui ni Jaraguá. Qui tinha muito ôru. In caiqué lugá qui ocê **decê u pau** teim, ô pocu ô muito teim. Lá pu ditrais daquela ponta di serra teim um buracu muito gandí di tantu cavá ôru, qui tinha us escravu, né? Lá cê acha cachimbu, cacu di panela-di-barru, cacu di poti, tudu di barru* (C. 03, dados coletados em 30/08/2008).

Eu já tirei muito ouro aqui em Jaraguá. Aqui tinha muito ouro. Em qualquer lugar que você descer o pau tem, ou pouco ou muito tem. Lá por trás daquela ponta de serra tem um buraco muito grande de tanto cavar ouro, aqui tinha os escravos, não é? Lá você acha cachimbo, caco de panela-de-barro, caco de pote, tudo de barro.

Descer (datação de 1224), do Latim *descendere*, apresenta inúmeros significados no Português Brasileiro, mas geralmente está rela-

cionado ao movimento de um ponto mais alto para um mais baixo, diminuir, baixar-se de valor, appear; rebaixar-se, incidir.

Na expressão *descer o pau < decê u pau*, o falante refere-se ao movimento da ferramenta utilizada para perfurar o solo em busca de ouro. Nesse caso, o verbo *descer* representa o movimento contínuo de descida e subida da ferramenta, isto é, o movimento para cima e para baixo. Ao utilizar a palavra *pau* (datação do século XIII) para relacionar à ferramenta, o falante emprega uma metonímia, referindo-se somente a uma parte da ferramenta, ou seja, ao cabo que é feito de madeira.

Houaiss (2007) registra que etimologicamente a palavra *pau* vem do Latim *palus* que significa em sua origem: mourão, poste e pelourinho. Ainda de acordo com Houais, durante seu percurso histórico no Português, essa palavra apresentou as seguintes formas: *paos* – 1391 e *paos* – século XIV. No Português Popular do Brasil, de modo específico, na fala de Goiás, a expressão *descer o pau < decê u pau* além do significado expresso nesse contexto, pode significar também derrubada de árvores e espancamentos de acordo com o contexto em que estiver empregada.

4.24 adubu qui tá ponu nu povu ~ adubo que está pondo no povo

*Anti, a genti andava era nu cabestu. Hoji, num qué bedecê mais, nãu. Mais, gora cum essi **adubu qui tá ponu nu povu**, minina di dez anu, já pareci moçona. A coisa tá isquisita (C. 09, dados coletados em 01/11/208).*

Antes, a gente andava era no cabresto. Hoje, não querem obedecer mais, não. Mas, agora com esse adubo que está pondo no povo, menina de dez anos, já parece moçona. A coisa está esquisita.

A palavra *adubo* (datação do século XIV, sob a forma de *adobe*) no sentido denotativo possui os significados de condimento, fertilizante, estrume; substância que aduba; conjunto de resíduos animais ou vegetais, ou produto mineral ou químico, que se mistura à terra para fertilizá-la ou regenerá-la. Ao passo que no sentido conotativo relaciona-se a algum fator que favorece, contribui ou incrementa o desenvolvimento de algo; trata-se de um dito espirituoso que dá graça, enriquece alguma coisa; chiste, facécia, gracejo. (Aurélio [sd]; Houaiss, 2007).

Neste contexto, na expressão *adubo que está pondo no povo < adubu qui tá ponu nu povu*, a palavra *adubo* está empregada com o sentido figurado, isto é, contribuir e incrementar o desenvolvimento, ou seja, o crescimento rápido dos seres humanos. Refere-se aos hormônios que estão sendo acrescentados à alimentação humana, que acelera a passagem da fase infantil para a fase adulta.

4.25 teinada dos revoitosu ~ ternada dos revoltosos

Ôvia falá na teinada dus revoitosu, judiava cas pessoa, robava, fazia mali pas muié i fazia di tudu. Aí, nóisi foi iscondê na berada du rii, ranchadu ni barraca di capim i fôia di paimera. Moremu lá mais ô menu doisi meisi. Era a teinada dus revoitosu, falava qui si u donu ruminava cum ezi, ezi matava. As famia fugia pu matu i dexava tudu pá lei da natureza. Era nu municipi di Pirinópi, eu era minina ainda nessa épa (C. 01, dados coletados em 28/07/2008).

Ouvia falar na ternada dos revoltosos, judiava com as pessoas, roubava, fazia mal para as mulheres e fazia de tudo. Aí, nós fomos esconder na beirada do rio, arranchados em barraca de capim e folha de palmeira. Moramos lá, mais ou menos dois meses. Era a ternada dos revoltosos, falava que se o dono ruminasse [reagisse] com eles, eles matavam. As famílias fugiam para o mato e deixavam tudo para a lei da natureza. Era no município de Pirenópolis, eu ainda era menina nessa época.

Nos dicionários pesquisados não foi encontrada a palavra *ternada*. Por isso, analisamos a palavra *terno*, pois *ternada* é formada pelo processo de sufixação *terno+ada*. *Terno* (datação do século XIV) do Latim *tener* significa na sua origem (sentido físico e moral) macio, delicado, suave, brando, afetuoso. No Português Brasileiro, significa afeto, suavidade e brandura. É também um tipo de vestuário masculino e feminino constituído por três peças (paletó, colete e calças).

A palavra *ternada* < *teinada* empregada pela colaboradora não se assemelha a nenhum desses significados acima. Como podemos perceber, de acordo com o contexto, que *ternada* se refere a um grupo formado por vários homens rudes, com leis próprias que saqueavam os bens dos pequenos proprietários de terra, estupravam as mulheres, se houvesse reações, eles matavam. Essa significação é ainda mais acentuada pelo elemento adjetivado *revoltosos* (datação do século XIII), que segundo Houaiss (2007) significa revoltado, rebelde; que ou quem se rebelou, revoltou-se contra autoridade. Então, de acordo com a colaboradora a expressão *ternada dos revoltosos* < *teinada dus revoitosu* refere-se a grupos de homens rebeldes e violentos, que eram capazes de cometer atos cruéis e desrespeitosos contra as pessoas.

4.26 radulêru inebadu ~ reduleiro ensebado

*Eu cheguei qui ni Jaraguá, tava cum dizesseti anu. Vim di Mina Gerais nu lombu di um burru. Fui tabaiá di carrêru, carreganu peda pá cascaia as rua. Qui pá riba era tudu matu. Tinha rua só dessi cantu di cá. Era tudu matu fechadu u restu qui nem **radulêru inebadu** dava conta di intá lá, quelí treim qui dá ni cavailu (C. 04, dados coletados em 30/08/2008)*

Eu cheguei aqui em Jaraguá, estava com dezessete anos. Vim de Minas Gerais no lombo de um burro. Fui trabalhar de carreiro, carregando pedras para cascalhar as ruas. Aqui para cima era

O português falado por idosos de Jaraguá-Goiás: cartografias, história e cultura

tudo mato. Tinha rua só desse canto de cá. Era tudo mato fechado, o resto que nem reduleiro encebado dava conta de entrar lá, aquele trem que dá em cavalo.

Não encontramos, nos dicionários consultados, o item (nome) que compõe a expressão *reduleiro encebado*. Pelo contexto e pelo conhecimento regional de que dispomos, entendemos que *reduleiro* é uma variante de *berne* ~ *berno*.

Segundo Houaiss (2007), *berne* (datação de 1776), originou-se, provavelmente de *verme* > Latim *vermis*, cujo significado remete a verme, inseto, varejeira, é a larva da mosca-do-berne (*Dermatobia Hominis*), sendo que o desenvolvimento final se processa debaixo da pele de mamíferos, incluindo o homem, após ser depositada por mosca ou mosquito que lhe serve de hospedeiro numa fase intermediária (Entomologia). Na área da Infectologia é denominado tumor subcutâneo produzido em animais e no homem por ação da mosca-do-berne.

O segundo elemento (adjetivo) que compõe esta expressão, *ensebado* (datação do século XV – *ensevado*), é derivado de *sebo* do Latim *sebum* e apresentava na origem os significados de sebo e gordura. Houaiss (2007) registra para esse termo, o seguinte percurso histórico: século XIII – *sevo* > século XV – *seuo* > século XVIII – *sebo* ~ *cebo*.

No Português Brasileiro, essa palavra possui vários sentidos, conforme a região e o contexto em se que se encontra empregada. Dentre os sentidos registrados por Houaiss, a palavra *sebo* significa substância gordurosa, que de acordo com o autor é uma derivação por extensão de sentido. O item *ensebado* (forma derivada de sebo) também possui inúmeros significados dentre eles, expressa que algo ou alguém se ensebou, encontra-se coberto por sebo.

No contexto em que a expressão *reduleiro ensebado* < *raduleru insebadu* se encontra inserida, ela expressa que até mesmo uma larva ensebada, isto é, coberta de sebo, encontraria dificuldades para penetrar na mata. É ao mesmo tempo uma linguagem irônica, tendo em vista a facilidade com que essas larvas penetram nos organismos, além disso, essa palavra remete a algo com forma arredondada, que provavelmente facilita a locomoção.

O item lexical *reduleiro* < *raduleru*, empregado na linguagem regionalista de Goiás, pode ser utilizado também com sentido pejorativo para se referir a pessoas obesas.

4.27 *treim possu* ~ *trem posto*

*Eu já sufri demais da conta. Ta venu essa bola qui na minha barriga? Issu dói demais, mexi, vira pá lá, vira pá cá. Eu sintu tanta dori, mea fia, sofru, só Deus sabi. Issu é **treim possu**. Foi a rabichada du meu maridu qui pois, pagô pá fazê u mali. Era pá mim morrê, pá ela ficá mais eli i a casa. Maisi ela morreu pimêru, u meu maridu tameim já morreu. Gora num teim jeitu di tirá u mali maisi* (C. 15, dados coletados em 03/04/2009).

Eu já sofri demais da conta. Está vendo essa bola aqui na minha barriga? Isso dói demais, mexe, vira para lá, vira para cá. Eu sinto tanta dor, minha filha, sofro, só Deus sabe. Isto é trem posto. Foi a rabichada [amante] do meu marido que pôs, pagou para fazer mal. Era para eu morrer, para ela ficar com ele e a casa. Mas ela morreu primeiro, o meu marido também já morreu. Agora, não tem jeito de tirar o mal mais.

A palavra *trem* (datação de 1824) é um empréstimo do Inglês *train* que provém de *traginare* do Latim Vulgar, que significa puxar, tirar, arrastar. No Português Brasileiro apresenta inúmeros significados. Dentre eles, Michaellis ([sd]) registra os seguintes: conjunto de móveis

de uma casa, conjuntos das bagagens de um viajante, comitiva, série de vagões puxados por uma locomotiva, comboio, utensílios de uma cozinha, sujeito inútil.

Houaiss (2007) assinala que na linguagem regionalista dos estados de Goiás, Minas Gerais e Tocantins, a palavra *trem* pode expressar, além dos significados apontados por Michaellis, os seguintes sentidos no uso informal: algo abstrato ou imaginário, notícia, novidade, agrado em excesso, pejoratividade.

O segundo elemento que compõe a expressão *trem posto* (datação do século XIV) vem do Latim *postus*, particípio passado do verbo *pone-re*, e corresponde na forma original a colocado, assentado, estabelecido, afirmado, suposto. Houaiss (2007) registra que no Português Brasileiro, o adjetivo *posto* significa que algo foi colocado em determinado lugar.

A expressão *trem posto* < *treim possu* empregada pela colaboradora, significa que algo muito ruim foi colocado no corpo dela. Refere-se ao termo *macumba*. A palavra *trem*, além dos sentidos regionalistas apontados por Houaiss, é empregada também, em Goiás, para amenizar algo ou situação de impacto. Como vimos, a colaboradora evita o termo *macumba*, ela tenta amenizar a situação empregando a palavra *trem*.

4.28 água insaloba ~ água saloba ~ água salobra

*Era muito difíci. Água daqui era saigada. Tinha qui lavá ropa era nus coigu. Queli tantu di muié cum bacia i mala na cabeça, parecenu fuimiga cabiçuda. Tinha dia qui era uma bigaiada. Água pá bebê tamein tinha qui buscá. Água dus poçu daqui era tudu **insaloba**, era marela e dava papu. Épa da chuva era difíci, a água ficava veimeinha, aí tinha qui apará água da gotera (C. 15, dados coletados em 03/04/2009).*

Era muito difícil. Água daqui era salgada. Tinha que lavar roupa era nos córregos. Aquele tanto de mulher com bacia e mala na

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

cabeça, parecendo formiga cabeçuda. Tinha dia que era uma “bi-gaiada” [muitas brigas]. Água para beber também tinha que buscar. As águas dos poços eram salobras, eram amarelas e davam papo. Época de chuvas era difícil, a água ficava vermelhinha, aí tinha que parar [pegar] água da goteira.

Conforme os dicionários consultados, *água* (datação de 973) do Latim *aqua*, pode apresentar inúmeros significados figurados, podendo variar de região para região e também de acordo com o contexto. Neste contexto, *água* é entendida literalmente como o líquido essencial para vida humana e dos demais seres vivos animais e vegetais.

O segundo elemento (adjetivo) que forma a referida expressão, *salobra* possui registro de 1524-1585. Houaiss (2007) registra que esse item vem da base latina *sal-* que caracteriza, na origem, toda e qualquer substância salgada. Segundo Houaiss, o restante da palavra é de difícil explicação, entretanto aponta uma possível influência do Espanhol *salobre*, no fim do século XIV.

No Português Brasileiro, a palavra *salobra* quando empregada em seu sentido denotativo significa que na água há presença de alguns sais ou minerais que a torna desagradável ou até mesmo imprópria ao consumo humano, pois apresenta mal gosto bastante acentuado. Além disso, pode causar doenças devido à alta quantidade de sais e minerais.

Na expressão *água salobra* < *água insaloba*, o adjetivo caracteriza algo prejudicial à saúde, no caso, a água. Através das características apontadas pela colaboradora, percebemos que a água da região era imprópria para o consumo humano, pois era salgada, amarelada, ou seja, havia presença de minerais que acarretavam danos à saúde.

4.29 dá uma dimãu ~ dar uma mão

*Queli tempu era bãu dimaisi. Fazia us muchirãu. Muchirãu di muié, fiava u dia interu. Si aigum cumpainhêru tava ca roça chuja, juntava todú mundu i ía **dá uma dimãu**. Tabaiava u dia inteirim i di noiti tinha u rasta-pé. Já levava di tudu di cumê, aí fazia tamein u juda. Sabi u que é juda? É um bunecu di paia, botava na poita da pessoa qui ia levá a teiçãu, ficava lá u dia interu i di noiti, ismurrava eli i tacava fogu (C. 10, dados coletados em 02/11/2008).*

Aquele tempo era bom demais. Faziam os mutirões. Mutirão de mulheres, fiavam o dia inteiro. Se algum companheiro estava com a roça suja, juntava todo mundo e ia dar uma mão. Trabalhava o dia inteirinho e à noite tinha o arrasta-pé [forró]. Já levava de tudo para comer, aí fazia também o judas. Sabe o que é judas? É um boneco de palha, botava na porta da pessoa que iria levar a traição [surpresa], ficava lá o dia inteiro, aí de noite esmurrava [estraçalhava] ele e botava fogo.

O verbo *dar* (datação de 1211) vem do Latim *dare*. Segundo Houaiss (2007), durante o percurso histórico, esse verbo apresentou as seguintes formas: 1211 – *dar* > século XIII – *dare*. Conforme os dicionários consultados, este verbo apresenta inúmeras possibilidades de significados no Português Brasileiro.

Dentre os significados registrados por Houaiss (2007), mencionamos os seguintes: ceder, entregar, oferecer, oferecer algo como presente ou brinde; ceder por um preço, vender; recompensar alguém; trocar ou ceder algo; distribuir algo; transmitir, comunicar, participar, notificar, fornecer, expor, consignar, promover, organizar.

O segundo elemento que forma a expressão, *mão* (datação de 1255) vem do Latim *manus*, podendo apresentar os seguintes significados na origem latina: parte do corpo, símbolo de força e instrumento de luta ou de trabalho, combate, autoridade, poder, trabalho, obra, letra.

No Português Brasileiro, a palavra *mão* mantém os significados de sua origem, mas também adquire novos sentidos, de acordo com o contexto em que se encontra empregada. Na expressão *dar uma mão < dá uma dimãu*, a palavra *mão* expressa o sentido de ajuda, de auxílio. Logo, esta expressão significa conceder ajuda ou auxílio a alguém.

Notas finais

Convém ressaltar que a lista vocabular que acaba de ser analisada e interpretada está voluntariamente limitada a itens e expressões lexicais do Português Vernacular do Brasil, de modo mais específico, do Português falado por idosos pertencentes à comunidade de fala de Jaraguá-Goiás.

Evidentemente, ela não esgota a totalidade de recursos do processo de mudança do campo de significação que podem ser atestados na Língua Portuguesa Brasileira. Nesse sentido, considerando a afirmação de Bonvini (2008), as palavras certamente sofrem alguma perda de significado, porém em tempo simultâneo adquirem valores e propriedades novas, em outras palavras, uma significação encontra-se estreitamente associada ao seu emprego em contextos variados dependendo da cultura do grupo que as adota no uso linguístico.

Nesta exposição dos dados lexicais, tentamos descrever em uma visão panorâmica, de cunho linguístico-histórico, os hábitos sociais, culturais, religiosos e os fatos históricos envolvidos em reflexões linguísticas notadamente no plano da significação (semântico-lexical). Para compreender essa realidade movente e criadora, adotamos o princípio da contextualização que segundo Cruse (1986), torna-se fundamental para uma comunicação clara e efetiva, pois de acordo com o autor, as palavras fora de contexto são facilmente manipuladas.

O português falado por idosos de Jaraguá-Goiás: cartografias, história e cultura

A propósito, em nosso estudo, percebemos que alguns itens e expressões lexicais utilizadas no processo comunicativo do grupo pesquisado só possuem determinados sentidos no contexto em que estão inseridas. Sem esse contexto cultural torna-se difícil a interpretação da mensagem do interlocutor com a devida precisão da carga semântica. Nesta perspectiva, Guiraud (1975) aponta que cada palavra tem um sentido base e outro contextual. O autor ressalta ainda que é o contexto que especifica, e que em cada caso é o nome que evoca um sentido preciso ao enunciado.

Os estudos linguísticos apontam que o inventário linguístico do Português Brasileiro é formado basicamente pelos elementos de origens latina, africana e indígena. Em nossa análise, contudo, configura a predominância de itens lexicais provenientes do Latim, de modo particular, do Latim Vulgar. Por outro lado, convém destacar que, há em menor recorrência palavras originárias de línguas africanas e indígenas e também de outras línguas como, por exemplo, Inglês e Alemão.

Observamos que a língua de um povo constitui-se em um mosaico heterogêneo, representado por formas, coloridos e traçados históricos e culturais, em que há contribuições de povos e culturas diversas. Nesse sentido, retomamos o conceito sapireano de que a língua é viva, movente, criadora, dinâmica e espontânea. Prova disto, é que os empréstimos vocabulares do Latim Clássico, por serem vocábulos técnicos, de uso isolado, dissociados da realidade linguística e desconhecidos do povo, como é caso dos superlativos, por exemplo, *magérrimo* e *paupérrimo*, raramente são verificados no processo da fala espontânea e natural. Como foi possível verificar, nesta análise do *corpus* linguístico coletado em Jaraguá não há registros de termos vocabulares originários do Latim ou de quaisquer outras línguas.

REFERÊNCIAS

- BAUER, Laurie. Lexicalization. In: *English Word-formation*. England Cambridge University Press, 1989. (p.42-50)
- BECHARA, Evanildo. As palavras também escondem a idade. In: ELIA, Sílvio *et all* (org.). *Na ponta da língua 1*. Rio de Janeiro: Lucena, 1998.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Léxico, testemunho de uma cultura. In: *Anais do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica*. Santiago de Compostela. 4/9 de setembro de 1989.
- BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. [Tradução: José Luiz Fiorin]. In: FIORIN, José Luiz & PETER, Margarida. *África no Brasil – a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CAMPBELL, Lyle. *Historical linguistics*. Cambridge: MIT Press, 2004.
- CARVALHO, Nelly. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Linguagem & Linguística)
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *A língua falada e gramaticalização*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1997.
- CLARE, Nícia de Andrade Verdini. *Léxico: continuidade linguística, empréstimo vocabular e formação vernácula*. <<http://www.uerj.com.br/estudosfilologicoselinguisticos>> acesso em 29 de julho de 2009.
- CRUSE, Alan. A contextual semantics. In: *Lexical semantics*. Cambridge: Cambridge Textbooks in Linguistics, 1986.
- COSTA, Sirlene Antonia Rodrigues da. *A nasalidade em corumbá de Goiás*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2005. Dissertação de Mestrado.
- FERREIRA, Ester. *Vocalização dos fonemas /l/ e /r/ pós-vocálicos: Jaraguá-Goiás*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2010. Dissertação de Mestrado.
- FERREIRA, Ester; AGUIAR, Maria Sueli de. O inventário lexical da comunidade idosa de Jaraguá. In: *Anais do XIX Seminário do CELLIP: Pesquisa em Língua e Cultura na América Latina*. Cascavel/PR, 21 a 23 de outubro de 2009. Disponível em mídia digital. ISSN 21752540.
- FERNANDES, Francisco *et all*. *Dicionário Brasileiro Globo*. 47 ed. São Paulo: Globo, 1997.
- FIORIN, José Luiz; PETER, Margarida (orgs). *África no Brasil – a formação da Língua Portuguesa*. São Paulo: contexto, 2008.
- FREITAS, Lúcia Gonçalves. *Conexão Jaraguá-Danbury – língua e identidade de imigrantes brasileiros nos EUA*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2003. Dissertação de Mestrado.
- GALISSION, Robert. (coord.). *Dicionário de didática das línguas*. [Tradução: Adelina Angelica Pinto *et all*] Coimbra: Alamedina, 1983.

O português falado por idosos de Jaraguá-Goiás: cartografias, história e cultura

GUIRAUD, Pierre. *A semântica*. [Tradução e Adaptação: Maria Elisa Mascarenhas] 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1975.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, versão eletrônica, 2007.

MARTINET, André. *Elementos de linguística geral*. [Tradução de Jorge de Moraes Barbosa] Lisboa: Sá Costa, 1964.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL. Disponível em: www.iphan.gov.br/pimaterial. Acessado em 23/03/2009.

RECOMENDAÇÕES DE PARIS 32ª SESSÃO. *Cartas Patrimoniais*. Disponível em: www.portal.iphan.gov.br/portal/271. Acessado em 04/05/2009.

SANTOS, Maria Lícia. *Se não me falha a memória... representações da experiência escolar em Jaraguá (1927/1999)*. Brasília/DF: Universidade Nacional de Brasília, 2002. Dissertação de Mestrado.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. [Tradução: Antonio Chelini et al]. 8 ed. São Paulo: Cutrix, 1977.

SILVA, Denise Elena Garcia da. *Percursos filológicos – nas trilhas das línguas românicas*. 1 ed. Goiânia/GO: Cãnone, 2008.

SOUZA, Regina Maria de. Intuições “linguísticas” sobre a língua de sinais nos séculos XVII e XIX, a partir da compreensão de dois escritores surdos da época. In: *D.E.L.T.A.* p. 339-344. Acessado em 19/03/2011.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos: itinerário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TREMURA, Welson Alves. *A música caipira e o verso sagrado na folia de reis*. Disponível em: www.hist.puc.cl/história. Acessado em 10/09/2009.



Daura Rios Pedroso Hamu¹

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre

¹ Professora Adjunto da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Atua também na Escola de Engenharia nos cursos de Engenharia Elétrica e da Computação e Engenharia Mecânica nas disciplinas de Desenho Técnico e de Arquitetura. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela PUC Goiás. Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural pela PUC Goiás. Integrante do Grupo de Estudos sobre Jaraguá, cadastrado pela UEG no Diretório de Grupos de Pesquisa da CNPq. Doutoranda em Educação pela PUC Goiás.

Este texto tem como objetivo apresentar as artes aplicadas e as obras de arte sacra que fizeram parte da vida do padre Silvestre Álvares da Silva. Trata-se do desdobramento de uma pesquisa mais abrangente realizada sobre a vida desse sacerdote, que se destacou no cenário do arraial de Jaraguá, no início do Império, e sobre a casa oitocentista que lhe pertenceu e se tornou símbolo do patrimônio cultural da cidade. A dissertação de mestrado, concluída em fevereiro de 2003 (IGPA/PUC Goiás), teve como objetivo principal propor o tombamento da edificação, colocando a pesquisa à disposição do órgão competente para instruir o devido processo.

Padre Silvestre nasceu no arraial aurífero de Cocal (hoje pequeno povoado distante 28 km de Niquelândia) no dia 31 de dezembro de 1773, onde viveu parte de sua infância. Filho do português Manuel Álvares da Silva, comerciante bem-sucedido, e de Francisca Machado Ferreira, negra da nação Mina. Filho ilegítimo, somente aos sete anos foi reconhecido pelo pai e trazido para sua companhia. Quando adulto, foi enviado ao Rio de Janeiro, para realizar seus estudos no Seminário São José (Lobo, 1974).

Foi homem rico, erudito e político atuante no cenário nacional. Deputado por Goiás, participou brilhantemente da primeira constituinte do Brasil Império. Figura ímpar não só pelo fato de ter uma ascendência negra materna, como também por ter sido um religioso de moral ilibada, de comportamento diferente dos religiosos que viveram em Goiás nos séculos XVIII e XIX (Pedroso, 1997).

Passou a maior parte de sua vida em Jaraguá, como Vigário da cidade, como mostram os livros de registros da Paróquia Nossa Senhora da Penha de Jaraguá. Realizou trabalhos relevantes, citados não só por autores goianos, como Jarbas Jaime (1971) e José Lobo (1974), como também pelos viajantes europeus Pohl (1976) e Saint-Hilaire (1975) quando aqui estiveram. Seu testamento, elaborado dez anos antes de sua morte, possibilitou esclarecer fatos importantes sobre sua história. Faleceu em 20 de maio de 1863.

A casa onde viveu está ligada a importantes fatos da história de Jaraguá. Representa o desenvolvimento tecnológico da época oitocentista, abrindo possibilidades para maior conhecimento sobre materiais e técnicas construtivas, como a taipa de pilão, o adobe, o pau a pique e as formas de estruturação do edifício (Coelho, 1996). Revela ainda o modelo de organização social, econômico e religioso do período. Apesar da simplicidade do partido arquitetônico expressado pela arquitetura vernacular, houve uma preocupação com a riqueza de detalhes, o que pode ser observado em alguns de seus ambientes internos.

A edificação constitui um bem cultural que a sociedade jaraguense identifica como testemunho dos antigos modos de vida da comunidade, uma referência cultural simbolizada, construída ao longo da história de Jaraguá e compartilhada pela população goiana. Situa-se na rua Vigário Álvares da Silva nº 63, conhecida por todos como a Casa do Padre Silvestre. Esse imóvel permaneceu com os familiares do padre Silvestre

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre

até ser adquirido pela prefeitura da cidade que finalizou sua compra em 2010.

O edifício (figuras 1 e 1a) é um patrimônio protegido por tombamento estadual pelo Decreto nº 6.024, de 25 de outubro de 2004. A Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico (Agepel) concluiu seu trabalho de restauração no último semestre de 2010, como mostra o jornal O Popular, em reportagem de 21 de dezembro de 2010 (Magazine, p.1). A casa foi restaurada dentro das técnicas de conservação e entregue aos habitantes da cidade para abrigar uma Casa de Cultura.

Vale lembrar que em Goiás, com o declínio do ouro, a arte não se desenvolveu como em Minas Gerais¹ nem reuniu grupos de artistas que produzissem, conjuntamente, suas obras com uma determinada característica. O patrimônio artístico goiano é pequeno e precário, os vários remanescentes arquitetônicos se encontram, em muitos casos, alterados

Foto: Sílvia Bragato, 2002



Figura 1 - Casa do padre Silvestre

Foto: Jéssica Rios Hamú, 2011



Figura 1a - Casa do padre Silvestre restaurada / Casa de Cultura

por reformas. Nessa região sem tradição artística e pouco propícia a manifestações culturais, excluindo-se a música, que se comportava de forma diferente, surge, todavia, com sua singularidade estilística, o artista Veiga Valle (Salgueiro, 1983).

A obra de Veiga Valle ultrapassa os limites regionais e se destaca na cena da estatuária sacra brasileira. Pode ser considerado o único artista com estilo marcadamente pessoal, em Goiás, no período do Brasil Império, que reuniu um número significativo de obras de arte (Salgueiro, 1983).

O estilo do artista goiano, nascido em Meia Ponte (atual Pirenópolis) no início do século XIX, é descrito por Salgueiro:

o Barroco de Veiga Valle é Rococó; posterior à eclosão europeia e mineira, não é extemporâneo, pois uma periodização estabele-

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre

cida por modelo estilístico abstrato deve ser rejeitada. Acresce que suas imagens também explicitam o modelo neoclássico; se podemos distinguir imagens com estilemas estritamente barrocos, outras inscrevem-se quase por inteiro no Neoclassicismo, enquanto grande parte delas é híbrida, retendo estilemas dos dois modelos (SALGUEIRO, 1983, p. 26).

Após uma breve passagem pelo contexto histórico-artístico em Goiás, aporta-se em Jaraguá, centro desta pesquisa, para iniciar análise das artes aplicadas e das obras de artes sacras que pertenceram ao sacerdote Silvestre Álvares da Silva.

O levantamento das peças artísticas traz para o contexto atual os valores histórico, cultural e simbólico que lhes são agregados, por serem objetos elaborados em tempos tão distantes, por talentosos artistas, muitas vezes anônimos. E é nessa perspectiva que o interesse se volta para as artes que pertenceram ao padre Silvestre. É importante ressaltar que:

A arte é julgada segundo a expressão convincente dos significados da vida e das emoções. Assim, sob essa perspectiva, a arte e a vida estão entrelaçadas e a função da arte é tornar o cotidiano mais significativo e profundo (PILLAR, 1993, p. 84).

Na expressão de Balzac (apud Manguel, 2001, p. 29), “A forma em suas representações é aquilo que ela é em nós: apenas um artifício para comunicar ideias, sensações, uma vasta poesia.” Assim podem ser interpretadas as produções artísticas encontradas na casa que pertenceu ao sacerdote, para as quais, apresenta-se uma breve descrição. As plantas baixas (Figuras 1b e 1c), a seguir, apresentam o casarão antes e depois da restauração e ainda apontam e identificam os elaborados detalhes de acabamento da casa, além das peças que permaneceram na residência, relacionadas nas descrições.

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

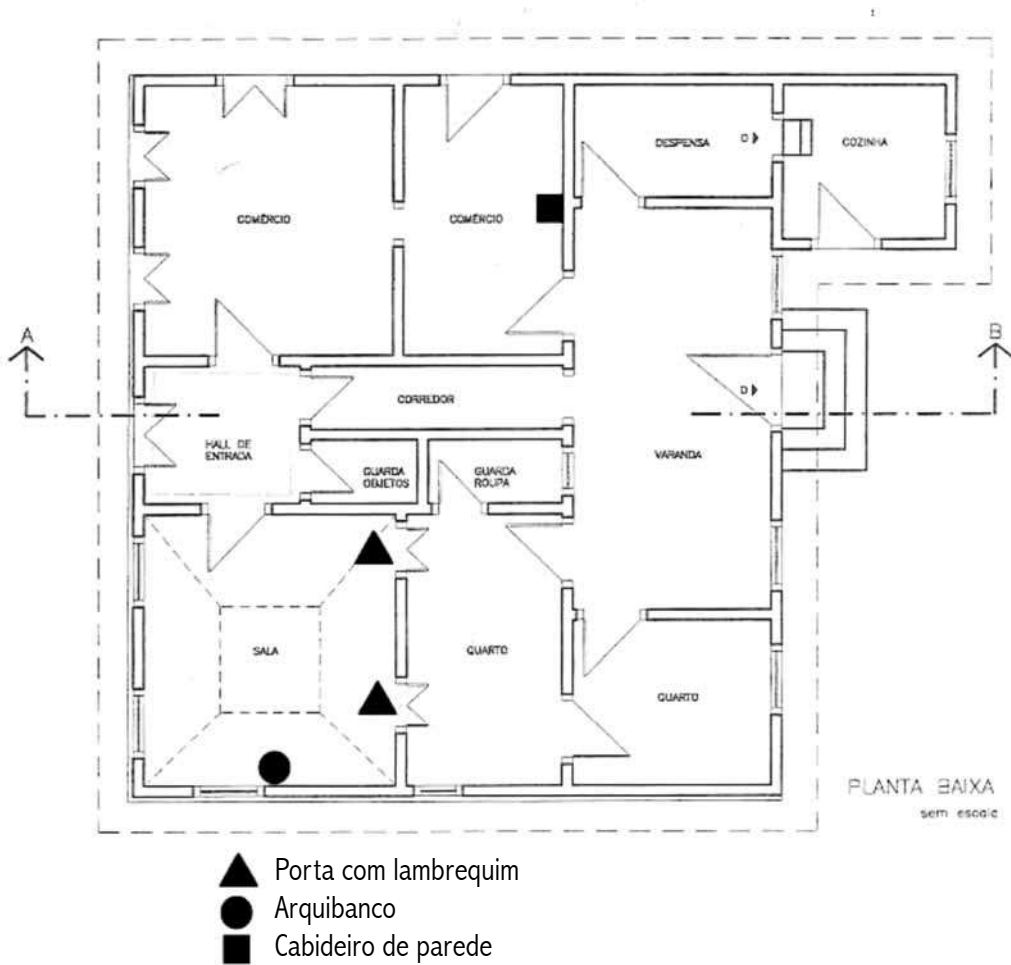


Figura 1b – Planta baixa antes da restauração

Fonte: INDUR, 1987 apud PEDROSO HAMÚ, 2003, p. 83

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre

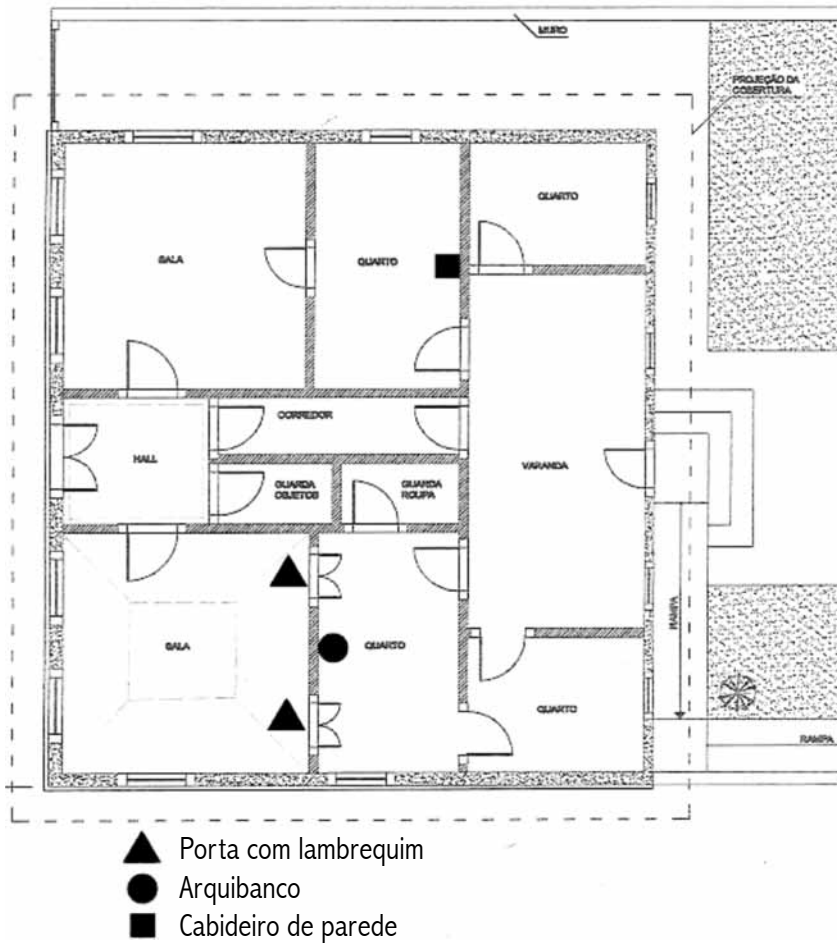


Figura 1c – Planta baixa depois da restauração

Fonte: Solange Santana – Arquiteta e urbanista, membro da diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico da AGEPEL. Especialista em Gestão do Patrimônio Cultural integrado pela UFPE. Janaina de Castro – Arquiteta e Urbanista, Coordenadora da UEP-Goiás da AGEPEL / Monumenta, 2011.

1 Teto do hall de entrada (original e réplica)

O teto original (Figura 2) do hall de entrada da casa, segundo Deolinda Conceição Taveira Moreira², em análise a olho nu, era em estuque imprensado na estrutura de taboca de madeira; a pintura no centro, que representando um esplendor, foi elaborada com pigmento e cal. O que sobrou desse teto hoje se encontra no Museu da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, para futuro encaminhamento à Casa de Cultura do Padre Silvestre. O novo teto (figura 2a) possui forro em tecido de algodão; recebeu uma camada de gesso-cola como base para a pintura, elaborada pelo artista plástico Samarone Nunes³. Trata-se de uma réplica da pintura original.

Foto: Silvio Bragato, 2002



Figura 2 – Pintura do teto do hall de entrada – original

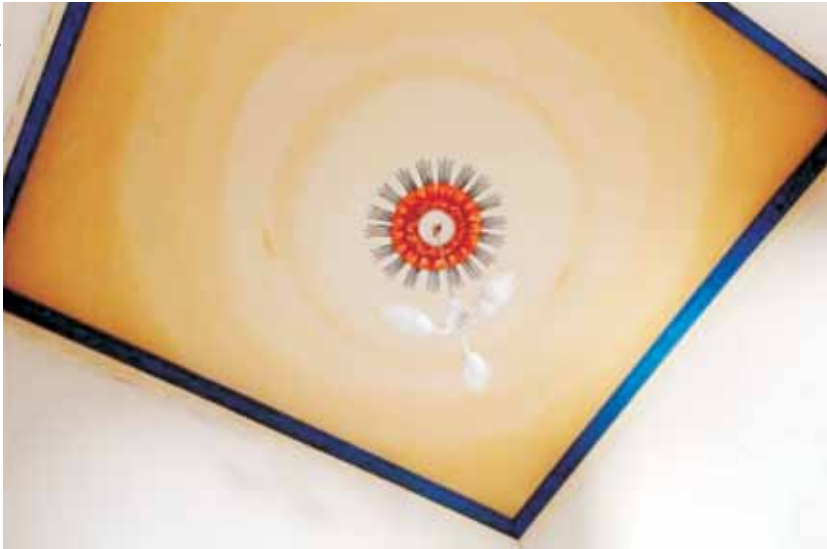


Figura 2a – Pintura do teto do hall de entrada – réplica

2 Pintura do teto da sala principal (original e restaurada)

Para descrever tal composição e a elaboração da pintura (figuras 2b e 2c), pode-se afirmar que é um forro tipo gamela, composto de cinco painéis, quatro deles inclinados em formas trapezoidais, correspondendo a cada um dos lados do ambiente, fechados pelo alto com o quinto painel, retangular e de nível. Os painéis, de forma geométrica, são tabuados, divididos com molduras salientes ressaltando o acabamento.

Os tabuados mais comuns, principalmente nas construções mais antigas, de acordo com Vasconcellos (1979), são os lisos, ou seja, tábuas colocadas no mesmo plano, topo a topo. Na sua junção são utilizadas as mesmas soluções dos soalhos: as tábuas podem estar apenas justapostas em junta seca ou em corte diagonal.

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

Foto: Silvío Bragato, 2002



Figura 2b – Pintura do teto da sala principal – original

Foto: Jéssica Rios Hamú, 2011



Figura 2c – Pintura do teto da sala principal – restaurada

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre

Em cada painel trapezoidal foram aplicados desenhos em todo o seu contorno, próximo à moldura, resultando numa sequência uniforme de motivos florais. No centro, uma grande figura semelhante a uma forma poligonal, recortada com ramos⁴ e flores⁵, destacando-se, dentro de cada uma delas, símbolos diferenciados colocados sobre nuvens: sol⁶, estrela⁷, lua⁸ e cruz de malta⁹. São desenhos em policromia, prevalecendo o vermelho e o azul cobalto.

No painel retangular central para onde convergem as molduras laterais dos trapézios, a figura central é um esplendor, que ressalta em seu eixo o desenho de uma flor que se parece com a flor do hibisco. Seguindo lado a lado a moldura desse painel, foram aplicados arabescos¹⁰ em todo o contorno da peça e, nos cantos, conchas¹¹ com flores. O acabamento final do forro foi feito com uma saia que corre todo o perímetro das paredes. As madeiras que compõem a saia foram trocadas; as originais não puderam ser restauradas, pois se encontravam bastante destruídas. Como proteção, ao finalizar o trabalho de restauração do forro, foi aplicada resina acrílica com um bom grau de transparência, para evitar amarelecimento no futuro.

O trabalho de restauração do forro foi realizado pelos artistas Deolinda Taveira, Samarone Nunes e Neuza Souza¹², que desempenharam com grande dedicação essa difícil tarefa, que envolve muito mais do que o restauro da pintura em si. Fizeram, antes de tudo, um minucioso trabalho de higienização e descupinização das peças, que se encontravam em péssimo estado de conservação.

O conjunto da pintura no teto do ambiente principal atrai a percepção do observador, levando-o a refletir sobre as diversas possibilidades manifestadas pelo artista em seu tempo e que hoje nos envolvem em um diálogo para compreender

o valor sagrado dos trabalhos que homens de bem, desaparecidos e desconhecidos, realizaram para honrar seu Deus, organizar seus lares, manifestar suas diferenças. Fazendo-nos ver e tocar o que viram e tocaram as gerações desaparecidas, a mais humilde habitação possui, da mesma forma que o mais glorioso edifício, o poder de nos pôr em comunicação, quase em contato, com elas (Choay, 2001, p. 140).

3 Portas (antes e depois da restauração)

No interior da mesma sala, encontram-se duas portas (figuras 3 e 3a) iguais, que dão acesso à parte íntima da casa. Apresentam, sobreposto à verga arqueada, um acabamento diferenciado – o lambrequim¹³ (figuras 3b e 3c) de madeira trabalhada no azul cobalto, com acabamento branco, deixando transparecer, na forma ondulada, a preocupação do artista/marceneiro em proporcionar leveza e requinte ao ambiente. A restauração dos lambrequins foi um trabalho de remoção, foram retiradas várias camadas de pintura, que, depois de finalizada, foi encerada. No centro, destaca-se um elemento floral, talvez uma concha, de cor avermelhada, fixada, ultrapassando a moldura da peça. A porta, depois de restaurada, apresenta a sua textura original, em madeira sem pintura, como o portal. Vale ressaltar que as imagens da casa com seus detalhes, antes da restauração, podem ser encontradas na dissertação de mestrado desta autora, mencionada no início deste trabalho.

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre

Foto: Silvio Bragato, 2002



Figura 3 – Portas com lambrequim antes da restauração

Foto: Jéssica Rios Hamú, 2011



Figura 3a – Portas com lambrequim depois da restauração

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

Foto: Silvío Bragato, 2002



Figura 3b – Detalhe do lambrequim antes da restauração

Foto: Jéssica Rios Hamú, 2011



Figura 3c – Detalhe do lambrequim depois da restauração

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre

No período colonial, segundo Vasconcellos (1979), a cor na madeira era bastante utilizada e variada. Com pinturas a cola, têmpera ou óleo, as cores, preferencialmente as primitivas, eram aplicadas em tons fortes. Dentre elas o azul, conhecido hoje como colonial.

4 Cabideiro (antes e depois da restauração)

Peça utilizada para pendurar roupas e acessórios, o cabideiro (Figuras 4 e 4a) esteve ao longo dos anos fixado na parede do casarão. Constituído por duas pranchas de madeira ajustadas em forma de cantoneira, fecha as laterais por pequenas partes em madeira trabalhada. Uma das pranchas serve de suporte para os pequenos braços torneados, e a outra, além de dar acabamento, é utilizada como prateleira.

Foto: Silvío Bragato, 2002



Figura 4 – Cabideiro de parede antes da restauração



Foto: Jéssica Rios Hamú, 2011

Figura 4a – Cabideiro de parede depois da restauração

5 Arquibanco (permanece no Casarão)

O arquibanco (figura 5) de madeira que pertenceu ao padre Silvestre permanece no casarão onde sempre esteve. Segundo Canti (1999), o termo arquibanco é pouco empregado nos documentos brasileiros; por ser um banco de grandes proporções, provavelmente fosse mais utilizado em conventos, do final do século XVIII até o século XIX. Atualmente é denominado banco com caixa, arca-banco ou simplesmente banco, como em Jaraguá. São peças que surgiram da evolução da caixa como assento, utilizadas nos alpendres, entradas e patamares das casas brasileiras dos séculos XVIII e XIX, principalmente em Minas Gerais e Goiás. Canti (1999) afirma que o termo arca-banco, por ser atual, não foi encontrado nos documentos coloniais: possivelmente, no século XVII, era outra sua denominação. Na Igreja Matriz de Pirenópo-

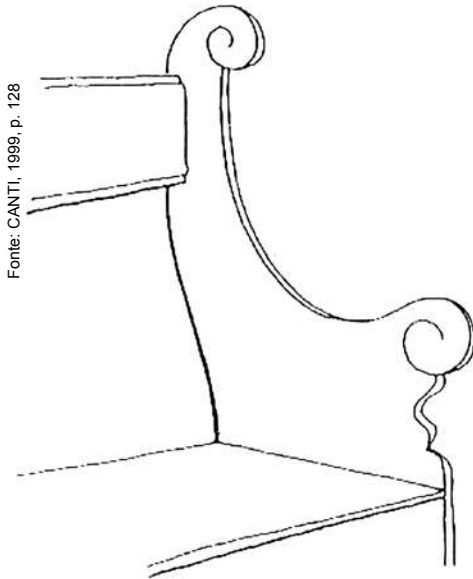
Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre

Foto: Jéssica Rios Hamú, 2011



Figura 5 – Arquibanco do padre Silvestre

lis encontra-se um arquibanco (figura 5a) similar ao da casa estudada. Outras adaptações desse mobiliário foram feitas em diversas regiões do país, e uma delas resultou numa peça diferenciada para confessionalário (figura 5b), com pinturas na madeira, do século XVIII, pertencente ao acervo artístico-cultural do Estado de São Paulo. (Tirapeli, 2007, p. 90)



Fonte: CANTI, 1999, p. 128

Figura 5a – Desenho do arquibanco da Igreja Matriz de Pirenópolis-GO



Fonte: TIRAPELI, 2007, p. 90

Figura 5b – Confessionário – século XVIII. Acervo artístico-cultural do Estado de São Paulo.

6 Escrivaninha (pertence à família Castro Ribeiro)

Outra peça localizada durante a pesquisa foi uma escrivaninha (figuras 6 e 6a), que atualmente pertence à família Castro Ribeiro, de Jaraguá. É uma mesa de madeira clara do início do século XIX, estilo neoclássico Sheraton brasileiro. O trabalho em marchetaria apresenta embutidos filetados, ramos e frisos ondulados. Tem um balanço nas laterais, e as gavetas, não mais existentes, possivelmente tivessem a parte frontal batendo na caixa, uma das características desse estilo. As pernas vão afinando para baixo, como mostra o modelo (figura 6b), de procedência mineira, que se encontra no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, MG (Canti, 1989, p. 32).



Foto: Mary Iukie, 2002

Figura 6 – Escrivaninha de madeira

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

Foto: Mary Iukie, 2002.



Figura 6a – Detalhe da escrivaninha – trabalho de marchetaria



Fonte: CANTI, 1989, p. 32

Figura 6b – Mesa caviúna e madeira clara – procedência mineira

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre

As imagens das peças pertencem a família do padre Silvestre, representada por Elenir Álvares Ribeiro da Costa, guardiã do oratório e de seis imagens que fazem parte do seu acervo. Tais peças, por meio das fotografias, foram analisadas pelo arquiteto e historiador Rogério Tadeu de Salles Carvalho¹⁴. Separada do acervo da família Álvares da Silva, a imagem de Santa Luzia, doada pela família Eugênio Alano Machado de Freitas, encontra-se no Museu Sacro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Jaraguá.

7 Oratório (acervo da família Álvares da Silva)

O oratório (figuras 7, 7a e 7b) que pertenceu ao padre Silvestre é do tipo *ermida*, bastante difundido. Tem altura de 1,55 m, parte frontal com 65 cm e lateral com 34 cm, com envergadura total lateral de 1,25 m. Com duas portinholas almofadadas e pintadas, foi fabricado em madeira, provavelmente pintado a têmpera e ouro. Com aplicações de rosa de malabar estilizadas, o oratório tipo *ermida*, de gosto rococó mineiro, tem frontão marcado por concheado¹⁵ e acantos¹⁶. Por suas características, é bem provável que, no seu interior, os santos fossem dispostos como nos altares, sobre as peanhas¹⁷ de sustentação. Conforme Carvalho (2002), estima-se que sua datação seja de meados do século XIX.

Importante esclarecer que oratório é uma peça que abriga imagens de santos. Muito utilizado no período colonial, tem sua origem nos primórdios da Idade Média. Surgiu com vários formatos, em madeira entalhada e pintada, dependendo do período artístico e da condição financeira da pessoa que encomendava a peça. Tinha a função de substituir uma capela. Inicialmente concebida apenas para a realeza, com o passar do tempo, essas peças evoluíram e se espalharam pelas fazendas, senzalas e residências, criando ambiente propício para orações e

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

celebrações. Eram posicionados dentro das casas, em locais variados. Poderiam ser incrustados na parede, com portas, para servir como uma pequena capela, ou ainda em sala ou corredor, geralmente em forma de armário (Tirapeli, 2007).

Foto: Acervo da família Álvares da Silva, 2002



Figura 7 – Oratório – vista frontal

Foto: Acervo da família Álvares da Silva, 2002



Figura 7a – Oratório
— vista lateral

Foto: Acervo da família Álvares da Silva, 2002



Figura 7b – Oratório – portas abertas



Fonte: Museu do Oratório de Ouro Preto – MG, 2011.

Figura 7c –
Oratório de salão

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre

Os oratórios são apresentados de várias formas, variando de acordo com o seu tipo, tamanho e material. O Museu do Oratório de Ouro Preto os classifica em diversas categorias, como: Oratórios Populares Domésticos, Oratórios Itinerantes ou de Viagens, Oratórios Afro-brasileiros, Oratórios Ermidas, Oratórios Conchas, Oratórios Lapinhas e Oratórios de Convento. O acervo desse museu – único em todo mundo - possui uma magnífica coleção, com 162 oratórios e 300 imagens, do século XVII ao XX. (www.museudooratorio.com.br). Dentre eles, encontra-se o Oratório de Salão (Figura 7c) referência - AG. 96066/0, elaborado com rosas de malabar similares às encontradas em oratórios da região de Sabará, que apresenta uma grande semelhança com o oratório tipo *ermida* que pertenceu ao padre Silvestre.

8 Imagem de Nossa Senhora da Penha com o Menino Jesus (acervo da família Álvares da Silva)

A imagem de Nossa Senhora da Penha com o Menino Jesus (figuras 8, 8a, 8b e 8c), por suas características, possivelmente trata-se de uma obra de José Joaquim da Veiga Valle, século XIX. Na análise de Carvalho,

A altura é de 35 cm, coroa em prata de 16 cm, bastão em prata com 9 cm, manto com aplicação de folhas de ouro. O Menino Jesus tem altura de 9,5 cm, coroa em ouro. Datada do século XIX. (Carvalho, 2002, p. 2)

Algumas das principais características do artista goiano no seu trabalho com imagens de Nossa Senhora podem ser percebidas com clareza nessa obra, como a suavidade das linhas nas delicadas feições e expressões do rosto; o véu esvoaçante, decorado com flores, tarja dourada no

barrado com cunhos de baixo relevo, cobre os cabelos repartidos ao meio. O manto, pintado em ouro, de panejamento com as pontas onduladas, apresenta um esgrafiado¹⁸ requintado, com desenhos de traços finos regulares e contínuos, sobre policromia com predomínio do azul cobalto, com vermelho bronze no avesso. A túnica colorida, com rosas e flores, apresenta um barrado dourado em semicírculos nervurados em alto relevo, arrematando o panejamento. Na parte mais justa da manga, são visíveis as listras vermelhas com punho dourado. A base dessa composição está sobre nuvens com efeito de volutas, que acomodam as cabeças aladas dos querubins¹⁹. As obras do artista são marcadas por soluções particulares, que envolvem tanto as técnicas do desenho e acabamento, quanto as expressões da fisionomia e gestualidade. Veiga Valle esculpia em madeira: bálsamo, jatobá e com mais frequência em cedro, por considerá-lo macio, cheiroso e de maior durabilidade (Salgueiro, 1983).

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre

Foto: Acervo da família Álvares da Silva, 2002



Figura 8 – Nossa Senhora da Penha com Menino Jesus – vista frontal



Foto: Acervo da família Alvares da Silva, 2002.

Figura 8a – Nossa Senhora da Penha com Menino Jesus – vista lateral

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre

Fotos: Acervo da família Álvares da Silva, 2002



Figura 8b –
Menino Jesus



Figura 8c – Nossa Senhora
da Penha com Menino Jesus
- vista posterior

9 Imagem de Nossa Senhora das Dores (acervo da família Álvares da Silva)

Carvalho assim identifica Nossa Senhora das Dores (figuras 9 e 9a):

imagem com altura de 23,5 cm, espada cravada ao peito de 5,5 cm, resplendor em ouro com 3 pedras e manto pintado a ouro. Do século XIX, de possível origem europeia, decorada com rosas de Malabar estilizadas, e manto esgrafiado. Peça com panejamento excelente e de feitura ao gosto barroco classicizante. (Carvalho, 2002, p. 1)

O manto esgrafiado da imagem de Nossa Senhora das Dores apresenta desenhos florais no azul cobalto, onde são traçadas finas listras paralelas, que formam o fundo da composição na estampa. No acabamento aparece um barrado em ouro percorrendo todo seu contorno. Visto de frente, observa-se que a estampa é a mesma na frente e no verso do manto e contrapõe ao desenho colorido da túnica. O manto cobre a cabeça e cai, revestindo todo o corpo; apresenta um panejamento com as pontas ondeadas de movimentação ornamental. Abaixo do manto, cobrindo a cabeça, nota-se a leveza do véu que emoldura o rosto de traços delicados e expressivos. A túnica marca a cintura alta e apresenta um azul mais claro, com decorações de rosas de malabar estilizadas; cai sobre a peanha, deixando desveladas as pontas dos pés. O pedestal apresenta pintura marmorizada, com coloração em vermelho.

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre



Figura 9 – Nossa Senhora das Dores - vista frontal



Fotos: Acervo da família Álvares da Silva, 2002

Figura 9a – Nossa Senhora das Dores - vista posterior

10 Crucifixo (acervo da família Álvares da Silva)

O Crucifixo (figuras 10 e 10a), analisado por Carvalho, apresenta uma

imagem de 30 cm de altura fixada em cruz de 60 cm, com pedestal de 80 cm. A cruz é de madeira e possui esplendor em prata e sino em cobre. Aparenta ser do final do século XVIII; possui policromia bem elaborada e aplicações de anjos na prataria, trabalho esse raramente encontrado. (Carvalho, 2002, p. 1)

O Cristo crucificado possui uma anatomia correta; seus membros superiores e inferiores, fixos na cruz, dão harmonia à figura humana. Corpo quase nu, mostra a carnção creme clara, deixando visíveis estruturas ósseas e musculares. Possui um manto branco com dobras, preso ao quadril por um cordão, cobrindo parte do corpo pintado de vermelho-sangue, cor que desce da cabeça a partir da coroa de espinhos até os pés cravados na cruz. As pontas superiores da cruz possuem um acabamento em prata bem elaborado. No centro, um pequeno esplendor está fixado na parte frontal da peça; e na parte posterior é possível visualizar um grande esplendor, que serve de apoio aos querubins alados, também em prata, distribuídos nos quatro cantos da cruz. Abaixo dos pés de Cristo estão colocados mais dois querubins: um deles se diferencia dos outros por ser negro. O pedestal é formado por três partes: inicialmente, a base menor com acabamento em desníveis, apoiada em outra parte formada por gomos verticais e piramidais, colocada sobre a base maior; esta apresenta o mesmo acabamento da primeira, compondo em seu conjunto a peanha que sustenta a cruz. No alto da cruz, uma placa, possivelmente em prata, com a insígnia de Cristo.



Foto: Acervo da família Álvares da Silva, 2002

Figura 10 – Crucifixo –
detalhe

Foto: Acervo da família Álvares da Silva, 2002



Figura 10a – Crucifixo

11 Imagem de Nossa Senhora da Penha (acervo da família Álvares da Silva)

Nossa Senhora da Penha (figura 11) tem altura de 23,5 cm, resplendor em ouro, bastão em prata. Carvalho (2002) considera provável que o resplendor tenha sido adaptado, pois em geral ambas as peças são do mesmo metal. Datada do século XIX, a imagem segue o padrão das virgens representadas pelos santeiros da época. De fisionomia delicada, tem cabelo repartido ao meio, sob um véu azul que vai até os ombros. Túnica e manto seguem a iconografia convencional, nas cores azul e vermelho, representando frente e verso. O manto, com panejamento ondulado e com dobras, revela uma movimentação ornamental. A túnica cobre os pés, que estão sobre nuvens em forma de volutas, entre querubins com asas apoiados numa pequena base.

12 Imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição (acervo da família Álvares da Silva)

A devoção à Virgem Maria é uma prática comum na religiosidade brasileira desde o período colonial, adotando as tradições portuguesas. Dentre as virgens, a Imaculada Conceição “é das invocações mais frequentes desde os tempos medievais da rainha Isabel até a consagração do reino de Portugal à Virgem Imaculada, em 1645” (Tirapeli, 2007, p. 43).

Nossa Senhora Imaculada Conceição (figura 12), elaborada possivelmente em marfim, apresenta um bom trabalho de escultura. Sobre volutas e querubins, a imagem possui uma vestimenta composta por túnica e manto, ressaltando-se o planejamento com barrado de sianinha e pontas onduladas. É uma peça policromada, com altura de 10 cm e esplendor



Figura 11 – Nossa Senhora da Penha



Figura 12 – Nossa Senhora Imaculada Conceição

Fotos: Acervo da família Álvares da Silva, 2002

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre

em ouro com cinco brilhantes; é possível ser de origem européia, datada provavelmente do começo do século XIX (Carvalho, 2002).

13 Imagem de Santo Antônio (acervo da família Álvares da Silva)

Santo Antônio (figura 13) é uma peça aparentemente em marfim, com 3,5 cm de altura, vem acompanhada de uma caixa esmaltada, provavelmente adaptada posteriormente. É possível que seja anterior ao século XIX. De acordo com Carvalho (2002), para melhor definição, seria necessário seu manuseio.

Foto: Acervo da família Álvares da Silva, 2002



Figura 13 – Santo Antônio com a caixa esmaltada

14 Imagem de Santa Luzia (acervo do Museu Sacro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição)

A imagem de Santa Luzia (figuras 14 e 14a) é a única disponível para visitação, por se encontrar no Museu Sacro da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Jaraguá, mencionado anteriormente. Tem datação do século XIX. Sua altura é de 27,5 cm e foi elaborada na madeira. O cabelo preso, repartido ao meio, comporta uma coroa possivelmente de prata. A mão esquerda sustenta um prato que, provavelmente, no passado, estaria apoiando dois olhos, pois a santa é reconhecida pela tradição religiosa como protetora dos olhos. Possui uma vestimenta composta, na parte superior, por uma blusa com acabamento em ponta, que vai um pouco abaixo da cintura. Na parte inferior, duas saias de estampas diferenciadas dão contraste, ressaltando o vestuário que vai até o chão, deixando os p s desvelados. O manto cobre os ombros e toda a parte posterior da imagem, representando uma movimentação por meio de seu panejamento ondulado. Todas as peç as da vestimenta possuem acabamento com barrado dourado. A base de sustentação da imagem apresenta-se parcialmente curva, com pintura policromada, em forma de círculos de diferentes tamanhos.

Transformada em Casa de Cultura, a casa do padre Silvestre vem contribuir para a construção da cidadania jaraguense. É importante registrar que, no conceito mais recente, a cidadania está além do básico direito a um mínimo de bem-estar econômico e seguranç , inclui “a plena participação na heranç a social como ser civilizado, de acordo com os padrões da sociedade. E na base deste aspecto social da cidadania está, entre outros, o sistema educacional” (Peregrino et. al., 1995, p. 23).

Foto: Mary Lukie, 2011



Figura 14 – Santa Luzia
– vista frontal



Foto: Mary Iukie, 2011

Figura 14 Santa Luzia
vista lateral

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre

Em um processo cotidiano e contínuo, no contexto educacional, é possível criar condições para que todos tenham acesso ao saber e à arte, eliminando a segregação, que exclui grande parte da população ao acesso às “maiores oportunidades de contato e familiarização com as obras de arte. Mais uma vez as desigualdades sociais geram posturas diferenciadas e desigualdades diante das obras culturais.” (Peregrino et al., 1995, p. 24). E, para que se tenha interesse e gosto pela arte e os referenciais necessários para a compreensão dos seus códigos, é importante o contato, a familiarização e vivência com as obras de arte. E, assim, a linguagem artística, ao ser aprimorada pelos esquemas de percepção, será apreendida também como forma de capacitar a apreciação e crítica.

Dessa forma, é possível sensibilizar a comunidade, despertando-lhe o desejo de conhecer, valorizar e preservar o patrimônio, exemplificado pela casa objeto da pesquisa, hoje restaurada e transformada em Casa de Cultura, o que possibilita sua utilização pela comunidade. No entanto, não basta abrir museus, casas de cultura ou garantir a gratuidade do acesso democrático às diversas formas de arte mais elaboradas; é necessário, antes de tudo, promover o domínio prévio dos instrumentos de compreensão e conservação, pois todos os bens culturais podem ser apreciados em diversos níveis. “O desafio é a construção de caminhos que levem da camiseta ao museu, do rádio à sala de concerto e da novela de TV ao teatro”. (Peregrino et al., 1995, p. 28).

Notas

¹ Nas regiões das minas, os centros urbanos coloniais se desenvolveram não só pela exploração aurífera, como também pelo grande número de trabalhadores livres que para lá se dirigiam em busca de outras ocupações. Somam-se a esses trabalhadores os profissionais liberais, os artistas, artífices e artesãos (Boschi, 1988).

As atividades dos oficiais mecânicos, às vezes, eram interrompidas pela dificuldade de obter a matéria-prima utilizada na elaboração da obra de arte. Em Minas, por exemplo, a busca por materiais alternativos foi realizada com extraordinária criatividade. As obras monumentais em pedra-sabão,

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

- criadas por Aleijadinho em Congonhas do Campo, deixaram registradas a genialidade do artista e sua habilidade em lidar com a matéria-prima utilizada, ressaltando sua inquestionável originalidade no trabalho artístico.
- ² Especialista em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis pela UFRI e em Gestão do Patrimônio Cultural Integrado pela UFPE .
 - ³ Artista Plástico e Técnico em Conservação e Restauro.
 - ⁴ Significam demonstração de honra para um governante ou vencedor. (Heinz-Mohr, 1994).
 - ⁵ “De acordo com a Bíblia, símbolo da beleza e graça terrenas, as flores em geral são sinais do princípio passivo, da atitude de receber [...]” (Heinz-Mohr, 1994, p. 163).
 - ⁶ “O mais antigo sinal do sol é um círculo ou um círculo que contém uma cruz. Com isso se criou a imagem da roda do sol mais tarde com todas as suas variações. O sol é para muitos povos manifestação e revelação da divindade; ele é imortal, porque cada manhã se levanta de novo e cada tarde mergulha no reino dos mortos [...]” (Heinz-Mohr, 1994, p. 360).
 - ⁷ “A estrela é sinal e portadora da luz. Quando se representam estrelas na abóbada de um templo ou igreja, aludem a esse significado ‘celeste’ [...]” (Heinz-Mohr, 1994, p. 153).
 - ⁸ “O sentido simbólico da lua está sempre em relação com o do sol. Duas observações são no caso de especial peso: 1 – que ela não possui luz própria, apenas reflete a do sol; 2 – que muda de figura segundo as diversas fases. Veio a se tornar dessa forma símbolo da dependência e do princípio feminino, e também símbolo da mudança e do crescimento. (...) A visão da Bíblia atribui à lua, ‘o pequeno luzeiro para governar a noite’ [...]” (Heinz-Mohr, 1994, p. 226).
 - ⁹ Sigla da respectiva Ordem de Malta. É considerada símbolo dos guerreiros cristãos, e suas oito pontas são interpretadas como as oito bem-aventuranças. (Heinz-Mohr, 1994).
 - ¹⁰ “Ornamento de características lineares, formado pelo entrelaçado de linhas retas, curvas e mesmo elementos vegetais. O nome vem da associação com as decorações da arte muçumana, de características geométricas e que apresenta um aspecto semelhante.” (Cunha, 2005, p. 118).
 - ¹¹ “Ornato com feição semelhante a uma concha utilizado principalmente na ornamentação de Chafarizes. Foi muito usada na ornamentação de igrejas mineiras do período BARROCO, construídas no século XVIII.” (Albernaz; Lima, 1997, p. 169).
 - ¹² Técnica em conservação e restauro.
 - ¹³ “Ornato de madeira ou folha metálica recortada e vazada em forma de rendilhado, utilizado no arremate decorativo de elementos da construção [...]” (Albernaz; Lima, 1998, p. 337).
 - ¹⁴ Arquiteto, historiador, responsável pela manutenção e elaboração do Banco de Bens Culturais Procurados (BCP) do Departamento de Identificação e Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura (DID/IPHAN/MinC).
 - ¹⁵ “Elemento decorativo derivado, de maneira bastante livre, da concha. Foi muito usado no Rococó”. (Cunha, 2005, p. 125).
 - ¹⁶ “Nome de uma planta espinhosa, originária da Grécia e da Itália, cuja folha é muito usada como motivo decorativo e que serviu de modelo para ornatos.” (Cunha, 2005, p. 117).
 - ¹⁷ Pequeno pedestal utilizado como apoio a estatuetas e vasos. (Albernaz; Lima, 1998).
 - ¹⁸ Desenhos feitos com um estilete na camada externa de tinta seca, evidenciando a folha de ouro que está por baixo da pintura. (Salgueiro, 1983).
 - ¹⁹ Escultura ou pintura em forma de cabeça de criança, com asas, representando anjo. (Marcondes, 1998).

Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário ilustrado de arquitetura*. v. 1. São Paulo: ProEditores, 1997
- ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário ilustrado de arquitetura*. v. 2. São Paulo: ProEditores, 1998
- BOSCH, Caio Cesar. *O Barroco Mineiro: Artes e Trabalho*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- CANTI, Tilde. *O Móvel do século XIX no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora CGPM, 1989.
- _____. *O Móvel no Brasil: Origens, Evolução e Característica*. Lisboa: Editora Agir, 1999.
- CARVALHO, Rogério Tadeu de Salles. *Lauda Técnico Estimativo de Avaliação de Peças de Arte Sacra de Jaraguá/Goiás* (paper) 2002. 2 p.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. UNESP, 2001.
- COELHO, Gustavo Neiva. *Arquitetura da mineração em Goiás*. Goiânia: UCG, 1996. (Cadernos Didáticos; Departamento de Arquitetura, 4).
- CUNHA, Almir Paredes. *Dicionário de artes plásticas*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2005.
- HEINZ-MOHR, Gerd. *Dicionário dos símbolos: imagens e sinais da arte cristã*. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1994.
- JAYME, Jarbas. *Esboço histórico de Pirenópolis*. Ed. póstuma. Pirenópolis (GO), 1971.
- Patrimônio Restaurado*. Jornal O Popular. Goiânia. 21/dez./2010. Magazine. Primeira página.
- LOBO, José. *Padre Silvestre Álvares da Silva*. In: Goianos ilustres. Goiânia: Oriente, 1974.
- MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens: uma história de amor e de ódio*. Tradução: R. Figueiredo; R. Eichemberg; C. Strauch. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MARCONDES, Luiz Fernando. *Dicionário de termos artísticos*. Rio de Janeiro: Edições Pinako Theke, 1998.
- MUSEU DO ORATÓRIO. Disponível em: <http://www.museudooratorio.com.br/port/colecao_txt.asp?id_categoria=1&id_subcategoria=3> Acesso em: fev. 2011.
- PEDROSO, Dulce M. Rios. *Histórias de Jaraguá: a casa de padre Silvestre Álvares da Silva*. Goiânia: jornal O Popular, 09/07/1997.
- PEDROSO HAMÚ, Daura Rios. *A casa do padre Silvestre: símbolo do patrimônio cultural*. Goiânia: dissertação de mestrado profissionalizante em Gestão do patrimônio cultural, defendida no IGPA/PUC Goiás, 2003.
- PILLAR, Analice Dutra. *Leitura da Imagem*. Porto Alegre, Projeto Cultural Arte na Escola. Banco de Textos do Projeto Arte na Escola n.º 007.1993.

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

POHL, Johann E. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. (Col. Reconquista do Brasil).

PEREGRINO, Yara Rosas (Coord.); PENNA, Maura; COUTINHO, Sylvia Ribeiro; MARINHO, Vanildo. *Da camiseta ao museu: o ensino das artes na democratização da cultura*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. (Col. Reconquista do Brasil).

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *A Singularidade da obra de Veiga Valle*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1983. 502 p., il.

TIRAPELI, Percival. *Arte Sacra: gênese da fé no novo mundo: coleção de arte no acervo dos palácios do governo do estado de São Paulo*. Pesquisa e texto. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Casa Civil, 2007.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. 5ª Ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1979.





Lorena Sulino Assunção¹

Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá-GO

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2002) é especialista em Gestão de Projetos de Engenharia e Arquitetura pela Faculdade Ávila (2011) e mestranda em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela PUC-GO. Desenvolveu e colaborou em projetos de arquitetura e urbanismo para a Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia (2007-2009) e em projetos de habitação de interesse social para a AGEHAB, onde foi assessora da diretoria de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica (2009-2011).

“A arquitetura sempre correspondeu a três fatores: o homem, a época e o lugar”. (Henrique E. Mindin)

Este capítulo nasce do desejo de documentar e estudar, com um pouco mais de aprofundamento, os edifícios religiosos da cidade de Jaraguá que ainda preservam traços de uma época arquitetônica passada (séc. XVIII), bem como levantar os vestígios daqueles que já não existem, mas que fizeram parte do cenário local em outros momentos.

A arquitetura religiosa da cidade de Jaraguá fica restrita às igrejas, como já é observado em todo estado de Goiás, ou melhor, em praticamente todo o interior do Brasil, onde as construções coloniais se resguardaram apenas nas igrejas e capelas, tendo como mão de obra os escravos, e como difusora as Irmandades, diferente do que ocorreu no litoral brasileiro.

A arquitetura religiosa do séc. XVIII em Jaraguá segue os mesmos padrões das construções que estavam sendo realizadas em outras regiões do Brasil nesta época. Contudo o refinamento conseguido pelas

construções mineiras ou até mesmo goianas de outras localidades não foi alcançado pela arquitetura jaraguense. As igrejas jaraguenses possuem as características típicas da arquitetura colonial brasileira: como a simplificação da planta (nave, capela, coro, depósito,...) os elementos complementares (campanário, cemitérios,...) e as mesmas técnicas construtivas (taipa-de-pilão, adobe, mezanela,...). São de uma arquitetura simples sem muito rebuscamento. A maior preocupação com elementos decorativos se deu no interior destas igrejas, no teto da igreja de Nossa Senhora do Rosário, nos arcos-cruzeiros e altares. Como já é típico desta arquitetura.

Essa arquitetura que traz consigo toda uma carga histórica, marcada por uma religiosidade peculiar – a mistura de três culturas: indígena, africana e portuguesa, por acontecimentos revolucionários – como a Reforma e Contra-Reforma da Igreja Católica, pela expansão marítima e conseqüentemente a descoberta de novas terras, novos povos. Uma arquitetura que marca a paisagem de muitas cidades goianas, mineiras, e na verdade de todo o Brasil.

A construção de capelas e igrejas é uma prática muito comum quando se inicia um povoado e na cultura brasileira as construções religiosas estiveram sempre presentes. A cultura religiosa no Brasil-colônia não era somente representada pelos cultos ou construções de capelas, ela também se manifestava pelas festas, procissões etc. Em muitas cidades, principalmente no interior dos estados de Minas Gerais e Goiás, os principais acontecimentos surgiam ao redor das igrejas. Era indiscutível o papel que as cerimônias religiosas tinham na vida das pessoas, uma vez que frequentemente todos participavam das festas religiosas.

A permanência do núcleo urbano de Jaraguá pode ser atribuída à grande diversidade e atuação de sacerdotes na localidade, tanto para auxiliar nas primeiras construções como também nas demolições das

Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá-GO

igrejas e para a contribuição cultural dos seus primeiros habitantes. Fato também explicado pelo grande poder que a igreja católica detinha no final do século XIX na história brasileira.

As festas religiosas eram momentos de grande euforia dessas pequenas cidades do início da colonização. Até hoje, mesmo com a “modernização”, e outros meios de entretenimento as festas religiosas ainda são muito valorizadas em Jaraguá.

“As festas constituíam-se em momentos de reafirmação da própria história. E esta mantinha-se profundamente influenciada pela Igreja Católica. Não é por acaso que as celebrações religiosas eram os temas recorrentes das festas da cidade. As festas de tradição do município são: de São Sebastião, que se realiza a 20 de janeiro; do Divino Espírito Santo [sem data fixa] e de Nossa Senhora da Penha, a 8 de setembro. São todas elas bastante animadas, movimentando a cidade. Vem os habitantes da zona rural e, nesta ocasião, fazem-se casamentos, batizados e crismas. Antigamente a Festa do Divino, cheia de tradição, era famosa e concorridíssima. Celebravam a cavalcada, dança ritual de cavaleiros. Estes possuíam vestes próprias e a Festa tanscorria na maior animação possível. Hoje, já um tanto modificada, e mesmo modernizada pelo correr dos tempos, não possui o brilho que lhe davam aquelas cerimônias”. Este texto do IBGE foi divulgado em 1958 e mostra que nessa época as festas já faziam parte de um passado, apesar da maioria delas ainda serem celebradas (DUARTE, 1999, p. 247)

Jaraguá ainda possui uma vida religiosa muito presente, a fé popular é mantida pelos mesmos vínculos intrínsecos, que fizeram nossos avós e bisavós construir as primeiras capelas, ou como os que ainda hoje levam uma cidade inteira para uma festa religiosa ou a uma procissão.

Assim como as construções de Vila Boa (atual Cidade de Goiás), as primeiras igrejas de Jaraguá também foram erguidas para atender às necessidades do pequeno número de moradores do Arraial. No entanto,

foram, sem dúvida, muito mais simples e menos ornamentadas que as de Vila Boa. Apresentam características comuns com as construções religiosas que estavam sendo construídas e as que foram levantadas em Goiás neste período. A simplicidade nas fachadas, a planta retangular as mesmas técnicas construtiva (observa-se em algumas construções jaraguenses a manifestação de mais de uma técnica construtiva, como as igrejas de N. Senhora do Rosário e a de N. Senhora da Conceição, que possuem tanto o adobe, como a pedra em suas paredes) fazem com que as igrejas de Jaraguá não fujam às regras que estavam dominando a arquitetura colonial.

Outras características presentes nas igrejas jaraguenses comuns às demais igrejas goianas e mineiras são: a presença de cemitérios e túmulos internos, o sino como um elemento externo ao corpo da Igreja em campanários e a apresentação do coro situado na entrada

Mello, ao falar sobre as capelas da primeira fase do desenvolvimento da arquitetura religiosa mineira, diz que o coro, situado logo à entrada, sobre a porta principal e apoiado por esteios de madeira, possui seu acesso garantido por uma escada de pequenas proporções, no mais das vezes situada do lado direito de quem entra no templo (COELHO, 1999, p. 620)

A arquitetura religiosa de Jaraguá hoje (2001)¹ nos apresenta apenas dois edifícios como base para estudos, pois, são os únicos que ainda guardam as características originais, Igreja Nossa Senhora da Conceição e Igreja Nossa Senhora do Rosário. A falta de uma bibliografia mais apurada nos leva a uma investigação mais rudimentar baseada em depoimentos populares, e conceitos que chegam a gerar algumas controvérsias. Mas os edifícios ainda existentes e as caracte-

¹ Este capítulo nasceu a partir da monografia da autora, elaborada no ano de 2001, data na qual foram feitos os levantamentos físicos e fotos das igrejas.

rísticas atribuídas aos já destruídos nos mostram um conjunto arquitetônico de muito interesse, que apesar da sua modéstia são dignos de uma melhor análise.

Analisaremos as quatro igrejas representantes desse período da arquitetura na cidade: Igreja Nossa Senhora da Conceição, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Igreja Nossa Senhora da Penha e a Capela de São José. Contudo, somente as duas primeiras igrejas citadas ainda guardam suas características iniciais, e estão preservadas. A de Nossa Senhora da Penha foi totalmente descaracterizada, e a Capela de São José já não existe mais. Serão observados seus métodos construtivos, materiais e técnicas, bem como a inserção das Igrejas na paisagem da cidade, e a carga histórica que trazem consigo.

Capela de São José

A Capela de São José localizava-se no sítio de São Januário o qual, como afirmam alguns autores foi a princípio um acampamento de mineradores devido à proximidade de minas auríferas, outros afirmam que foi uma fazenda de engenho que apresentaria tanto atividades de engenho, plantação e manufatura da cana-de-açúcar, como a extração do ouro. Contudo nas duas situações a presença da capela foi um fato.

É com base em uma dissertação em arqueologia² que apresentamos os dados adiante, pois hoje neste espaço não encontramos nem mesmo ruínas do que foram a capela e seus complementos, e somente através de trabalhos arqueológicos é que temos vestígios desse acampamento ou fazenda de engenho. Salienta-se que as sedes de engenho

² Ver SOUZA (1997).

Fonte: SOUZA



Pedras da fundação da Capela de São José

Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá-GO

eram denominadas de povoado, pela grande agregação de escravos e mesmo trabalhadores livres.

A presença dessa capela também é citada por moradores da cidade, pelo proprietário da fazenda e também por pesquisadores do IGPA/UCG (Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia/ Universidade Católica de Goiás). Na década de 40 ainda apresentava suas paredes de pedra conservadas, quando foram desmontadas para a construção de uma pequena usina hidrelétrica que nunca foi ativada ou terminada.

O sistema construtivo encontrado por essa pesquisa arqueológica, fundação de pedra e provavelmente paredes de taipa-de-pilão, mostra-nos que a Capela de São José foi feita com as mesmas técnicas construtivas utilizadas no período colonial. Apresentando dimensões de 20mx10m, o que nos leva a crer que pela época de construção, meados de 1727, não era um edifício muito pequeno.

Juntamente com os vestígios da capela foram encontrados outros, provavelmente de casas, o que acabou por identificar mais uma característica muito comum na sociedade colonial: a localização do elemento religioso em posição estratégica, em local de destaque na topografia.

Por testemunhos populares alguns artistas recriaram o que teria sido a primeira construção religiosa de Jaraguá: a Capela de São José.

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

PERSPECTIVA³

Desenho: Eliezer B. Ribeiro



Perspectiva da Capela de São José

³ Inspiradas na tela de Maria H. Romacheli, as quais foram baseadas em depoimentos populares.

Igreja Nossa Senhora da Penha

Com a mudança do arraial para uma parte mais alta e seca do terreno, um sítio mais afastado do córrego, o qual oferecia melhores condições para a vida e a permanência humana, fez-se necessário a construção de uma nova igreja. Assim em 1748 ergue-se a Igreja Nossa Senhora da Penha, a igreja matriz de Jaraguá até os dias atuais.

A Igreja Nossa Senhora da Penha guarda em suas lembranças vários momentos de êxito e outros de lamentação como sua demolição.

Originalmente foi erguida com as mesmas características das construções coloniais que se fazia em Goiás, como também no restante do Brasil. Por declarações populares temos a imagem do que ela pro-



Primeira construção da Igreja N. S. da Penha, reconstituída a partir de depoimentos populares por Maria H. Romacheli

Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá-GO

vavelmente teria sido. Apresentava duas galerias laterais acopladas ao corpo da igreja e em uma delas o sino. Observa-se a triangulação da porta central com as duas janelas do coro e dimensões bem avantajadas. Todas essas características comuns a este tipo de arquitetura.

Posteriormente essa igreja foi destruída para permitir a construção de uma outra no mesmo lugar aproveitando suas bases, no entanto apresentando somente uma torre. Esta deveria ser maior para abrigar o número crescente de fiéis.

Fonte: arquivo pessoal Maria H. Romacheli



Primeira demolição da Matriz

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

Fonte: arquivo pessoal Milton Ricardo



Matriz reconstruída, segunda fase

Essa igreja passou ainda por uma terceira modificação. Após uma quarta reforma temos a igreja atual, de uma arquitetura questionável, esta construção atual agride a paisagem e não nos mostra nada do que tenha sido nem nos traz alguma lembrança do passado.

Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá-GO

Fonte: arquivo pessoal Lorena S. Assunção



Última construção da Igreja N. S. da Penha

Mesmo a Igreja Nossa Senhora da Penha sendo a igreja de maior importância na vida da comunidade, é muito difícil conseguir informações do seu passado e o pouco que conseguimos é insuficiente para uma análise mais aprofundada.

Igreja Nossa Senhora do Rosário

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (irmandade dos negros) foi a responsável pela construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário, também tratada por alguns autores como Igreja do Rosário dos Pretos ou Igreja de Nossa Senhora dos Pretos, foi a terceira construção religiosa da cidade, estava pronta no início de 1776 e provavelmente em junho deste mesmo ano foi ela benta e aberta ao culto público. Várias histórias e lendas populares de Jaraguá tratam desta igreja. Ela, talvez até pela sua posição de inserção na paisagem, sempre fez parte de um universo mais íntimo da cultura jaraguense. Traz consigo toda uma carga histórica e cultural dos escravos que a construíram e de folclores regionais.

De construção simples e pequenas dimensões, a Igreja Nossa Senhora do Rosário localiza-se na Praça do Rosário, quadra 44, no cruzamento das ruas das Flores e do Rosário inserida em um largo que leva seu nome. O traçado dessas vias permanece inalterado enquanto desenho urbano original.

Na parte da cidade onde encontramos a Igreja N. S. do Rosário, é onde se localiza todo o sítio histórico preservado de Jaraguá. É um elemento importante na paisagem tendo-se um grande interesse em preservá-la. É um edifício tombado, com muito a ser conservado e restaurado.

Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá-GO

Fonte: arquivo pessoal Lorena S. Assunção



Igreja N. S. do Rosário e praça do Rosário

O aspecto monumental da igreja é dado especialmente pela sua localização espacial. A perspectiva que as ruas formam e sua localização no ponto mais alto do terreno devido à encosta da serra, sem nenhum elemento que atrapalhe sua visualização, a torna um ícone na paisagem. Característica muito comum nas construções coloniais.

A praça do Rosário sempre foi uma praça muito utilizada pela população. Sabe-se que muitas festas e missas ocorriam nela. Hoje ainda temos alguns eventos que lá acontecem. Até 1978 possuía um chafariz, era bem ajardinada com bancos e canteiros, atualmente está bastante calçada com plataformas em níveis diferentes.

A igreja em questão segue as mesmas características das construções da primeira etapa da arquitetura religiosa da mineração, com características da arquitetura religiosa portuguesa. Possui uma porta central

(não é a porta original) e duas janelas de iluminação do coro na fachada principal. O frontão como fechamento das duas águas da nave, a ausência de grandes aberturas para a ventilação e iluminação.

Sua sacristia é um anexo ao corpo central da Igreja, possui apenas meia água e um contraforte lateral, característico da arquitetura muçulmana, que funciona como um elemento de estruturação do edifício, mesmo tendo em suas paredes a taipa-de-pilão, método construtivo auto portante, parece ter sido necessário a criação deste outro elemento de sustentação.

Na sacristia temos três janelas e uma porta que faz a ligação com um depósito atrás do altar. Este tinha função de possibilitar a subida para o altar, tanto para limpeza como para manutenção e armazenagem de utensílios da igreja. E como era praxe alguns túmulos no seu interior.

Na Igreja do Rosário, antigamente, eles enterravam gente em redor da Igreja. Então, quando tinha enterro lá, o coveiro escutava sempre um chamado vindo de uma das sepulturas (...) Foi indo, o coveiro ficou impaciente com aquilo, enfiou a enxada naquela sepultura e tirou o cadáver. Era o cadáver da Tereza Bicuda. Então, ele tirou o corpo dela e jogou lá pra trás do morro. Depois disso, esse lugar que ele jogou a Tereza Bicuda, ficou assombrado (...) (VALADARES, 1983, p. 47-48)

Toda a construção é caiada de branco e possui cor apenas no madeiramento das janelas e portas, também outra característica portuguesa herdada da arquitetura muçulmana. O sino é um elemento separado do corpo da igreja, localiza-se em um campanário o qual está no mesmo alinhamento da fachada principal.

Situa-se na periferia da cidade; é de estilo colonial. Seu interior é peculiar; o arco do cruzeiro revestido de madeira, com capitéis e base de molduras salientes e talha em toda a sua altura; a capela-

Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá-GO

Fonte: arquivo pessoal Lorena S. Assunção



Fachada

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

-mor tem forro e uma pequena pintura votiva no centro; a nave é de telha vã. Possui altar-mor e um altar lateral à direita, junto do arco cruzeiro. A assimetria é equilibrada, à esquerda, por uma escada com balaustrada, que leva ao púlpito. O altar-mor tem quatro colunas lisas de estilo clássico; no arco central, duas volutas enfeitadas com talha ladeiam um escudo encimado por pequeno baldaquim com lambrequim. A parte inferior forma conjunto de talha englobando as mênulas de sustentação das colunas, o sacrário e a mesa. O altar lateral é de estilo semelhante, porém com mais trabalho de talha, que agora enfeita as quatro colunas retas em toda sua altura. É encimado por dossel com lambrequim em toda sua largura. Destaca-se a qualidade da talha desses retábulos, sobretudo o conjunto inferior do altar lateral. Aí se admira um trabalho muito cuidado: a mesa desse retábulo, de forma bojuda, é toda trabalhada, sendo rodeada por moldura de talha que torna o conjunto precioso. Ao contrário da maioria dos altares em que o trabalho artístico se acentua no frontão, neste foi a metade inferior que mereceu o melhor do seu criador. A talha foi dourada sobre fundo azul claro (ETZEL, 1974, p. 196-197)

A Igreja Nossa Senhora do Rosário é um edifício com tombamentos Federal e Estadual - Federal (19/07/1955): proc.602-T; insc.452; Livro das Belas Artes, Fls. 80. Estadual (13/10/1980): lei 8.915.

Aspectos construtivos

Paredes:

As paredes da igreja são feitas de taipa-de-pilão, logo são estruturais, ou seja, além de servirem como vedação também transportam o peso das estruturas para a fundação. Que por sua vez é toda de pedras.

Pisos:

Possui dois tipos de pisos. Na nave e na capela temos tábuas corrimão, na sacristia e no depósito mezaneta.

Cobertura:

Temos duas coberturas de duas águas, uma sobre a nave e outra sobre a capela. E uma de meia-água sobre a sacristia. São de telha canal ou capa e bica e estruturas de madeira apoiadas sobre as paredes. O madeiramento do telhado na nave é um dos sistemas mais simples dos que foram utilizados nas igrejas coloniais no Brasil: o “sistema de caibros armados”; onde ao longo das paredes “são colocados dois frechais, ligados em malhete, por tarugos (...); caibros robustos, ensamblados no vértice superior, dois a dois, à meia madeira, ‘mordem’ em boca de lobo no frechal interno, ou com mais frequência respingam contra os tarugos (...)” (SANTOS, 1951, p. 94). Já o sistema empregado no depósito lateral, como possui apenas uma água, é composto por caibros apoiados nas paredes que sustentam as ripas e estas as telhas.

Forro:

A capela é separada da nave pelo arco do cruzeiro. Do arco até o altar principal existe um forro de madeira acompanhando o formato do arco. Neste espaço é que encontramos um dos detalhes de ornamentação desta igreja: uma pintura sem volumetria e sem nenhuma noção de perspectiva, certamente elaborada pelos escravos, que apesar de não possuir um apuro artístico, não deixaram de fazer obras de arte. Infelizmente seu estado de conservação é bastante precário.

Portas e Janelas:

São de madeira e pintadas de verde. Ao todo são treze aberturas: portas- 2 frontais, 3 laterais e 1 no fundo; janelas- 2 frontais, 4 laterais e 1 no fundo. As janelas são interiças de abrir e de apenas uma folha (cega). Algumas são travadas com uma peça de madeira que se encaixa em dois apoios de ferro laterais, e outras possuem apenas uma peque-



Fonte: arquivo pessoal Lorena S. Assunção

Forro

Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá-GO

na peça de madeira, conhecida no interior do Estado como “tramela”, que ao girar impede a abertura da folha de madeira, travando a janela. As portas, com exceção da porta principal seguem este mesmo padrão. Somente no travamento é que algumas portas são diferentes; algumas fecham com a peça de madeira encaixada nos apoios laterais, mas a porta de acesso ao depósito possui fechadura.

A porta principal é a única esquadria da igreja que possui algum detalhamento. Na sua face externa possui frisos de madeira em relevo pintados de uma cor diferente (cinza) do restante da porta. Estes frisos poderiam ser uma tentativa de fazer uma porta mais elaborada com almofadas e molduras mas certamente não foi concluída. Possui duas folhas, que se abrem uma faceando a outra, e seu travamento é com uma peça de madeira que, como nas janelas, encaixa-se em dois apoios laterais. Um detalhe curioso é que, sendo assim o travamento ela só pode ser aberta pelo lado de dentro, ou seja, para entrar na Igreja temos que acessar pela porta frontal do depósito lateral (que possui fechadura) e assim abrir as demais portas, inclusive a principal.

Coro e Púlpito:

São construídos de madeira e possuem elementos torneados. O púlpito localiza-se no lado esquerdo da nave e o coro acima da porta principal.

Acessos:

Possui um acesso principal e dois laterais. O acesso do lado esquerdo é o do depósito, e o do lado direito permite a entrada diretamente na nave. Da nave para o depósito temos outra porta que permite esta ligação.



Fonte: arquivo pessoal Lorena S. Assunção

Coro e púlpito

Arco do Cruzeiro e Mesa de Comunhão:

Na igreja existem elementos que seguem toda a simbologia católica. Geralmente para se entrar nas igrejas existem três degraus que representam a Santíssima Trindade, na igreja em estudo provavelmente tínhamos estes três degraus na entrada, e os temos na passagem da nave para a capela. Esta passagem é marcada pelo arco do cruzeiro e pela mesa de comunhão que é de madeira. Depois desta mesa ainda temos bancos, o que se acredita servir como distinção social.

O arco do cruzeiro é feito em madeira, todo esculpido seguindo linhas Barrocas e do Rococó. Seguindo este estilo também temos os altares laterais. Segundo depoimentos populares possuía na sua originalidade três altares e um deles totalmente dourado. No altar principal temos um trono onde é colocada a imagem da padroeira Nossa Senhora do Rosário.

Vale observar o altar que se encontra no lado direito da nave (altar de São Benedito) que era uma outra irmandade, certamente mais pobre sem condições para construir sua própria igreja. Assim acabava mantendo só um altar na Igreja Nossa Senhora do Rosário. Uma curiosidade é que escondido pela parte da frente do mesmo está uma passagem que servia para os escravos fugirem, pois pelo que se sabe ela vai até a serra.

Campanário:

Seu campanário localiza-se à esquerda do edifício faceando a fachada frontal da igreja. Possui uma altura intermediária entre a cobertura da nave e do depósito. É bastante modesto sendo composto apenas de esteios de madeira para segurar o sino e uma simples cobertura de telhas para protegê-lo.

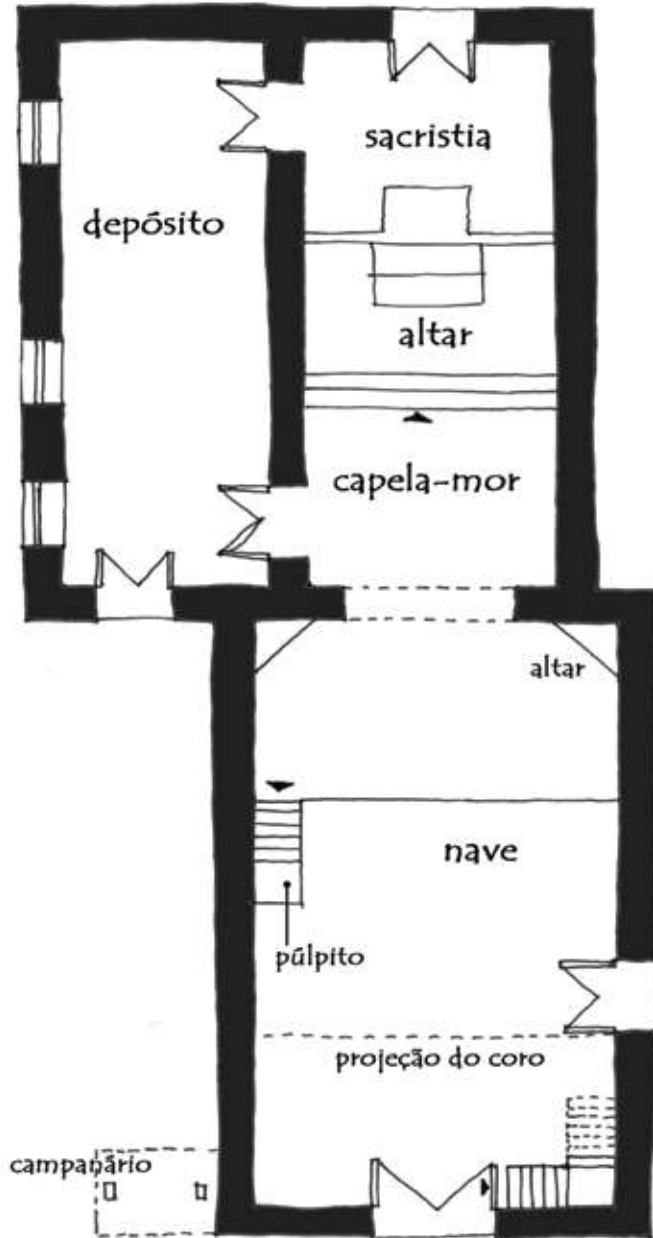


Fonte: arquivo pessoal Lorena S. Assunção

Altars
principal e lateral

Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá-GO

PLANTA



Desenho: Eliezer B. Ribeiro

Igreja Nossa Senhora da Conceição

Em 1828 ergueu-se a Igreja Nossa Senhora da Conceição por iniciativa particular do tenente/coronel Antônio de Souza Félix. Escolhida sua localização, junto ao largo da matriz, terreno situado em frente à residência desta família um dos sobrados mais imponentes da cidade na época, teve início a construção da mesma.

Edifício de planta retangular originalmente, com apenas uma galeria lateral sem a simetria tão apreciada e questionada, era exatamente como se encontra hoje. Apenas em um período, quando a Igreja N. S. da Penha foi derrubada, é que se fez necessário a construção da outra galeria para guardar os objetos pertencentes àquela igreja. Na primeira galeria (a mesma que encontramos hoje) inicialmente tínhamos um depósito e a sacristia, hoje temos o Museu de Jaraguá.

Fonte: arquivo pessoal Maria H. Romachel



Galeria lateral

Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá-GO

A área da galeria que foi construída em virtude da demolição da Igreja Nossa Senhora da Penha foi vendida e hoje no local encontramos comércio. De uma simplicidade que encanta, apresenta os elementos comuns à época em que foi levantada: arco do cruzeiro; a planta constituída da nave, capela-mor, altar-mor, depósito, sacristia e coro; na fachada a porta central e as duas portas-sacadas (janelas) fazendo o triângulo com vértice para baixo, comum às igrejas desse primeiro período, principalmente em Minas e Goiás; o fechamento do telhado com o frontão, e no mesmo o óculo; o campanário fora do corpo da igreja e um cemitério em sua lateral. A maior preocupação em ornamentação se deu no altar principal e no arco-cruzeiro.

Hoje apresenta duas funções: a de realizar missas e a de museu. Restaurada no fim do século passado (o término dos trabalhos de restauro se deu no ano de 2000), apresenta no que antes era o depósito, e na

Fonte: arquivo pessoal Lorena S. Assunção



Fachada

sacristia (lateral) o Museu de Jaraguá. Por advento do museu foi construído ao fundo dos túmulos um banheiro público, que segue os mesmos padrões construtivos da igreja. O ato de enterrar pessoas nas Igrejas era muito comum no séc. XVIII, e a Igreja N. Senhora da Conceição apresenta túmulos tanto no seu interior - próximos ao altar 5 sepulturas - como no seu exterior - 2 túmulos, mas admite-se que existem mais corpos enterrados. Esta igreja é um edifício que possui um tombado Estadual (dec. nº 4.943 de 31/08/1998).

A praça em que se localiza foi bastante modificada, o casario que circunda a igreja não é mais o original e ela acaba contrastando com a paisagem em que esta inserida. Não possui uma localização imponente, ou que dê destaque ao edifício, como acontece com as demais construções religiosas. Talvez por ter sido levantada por uma família que escolheu o terreno bem à frente da sua casa, sem se preocupar com estes detalhes de implantação.

As técnicas construtivas são as mesmas que a época oferecia: paredes de pedra e barro piso em tábuas e mezanelas, forro de madeira assim como a estrutura do telhado, cobertura com telhas de barro tipo 'capa e bica', esquadrias de madeira – os únicos elementos onde a cor é utilizada.

Aspectos construtivos

Paredes:

As paredes da Igreja Nossa Senhora da Conceição são feitas de taipa-de-pilão e pedra, apresentando dimensões amplas e variadas, de espessuras que vão de 1m a 1,10m, sua fundação é estruturada em pedras até o nível da calçada. As paredes do anexo, que hoje é o museu são de adobe.

Pisos:

Os pisos da nave, do salão lateral, e sacristia são de mezaneta. E na capela-mor e coro o piso é tábua corrida.

Cobertura:

A cobertura é de 3 inclinações: 2 águas sobre a nave e capela-mor e ½ água sobre os “salões” e sacristias, estando a cobertura com a estrutura aparente. As telhas são as mesmas utilizadas na época: capa e bica, feitas manualmente de barro. O madeiramento do telhado na nave é o mesmo utilizado na Igreja Nossa Senhora do Rosário: sistema de caibros armados, e da galeria lateral (museu) também é o mesmo que foi utilizado no depósito lateral da Igreja N. S. do Rosário.⁵

Forro:

Somente no altar-mor é que a estrutura do telhado é revestida de forma abobadada com placas de madeira, também chamado de forro paulista.

Portas e Janelas:

São de madeira hoje pintadas de azul. Ao total são quinze aberturas: portas - 2 frontais e 6 laterais (sendo que a porta da lateral direita está interditada, pois não temos mais a galeria lateral que tinha acesso pela mesma; e a porta que antes saía da sacristia para o lado externo, hoje com o museu, não existe mais é uma janela); janelas - 2 frontais e 5 laterais, e dois pequenos vãos laterais de iluminação do altar.

⁵ Ver Aspectos Construtivos da Igreja Nossa Senhora do Rosário: cobertura.



Fonte: arquivo pessoal Christiane Paiva

Escada helicoidal, acesso ao coro.

Fonte: arquivo pessoal Christiane Paiva

Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá-GO

As janelas são de abrir e só de uma folha cega, seu travamento segue os mesmos da Igreja Nossa Senhora do Rosário, ou são com tramelas ou com uma peça de madeira que se encaixa nos dois apoios laterais de ferro. Salienta-se que nas janelas da galeria lateral hoje devido à instalação do museu apresentam grades de ferro, pintadas de azul, para proteção das imagens e demais peças do museu. Todas as portas, com exceção da principal, são de uma folha e possuem fechaduras. Estas fechaduras também foram instaladas devido ao museu. A porta lateral que permitia o acesso a outra galeria lateral, que não existe mais, ainda possui seu fechamento com a trave de madeira.

A porta principal não possui nenhum detalhamento, é de uma folha, e seu travamento hoje é com um trinco externo e cadeado.

Coro:

O coro é de madeira com balaústres, compostos por elementos curvos recortados em madeira. Existem nesse ambiente duas janelas e um óculo entre elas. Possui uma escada helicoidal de madeira do lado direito na entrada da igreja que dá acesso até o mesmo.

Esta escada helicoidal é a única que foi construída neste período (séc.XVIII) no Estado, nas construções religiosas. Possui todos os degraus de madeira fixos a uma coluna central cilíndrica também de madeira. Todo seu fechamento lateral é composto de tiras de madeira que presas umas as outras vão fechando a escada.

Acessos:

Possui três acessos principais: a porta principal para a nave, outro para o depósito-museu e outro para o campanário; e dois laterais, o do lado esquerdo é o que faz a ligação do museu com a área externa, e o do lado direito hoje não é mais utilizado (antes era a ligação da nave com a galeria lateral direita); outro acesso que foi modificado era um que se encontrava na sacristia permitindo a passagem para o lado externo, hoje com a instalação do museu no interior da igreja, esta porta foi transformada em janela. Da nave para o depósito-museu temos outra porta que permite esta ligação.

Arco do Cruzeiro:

Na passagem da nave para a capela temos o arco do cruzeiro de madeira muito bem trabalhado, e o altar principal segue as mesmas linhas deste elemento.

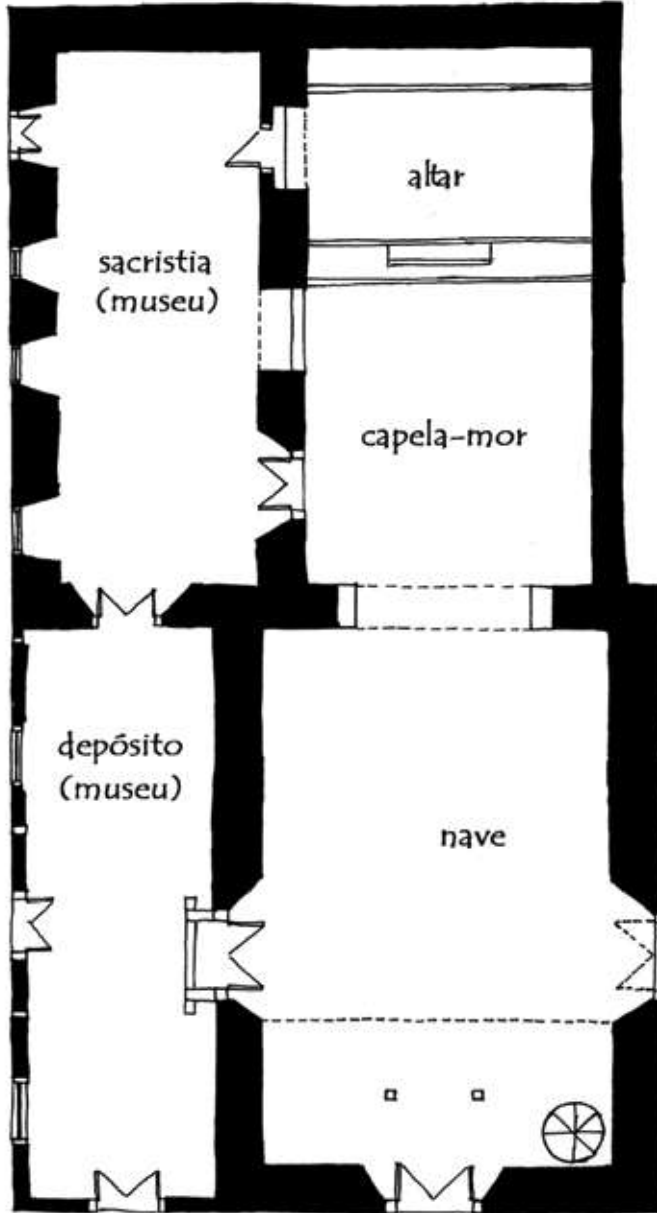
Campanário:

A torre do sino se localiza à esquerda do edifício possuindo uma altura intermediária entre o telhado de meia água ao telhado de duas águas, que acaba por acentuar a assimetria do edifício. É um campanário bastante simples, todo de madeira.

No salão onde hoje é o museu, temos um elemento curioso: na parede ao fundo se encontra um óculo, fato não muito habitual em edifícios deste período, pois o óculo é um tipo de abertura comumente redonda e localizada na fachada principal do edifício acima da porta principal.

Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá-GO

PLANTA



Desenho: Eliezer B. Ribeiro

Considerações finais

O interesse em documentar e preservar esses edifícios apresentados, não é só preservar para parar no tempo, mas na verdade é não deixar o tempo sumir. A preservação do patrimônio cultural edificado é o alicerce para a memória da cultura que o desenvolveu e sua futura evolução. A abordagem de preservar é bem mais ampla do que só delimitar os “edifícios” de interesse, passa por um processo de maior consciência cultural de saber que sem o passado não teremos o futuro.

O simples fato de um edifício ou um conjunto arquitetônico possuir peculiaridades que marcam um período da nossa história, já é uma ocorrência suficiente para sua preservação. A apresentação de técnicas construtivas singulares ou alguma ornamentação mais distinta também os tornam objetos de estudo e preservação.

Um dos principais fatos que justificariam a preservação de um bem cultural, seria sua ligação com a história, ou com personalidades, tanto de relevância nacional, estadual ou municipal. E isso os edifícios religiosos jaraguenses possuem. São marcos da história local, guardam em suas paredes, lendas, informações e a própria história de Jaraguá.

Os edifícios apresentados são ícones, impressos na paisagem da cidade e assim merecem um maior respeito. Mesmo os que já não existem, guardam através da memória popular afetos com o que foram e com a cidade hoje.

Hoje vivemos em sociedades sem identificação com sua história e com sua geografia. A maior parte dos habitantes de uma cidade não nasceu ali nem conhece sua história. Deve-se, por isso, proteger tanto o lugar do habitante como o habitante do lugar. O lugar deve ser protegido pois quem não o conhece não se identifica com ele e o destrói. Mas é necessário também proteger esse habi-

Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá-GO

tante da dominação do lugar. Com isso, teremos conseguido dar às pessoas um lugar onde possam viver (FUKSAS, 2000, p.08)

O interesse em tratar do assunto de arquitetura religiosa vem nos lembrar que os templos e as manifestações místicas sempre estiveram e são parte de um universo cada vez mais íntimo e precioso da cultura popular.

Em um futuro próximo, podemos imaginar que muitas atividades urbanas clássicas sejam revolucionadas: a circulação, pelo desenvolvimento de novas formas de transporte; o trabalho, pela possibilidade de efetuar a domicílio, por meios eletrônicos, as tarefas mais variadas; o lazer, pelo aperfeiçoamento da televisão interativa. Podemos prever o desaparecimento de muitos edifícios típicos da cidade, como os bancos, pelo uso de serviços à distância, e as bibliotecas e salas de concerto, pelo uso de equipamentos multimídia (FUKSAS, 2000, p.08)

Mas acima de tudo este trabalho visa lembrar que estamos cercados por documentos do passado, e que não só os núcleos já definidos como “históricos” podem nos ensinar ou aumentar nossos conhecimentos e serem objetos de nosso enfoque. A história, a memória, o patrimônio estão cada vez mais presentes até onde nós mesmos não imaginamos. Não está só nos museus, está em cada conto, em cada livro, em cada casa, em cada festa popular, no folclore, nas ruas, no povo e nas Igrejas.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Lorena Sulino. *Arquitetura religiosa do séc. XVIII em Jaraguá-GO*. Goiânia, monografia apresentada para Graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UCG, 2001.

COELHO, Gustavo Neiva. *Construções Religiosas do Período Colonial Existentes na Região de Vila Boa: 1727/1793*. Goiânia: UCG, 1999.

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

DUARTE, Lyz Elizabeth A. Melo. *O Poder e a Estrutura Agrária nos Municípios de Ceres e Jaraguá-Go: Uma Análise Comparativa*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1999.

ETZEL, Eduardo. *O Barroco no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos - EDUSP, 1974.

FUKSAS, Massimiliano. *Revista Projeto* nº246. Agosto 2000.

INDUR - Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional. Jaraguá Projeto Piloto Vol. 01. Maio, 1987.

MELO, Suzy de. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

ROMACHELI, Maria Helena de Amorim. *Jaraguá ontem, hoje e sempre: patrimônio Cultural*. Folder de Divulgação: Prefeitura Municipal, 2000.

SANTOS, Paulo F. *Arquitetura Religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.

SOUZA, Margareth Lourdes de. *Histórica Aplicada ao Reconhecimento de uma Fazenda Colonial séc. XVIII*. Dissertação de Mestrado-Arqueologia. São Paulo: USP, 1997.

VALADARES, Ione Maria de Oliveira; LIMA, Nei Clara. *Histórias Populares de Jaraguá: Tereza Bicuda*. Goiânia, Centro de Estudos de Cultura Popular, ICHL/UFG, 1983.

PARTE III

**ASPECTOS SOCIAIS:
A CONTEMPORANEIDADE**



Kamylla Pereira Borges¹

Confecções têxteis de Jaraguá: trabalho e saúde

¹ Auditora de Fisioterapeuta do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás – IPASGO. Doutoranda em Ensino na Saúde pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Especialista em Atividade Física, Saúde e Educação também pela UFG. Atualmente é docente da Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Jaraguá-GO e pesquisa temas voltados para as áreas do Trabalho, Saúde e Educação.

O objetivo principal da discussão aqui apresentada é contribuir com o debate acerca da relação entre trabalho e saúde através do recorte de um estudo realizado com os trabalhadores das confecções têxteis de Jaraguá-GO. A pesquisa foi feita por amostragem no período de junho a agosto de 2008, em que foram coletados informações de 70 trabalhadores de diversas confecções industriais têxteis da cidade. A coleta de dados se deu por meio de um questionário com perguntas semi-abertas e abertas, visando identificar o perfil socioeconômico, presença de doenças ocupacionais, prática de atividades físicas e a forma de organização do trabalho no interior das confecções.

Neste estudo, as confecções jaraguenses foram tratadas como fenômeno econômico e social, de acordo com a concepção marxiana de trabalho, que é visto como fonte de humanização, criação e recriação dos elementos da natureza, com o qual o homem forja suas condições materiais de existência. Nesta perspectiva, no sistema capitalista, o trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência e se torna peça chave no processo de acumulação do capi-

tal. O trabalho que antes era uma realização humana torna-se deturpado, fonte de angústia e sofrimento.

No entanto, contraditoriamente, no sistema societal do capital, para trabalhar é imprescindível um corpo sadio, desprovido de qualquer doença ou impedimento que desfavoreça o processo produtivo. Nesse sentido, trabalho e saúde estão intrinsecamente relacionados, de forma que não se pode analisar a saúde fora do contexto social em que o trabalho é realizado, pois a saúde do trabalhador reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural em que o mesmo está inserido.

Jaraguá é conhecida como a “capital das confecções” do Estado de Goiás e baseia sua economia principalmente na produção têxtil dessas fábricas, onde a maioria da população de baixa renda ou classe média baixa trabalha. Vários autores¹ relatam as consequências das más condições de trabalho na saúde dos trabalhadores das indústrias têxteis, no entanto devido a escassa produção científica nesta área na cidade, pouco ou nada se sabe sobre as influências das condições e formas de organização de trabalho sobre a saúde dos trabalhadores das confecções têxteis jaraguenses. Por isso, visamos discutir e compreender as implicações dessas condições de trabalho existentes no setor têxtil deste município no comprometimento da saúde de seus trabalhadores e analisar a dinâmica da organização e as relações de trabalho existentes dentro das confecções industriais.

Partindo desses pressupostos, este texto será organizado em dois momentos principais. No primeiro momento trataremos da história das confecções têxteis de Jaraguá: sua origem, as formas de organização e precarização do trabalho, sua inserção nos arranjos produtivos locais

¹ BARRETO, 2000; OLIVEIRA, Et Al, 2004; MACIEL, FERNANDES, MEDEIROS, 2006

(APLs). No segundo momento apresentaremos os resultados da pesquisa empírica realizada na cidade e discutiremos as implicações dos fatores organizacionais das confecções na saúde de seus trabalhadores.

1 Confecções Têxteis e desgaste de seus trabalhadores

O setor de confecções vem ocupando, a partir da década de 1980, um posto destacado na economia do estado de Goiás, constituindo grande fonte de emprego e renda tanto na capital quanto em algumas cidades do interior, como é o caso da cidade de Jaraguá, compondo mais de 30 mil vínculos empregatícios formais neste Estado. Segundo a Associação Goiana de Indústrias de Confecções e Correlatas (Agicon), o faturamento anual do setor alcança mais de R\$ 200 milhões (Nunes e Campos, 2006; Marques, 2006).

Historicamente o início da indústria têxtil no Brasil se deu logo após a Independência. As primeiras fábricas ainda rudimentares nasceram no Maranhão, Pernambuco e Bahia. Hoje o Brasil ocupa o quarto lugar na produção da indústria de confecções, sendo constituídas em sua maioria por micro, pequenas e médias empresas, que utilizam mão de obra barata, com baixa escolaridade, e pouco aparato tecnológico (Barreto, 2000; Marques, 2006; Nunes e Campos, 2006).

O crescimento e a lucratividade do setor ocasionaram a necessidade da modernização da produção. Novas formas de organização de trabalho foram introduzidas, visando o aumento da produtividade e diminuição dos custos com a produção. Esse conjunto de mudanças alterou por completo a vida dos trabalhadores, que se tornaram ainda mais explorados e submetidos ao capital e suas exigências.

Todas estas inovações no mundo do trabalho sempre trouxeram e ainda trazem várias repercussões sobre a saúde do trabalhador, muitos são expostos a condições desumanas de exploração, onde o importante é a produtividade e o lucro. Discursos sobre ganhos de qualidade contrastam com péssimas condições de trabalho e altos índices de doenças e acidentes ocupacionais. Temos visto um retrocesso nas conquistas obtidas pelos trabalhadores no século XX, manifestas, principalmente, pelo aumento da jornada e precarização do trabalho. Hoje, devido às novas exigências do sistema capitalista, temos uma classe trabalhadora altamente heterogênea, complexificada e fragmentada (Navarro, 2003; 2006; Antunes e Alves, 2004).

Nesse contexto, são relegadas a um segundo plano as boas condições de trabalho, que são fundamentais na manutenção da saúde do trabalhador. Segundo Sell (1994) apud Ramos (2002, p. 48), “condições de trabalho englobam tudo que se relaciona com o trabalho... e, em consequência, tudo o que afeta o trabalhador”, sendo assim, todas as formas de organização e gestão do trabalho na empresa, as relações entre patrão e empregado, entre os próprios trabalhadores, as políticas de incentivo para aumento da produção e a satisfação na vida profissional, além dos equipamentos disponíveis para efetivação das tarefas e postos de trabalho, são determinantes que contribuem para melhora ou piora destas condições de trabalho, influenciando diretamente a vida do trabalhador.

As indústrias de confecções têxteis, em geral, servem como exemplo de más condições de trabalho. Normalmente os trabalhadores deste setor são obrigados a conviver diariamente com excessos de carga horária, baixos salários, falta de equipamento adequados ergonomicamente e um ambiente cercado de cobranças e pressão para aumento da produtividade.

Confecções têxteis de Jaraguá: trabalho e saúde

Em Jaraguá, a situação não é diferente, os profissionais estão sob constante pressão para manter ou aumentar a produção, com os salários baixos e exposição a cargas horárias de até 15hs diárias (contando com as horas extras), com a manutenção de uma mesma postura corporal durante todo o processo produtivo, além da quase inexistência de pausas de descanso durante o serviço

Toda essa precarização das condições de trabalho obriga o trabalhador a executar intensos e inadequados movimentos da coluna, membros superiores e pescoço, levando frequentemente aos Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORTs)². Estas são hoje o mais frequente problema de saúde relacionado ao trabalho em todos os países, independente do seu grau de industrialização. Essas lesões são um modo de adoecimento emblemático, revelador das contradições e dos problemas sociais desse novo ciclo de desenvolvimento e crise do modo de produção capitalista (Brandão, Horta e Tomasi, 2005).

No Brasil, estes distúrbios representam a segunda cauda de afastamento do trabalho, acometendo pessoas, inclusive adolescentes em plena fase produtiva da vida, com sua maior incidência na faixa etária de 30 a 40 anos, principalmente mulheres, que executam tarefas que exigem movimentação contínua dos membros ou manutenção de posturas forçadas por um período prolongado de tempo (Barbosa, Santos e Trezza, 2007).

² Os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT'S), também conhecidas como Lesões por Esforço Repetitivo (LER) ou ainda como Patologias por Hipersolicitação, não são um conjunto de doenças específicas, mas uma série de distúrbios que afetam músculos, tendões, nervos e vasos dos membros superiores (dedos, mãos, punhos, antebraços, braços, ombros, pescoço) coluna vertebral e membros inferiores (joelho e tornozelo, principalmente), resultantes do desgaste muscular, tendinoso, articular e neurológico, tendo relação direta com a exigência das tarefas, ambientes físicos e com a organização do trabalho (Nakamura, 2001; Orso et al, 2001; Chiavegato Filho; Pereira JR., 2004).

Tal situação é considerada grave pelos efeitos sociais que acarreta, como afastamentos e aposentadorias precoces. Indivíduos em meio à sua fase produtiva estão sendo afastados do trabalho, e, em muitos casos, permanecem incapacitados para o trabalho ou mesmo para o desempenho de atividades da vida diária.

Os trabalhadores das indústrias têxteis são frequentemente acometidos por problemas de saúde devido à exposição a fatores organizacionais de trabalho inadequados. De forma que a presença de dores nas regiões da coluna vertebral e ombros são normalmente relatados por estes profissionais, gerando uma pior qualidade de vida e maior incapacidade funcional entre os mesmos (Barreto, 2000; Oliveira, et al, 2004; Maciel, Fernandes e Medeiros, 2006).

1.1 Organização do trabalho nas confecções jaraguenses

A produção de confecções têxteis no Brasil, assim como a maioria das indústrias, está centrada nas Regiões Sudeste e Sul do país, mas verifica-se um movimento de migração nos últimos anos, resultante do próprio processo de reestruturação produtiva, para as regiões do Nordeste e do Centro-Oeste. De forma que entre os anos de 1997 e 2004 o Norte e Centro-Oeste foram as regiões do país que apresentaram maior crescimento no número de estabelecimentos neste segmento (Castro e Brito, 2006).

Segundo Noronha e Turchi (2005), no estado de Goiás, tendo como referência os cálculos de concentração de atividades por setor (Coeficiente Locacional – QL), Jaraguá obteve a maior taxa de especialização da atividade de confecções no estado. Com um forte crescimento do emprego de confecções, sendo que enquanto o emprego formal na indústria têxtil cresceu 23,2% em média no Brasil, em Jaraguá o crescimento foi de 101,4%.

Confecções têxteis de Jaraguá: trabalho e saúde

A atividade de confecção no município de Jaraguá-GO teve início em meados dos anos 80. A localização estratégica da cidade, às margens da Belém-Brasília, favoreceu a penetração de seus produtos no mercado regional de baixa renda. Após um período de estruturação, onde a maioria das empresas eram ilegais e tinham como principal atividade a falsificação de produtos importados, as indústrias de confecções jaraguenses foram se organizando, com diminuição das falsificações e legalização das empresas. Atualmente Jaraguá é conhecida como um dos mais importantes pólos de confecções do Estado de Goiás (Noronha e Turchi, 2005).

A produção de uma peça de confecção envolve as seguintes etapas: criação e *design*, preparação (modelagem, gradeamento, corte), montagem (costura, overloque), acabamento e trabalhos manuais (caseamento, botões, limpeza, passadoria). A etapa de montagem é baseada, predominantemente, no trabalho intensivo de costureiros, através de 3 diferentes funções nos postos de trabalho: preparação da frente, montagem da peça e preparação do traseiro (Maciel, Fernandes e Medeiros, 2006; Nunes e Campos, 2006).

Existem várias formas de se dividir o processo de produção, fragmentando e heterogeneizando a cadeia, principalmente nas etapas anteriores à costura. Geralmente, uma cadeia no setor de confecções parte de uma empresa formal de pequeno ou médio porte que contrata confecções e oficinas menores (chamadas facções) que utilizam em sua maioria o trabalho domiciliar (quase sempre executado por mulheres). Na maior parte dos casos, esses serviços terceirizados favorecem as redes de subcontratação. Quanto às inovações tecnológicas, seu emprego se restringe praticamente às duas primeiras fases, com destaque para as etapas de desenho (uso de sistemas *Computer Aided Design* – CAD) e máquinas operatrizes automatizadas para corte (sistemas *Computer*

Aided Manufacturing – CAM). Além disso, a apropriação e a incorporação dessas técnicas restringem-se a empresas de maior porte, com produção em larga escala (Marques, 2006; Nunes e Campos, 2006).

A organização do trabalho das Indústrias de Confecções em Jaraguá apresenta características tanto do fordismo/taylorismo quanto toyotismo. Do fordismo/taylorismo encontramos a necessidade de profissionais especializados para o manuseio das máquinas de costura e de corte, a divisão de trabalho e a rigidez interna no controle de produção onde existe um gerente responsável por organizar todo o processo de confecção, fazendo a mediação entre a chefia e os demais funcionários que apenas escutam as ordens e as executam sem emitir nenhum tipo de opinião.

Do toyotismo encontramos a substituição de linhas de montagem por células de produção, implementação de sistemas de qualidade e de *just in time*, buscando responder as necessidades do mercado. Além disso, existe o enxugamento do número de funcionários, manifesta pela grande terceirização do setor através das fábricas.

O aumento da terceirização favorece a subcontratação e precarização dos empregos. A subcontratação tem-se dado na forma de encomendas, onde o contratante transfere etapas da costura e acabamento para pequenas fábricas, definindo os modelos e especificações e prazo de entrega. Para cumprir os prazos, os funcionários muitas vezes são obrigados a aumentar, de forma considerável, sua carga horária de trabalho mediante o pagamento das horas extras. O que gera trabalhadores cansados, estressados e aumento do nível de dores osteomusculares, devido a manutenção prolongada em uma mesma postura e falta de equipamento com adequação ergonômica.

1.2 As confecções jaraguenses no Arranjo Produtivo Local (APL)

Os Arranjos Produtivos Locais – APLs podem ser definidos como um grupo de empresas que interagem e cooperam entre si com foco no desenvolvimento de um conjunto específico de atividades econômicas. O desenvolvimento do projeto APL - Arranjos Produtivos Locais, inspirou-se nas experiências com base em pequenos empreendimentos atuando de forma cooperativa, em regiões do centro e do nordeste da Itália. No Brasil, o tema APLs ganhou destaque como opção metodológica e prioridade para a política do Governo Federal a partir de sua inclusão na Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PI-TCE) em 2004 (Cassiolato e Lastres, 2003; Marques, 2006; Noronha e Turchi, 2005).

Dentre as 11 APLs pilotos destacam-se a do setor de Confecções/jeans na qual a cidade de Jaraguá-GO está inserida. Como já foi dito, a atividade no setor de confecções em Jaraguá teve início na década de 1980. No final dos anos 80 e início dos 90, a abertura comercial e o crescente interesse e consumo de produtos de vestuário importados no país estimulou a produção local de versões falsificadas das principais marcas mundiais de jeans e camisetas pólo, com o uso de etiquetas falsificadas de alta qualidade. A crescente produção de peças falsificadas em Jaraguá levou à cobrança por parte das distribuidoras dos produtos importados no país, por uma intensificação da fiscalização. O aumento da fiscalização resultou na apreensão de grandes quantidades de artigos falsificados e elevadas multas, com extensos prejuízos para as empresas falsificadoras e para própria cidade. A implantação do APL contribuiu para a redução da informalidade e da ilegalidade no município, que foi-se consolidando como

um importante pólo de confecções na região. O sucesso de Jaraguá influenciou a implantação de empresas confeccionistas nos municípios vizinhos, como São Francisco de Goiás, Itaguaru e Uruana (Castro e Brito, 2006).

Em 2007 existiam na região 514 empresas formais de confecção, sendo 482 localizadas em Jaraguá, 8 em Itaguaru, 19 em São Francisco de Goiás e 5 em Uruana. No seu conjunto, elas empregam 3.439 trabalhadores, que representam 92,5% dos trabalhadores formais na indústria de transformação na região. Isso sem contar as empresas informais, que de acordo com um censo realizado pelo IEL em 2005, aponta a existência de um total de 606 empresas confeccionistas no arranjo - incluindo-se nesta categoria as confecções e as facções de montagem, corte e acabamento - número que chega a 673 quando incorporadas todas as empresas da cadeia que integram o APL. O total das empresas da cadeia emprega 5.150 pessoas, sendo 4.110 apenas no município de Jaraguá. A mão-de-obra no APL em Jaraguá é intensiva, com utilização de baixa tecnologia, maior participação masculina e mais jovem, com um maior grau de escolaridade e com salários menores do que a média do estado e a média nacional (Noronha e Turchi, 2005; Castro e Brito, 2006).

Atualmente o Arranjo Produtivo Local de confecções de Jaraguá é composto de um pólo têxtil com mais de 800 empresas ligadas ao segmento, com uma produção de mais de dois milhões de peças, por mês. Sendo considerado um dos casos de sucesso dentro deste programa com a manutenção de um alto nível de desenvolvimento econômico, além de baixos índices de desemprego.

1.3 Relações de trabalho e saúde dos trabalhadores das confecções têxteis de Jaraguá

Todo o desenvolvimento econômico e social da cidade de Jaraguá gira em torno da produção das confecções têxteis, os recursos advindos deste setor são distribuídos entre diversos outros setores da cidade como o comércio e o turismo. No entanto, o que representa desenvolvimento para o setor econômico da cidade, nem sempre representa melhora da qualidade de vida para a população. Para manter a competitividade local, as peças produzidas na cidade se ancoram em preços reduzidos, o que se reflete nos baixos salários dos trabalhadores, que para elevar sua renda se submetem a um número cada vez maior de horas extras.

Os lucros adquiridos com as vendas não são destinados à melhoria das condições de trabalho dos funcionários, que executam suas atividades em móveis desconfortáveis e não ajustáveis ergonomicamente e, em muitos casos, sem Equipamentos de Proteção Individual (EPI), o que favorece o aparecimento de diversas doenças do trabalho. O alto nível de terceirização favorece o crescimento da informalidade, transformando-se em um mecanismo para contornar obrigações trabalhistas e tributárias.

Percebemos que o esforço para tornar a cidade de Jaraguá em um centro industrial, com elevados níveis de produção e desenvolvimento econômico, não tem parceria com a melhoria das condições de vida e trabalho de seus trabalhadores, que são cada vez mais submetidos a condições insalubres, baixos salários, aumento da jornada de trabalho e perda de seus direitos trabalhistas. Nesse quadro, apresentaremos, aqui, o perfil do trabalhador das indústrias têxteis jaraguenses, expondo e discutindo as diversas situações de trabalho enfrentadas por esses funcionários e suas consequências no comprometimento a sua saúde.

1.4 Perfil socioeconômico dos trabalhadores

Nossa amostragem revelou que mais da metade dos trabalhadores das confecções de Jaraguá são do sexo masculino (54,7%) jovens na faixa etária dos 20 a 30 anos, com baixa escolaridade (66% possui apenas o ensino fundamental), casados (55%), com uma média de tempo na ocupação de cerca de 8 anos, submetidos a uma jornada de trabalho que varia de 9 a 13 horas diárias, sendo que 35% realizavam em torno de 3 horas extras por dia.

A figura 1 demonstra a distribuição da amostra de acordo com os postos de trabalho.

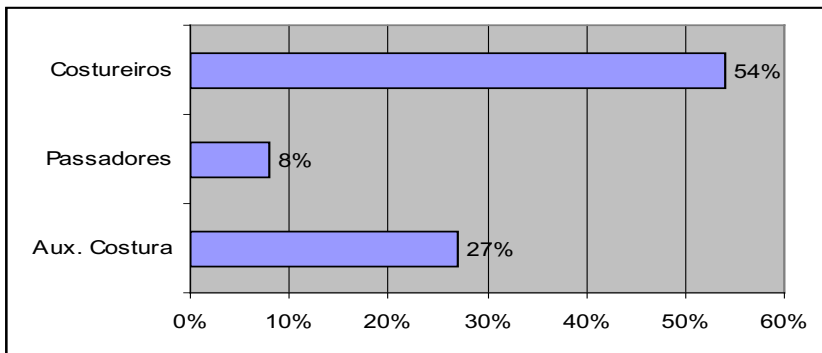


Figura 1: Distribuição dos trabalhadores segundo ocupação.

Confecções têxteis de Jaraguá: trabalho e saúde

A distribuição por sexo de acordo com cada ocupação obedeceu às proporções demonstradas na figura 2.

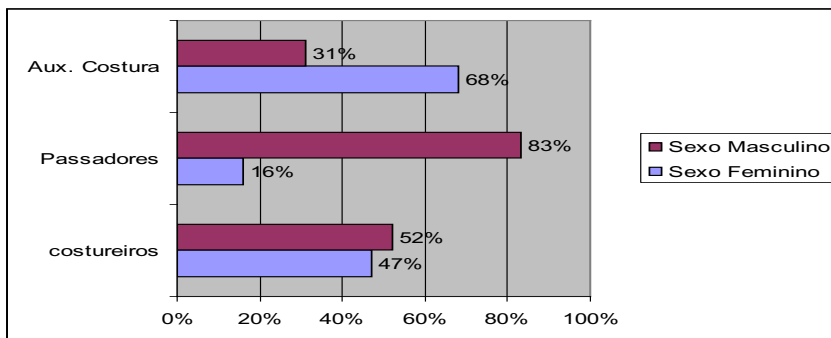


Figura 2: Distribuição das ocupações de acordo com o sexo

A predominância do sexo masculino, assim como a média de idade e a baixa escolaridade nas confecções têxteis industriais de Jaraguá-GO, refletem as características básicas do APL-Arranjo Produtivo Local instituído na cidade desde o ano de 2004. Este programa mescla cooperação e competitividade entre as empresas de um mesmo setor, visando a aumentar a produtividade. De acordo com Castro (2004), as empresas componentes do APL favorecem o emprego de funcionários jovens e do sexo masculino.

Acreditamos que a preferência pelo sexo masculino se deva, além das características do APL, à tendência das empresas privadas de diminuir os gastos com direitos trabalhistas relativos ao sexo feminino, como a licença maternidade. As empresas acreditam que os homens trabalham mais rápido, produzindo mais, em um espaço de tempo menor e trazem menos encargos financeiros relativos as indenizações trabalhistas.

Marques (2006, p.3) classifica o APL como uma espécie de associativismo o qual “remete à formação de redes sociais com fins de

promoção e desenvolvimento de atividades produtivas em condições que, originalmente, caracterizam-se como de mercado precário”. Já que preconizam o aumento da produtividade e redução da mão de obra, levando a uma massificação da terceirização e do trabalho domiciliar, favorecendo o emprego informal, salários precários e utilização de mão de obra infantil.

Ao estudarem a dinâmica dos Arranjos Produtivos Locais – APL em Jaraguá, Noronha e Turchi, (2005) constataram, através de relatos de professores da rede pública e da delegada sindical da cidade, que existe uma enorme dificuldade de os alunos que trabalham concluírem cursos, mesmo noturnos, dada às exigências de horas extras e à impossibilidade, por parte dos empregados, de deixar o trabalho mais cedo para chegar à escola. Portanto o excesso de carga horária é um dos fatores contribuintes para a persistência da baixa escolaridade entre estes trabalhadores, já que há pouco tempo disponível.

Quanto ao estado civil, acreditamos que o fato da maioria dos trabalhadores entrevistados serem casados, deva-se às tradições locais da cidade de Jaraguá, que a exemplo de outras cidades do interior, preconiza e valoriza os relacionamentos conjugais formais.

Em relação à idade, acreditamos que a predominância de trabalhadores jovens nesse mercado é uma característica das transformações do mundo do trabalho, resultantes da reestruturação produtiva vigente. Empresas querem dinamismo, rapidez e alta produtividade e para atender esta exigência do setor há uma exclusão dos trabalhadores mais velhos. Segundo Antunes e Alves, (2004), os trabalhadores são considerados “idosos” pelo capital com idade próxima à faixa etária dos 40 anos e, uma vez excluídos, dificilmente conseguem reingresso no mercado formal de trabalho.

Confecções têxteis de Jaraguá: trabalho e saúde

A remuneração variava de acordo com a função executada e o sexo, de maneira que o cargo de costureiro industrial obtinha uma remuneração em média maior que as outras ocupações e todas as funções realizadas por mulheres recebiam salários em média menores que as ocupados por homens, conforme mostra Figura 3.

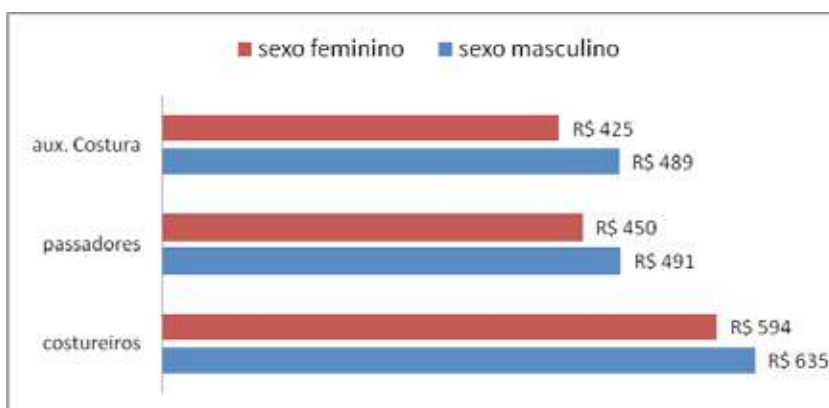


Figura 3: Média de salários de acordo com a ocupação e o sexo.

É importante analisar as relações de gênero dentro das confecções têxteis jaraguenses, já que todas as mulheres trabalhadoras desse setor, independente do cargo, recebiam salários menores quando comparados aos cargos ocupados por homens. Ou seja, uma das formas de manifestação da desigualdade é através da remuneração recebida.

Apesar de que, neste estudo, a maioria dos trabalhadores é do sexo masculino, vale lembrar que a amostra foi selecionada a partir de pequenas e médias empresas que ofereciam empregos formais aos seus funcionários. Uma pesquisa realizada no setor de confecções da cidade

de Goiânia verificou que a predominância de mulheres se manifesta em estabelecimentos menores, como oficinas domésticas ou facções, onde vigoram as relações de subcontratação e a precarização das relações de trabalho (Nunes e Campos, 2006).

Um ponto em comum entre a presente pesquisa e a realizada por Nunes e Campos (2006), na cidade de Goiânia, foi a relação entre a ocupação feminina e a taxa de qualificação exigida. Os autores perceberam que a taxa relativa de ocupações masculinas aumenta nos postos que exigem maior qualificação, resultando, certamente, em uma maior remuneração. Na presente amostra, verificamos o mesmo, já que o cargo de auxiliar de costura (que é o que exige menor nível de qualificação) era ocupado em sua maior parte pelo sexo feminino (68%), com remuneração em torno de 1 salário mínimo. Enquanto que na área de costura industrial (cargo com maior nível de qualificação) a maioria dos trabalhadores era do sexo masculino (52%) recebendo mensalmente em média um salário mínimo e meio.

Ressalta Brito (2000) que, nesse contexto da reestruturação produtiva, são instauradas novas formas de concorrência, onde a qualificação da mão de obra, inovação e a velocidade de resposta à demanda tornam-se determinantes da produção e de seu ambiente sócio-institucional em detrimento do fator salário. De forma que, existe um interesse e tendência do capital em se organizar tirando vantagem dos baixos salários e da fraca regulamentação do trabalho e há a tendência de as mulheres serem a força de trabalho preferida nestes casos.

Segundo Hirata (2002), é de acordo com o sexo de seus trabalhadores que a empresa executa suas políticas de controle e existe uma natureza diferenciada em relação a esse controle para homens e mulheres. Apple (1988) afirma que quanto maior o número de mulheres em uma determinada ocupação, maior a sua transformação. Ge-

ralmente, ocorre uma queda na remuneração e o trabalho passa a ser considerado desqualificado, necessitando de um controle externo. A feminização, conseqüentemente, vem associada à precarização do trabalho desempenhado.

No entanto, apesar dos trabalhadores do sexo masculino possuir uma remuneração um pouco maior que as do sexo feminino, percebemos que o que existe no setor têxtil de Jaraguá é baixos salários para ambos os sexos. A globalização e as transformações do mundo do trabalho acabam por eliminar alguns postos tradicionais, fazendo que os postos ocupados por homens se aproximem dos femininos, em particular, quanto à precariedade (Brito, 2000).

Os baixos salários contribuem para o aumento da jornada de trabalho, que de 9 horas diárias pode atingir 12 a 14 horas por dia, dependendo das horas extras realizadas. O trabalhador ganha pouco e para conseguir o bastante para suas necessidades básicas é obrigado a se submeter a condições de trabalho precárias e extensas jornadas. Verificamos que todos os trabalhadores que desenvolviam o cargo de costura industrial e passadores estavam descontentes com o salário recebido, alegando trabalhar intensivamente e com muita cobrança.

2 Condições de trabalho, desgaste e dores osteomusculares

Existe apenas uma pausa durante a jornada de trabalho das confecções de Jaraguá, esta acontece no período vespertino e tem duração de apenas 10 minutos, nesse momento algumas empresas servem um lanche aos funcionários, outras não. Aqueles que realizam horas extras têm direito a mais uma pausa, também de cerca de 10 minutos, ao final do expediente e antes do início das horas extras. Fora esse período, re-

servado para o “descanso” dos trabalhadores, há uma intensa cobrança por produtividade.

As empresas de maior porte costumam controlar o acesso dos funcionários ao bebedouro ou ao banheiro como forma de se evitar a “perca de tempo”, garantindo a rapidez na execução do processo de trabalho. Geralmente há também reuniões mensais nas quais existe uma intensa pressão psicológica para que o funcionário produza mais e em menos tempo. O ambiente de trabalho nem sempre é adequado, a maioria dos trabalhadores da amostra reclamaram da pouca ventilação do local de trabalho e do desconforto ocasionado pela falta de ajustamento ergonômico dos equipamentos. Além disso, existem ainda queixas sobre a falta de respeito de gerentes e patrões ao lidarem com os funcionários, gerando insatisfação e mal estar entre os trabalhadores.

A exigência quanto à produtividade dos trabalhadores é um ponto muito importante a ser analisado, percebemos que grande parte dos entrevistados declarou existir muita cobrança por parte de gerentes e patrões (85%). Dessa forma, os funcionários além de não terem salários satisfatórios e condições dignas para a realização de seu trabalho, são obrigados a conviver diariamente com abusivas pressões para produzir mais e em menor tempo, levando a uma intensificação do ritmo de trabalho. Tudo isso, associado à quase inexistência de pausas durante o processo produtivo, gera problemas de saúde tanto físicos quanto psicológicos para o trabalhador.

Vários estudos associam os aspectos psicossociais às manifestações de dores osteomusculares, destes podemos citar: a falta de reconhecimento do trabalho realizado, perda da identidade, estado de estresse, esgotamento acentuado e etc. Todos estes fatores podem levar à insatisfação com o trabalho desenvolvido que pode ser um fator associado à presença de dores na região cervical e ombros pela tensão

muscular gerada (Maciel; Fernandes e Medeiros, 2006). Apesar de não ser maioria, constatamos nesta pesquisa, que existe uma proporção significativa (38%) de costureiros industriais que se mostram insatisfeitos com o trabalho desenvolvido.

Ghisleni e Merlo (2005), em seu estudo sobre o trabalhador contemporâneo e patologias por hipersolicitação, ao analisarem relatos de 50 trabalhadores portadores de distúrbios osteomusculares verificaram que uma das principais causas do aparecimento destas lesões são os fatores organizacionais dentro das empresas, com elevadas pressões por produtividade, por meio da competição entre os colegas e pressões da chefia.

A intensificação do ritmo de trabalho, somada aos esforços repetitivos durante a produção, favorece o surgimento de diversas lesões osteomusculares. Tanto que todos os sujeitos da amostra, referiram sentir dores musculares ou ósseas³, durante a execução do trabalho ou após chegar em casa. No entanto, verificamos que poucos necessitaram de afastamento do trabalho devido a essas dores. Isso pode ser explicado pela própria classificação do nível de dor, considerada por muitos como mediana ou pelo medo de perder o emprego, assim, o funcionário se obriga a trabalhar mesmo sentindo dores, o que piora ainda mais sua qualidade de vida.

De acordo com Renner (2005) as causas dessas agressões às estruturas músculo-esqueléticas são diversas, considerando aspectos como as posturas críticas adotadas durante a jornada; fatores psicossociais e emocionais que acabam por acarretar posturas de proteção (posturas estáticas prolongadas), dentre outros.

³ As regiões anatômicas citadas foram ombros (38%), coluna lombar (84%), pescoço (46%), pernas (15%).

No que se refere às ocasiões de piora da dor, 46% dos sujeitos afirmaram que a dor piora quando ficam muito tempo na postura sentada, costurando em uma mesma máquina; já para 23% dos sujeitos da amostra, a dor é constante; ao passo que os 23% restantes, relataram que dor aumenta no fim do expediente.

A manutenção prolongada de uma mesma postura, seja ela de pé ou sentada, favorece o aparecimento de dores e lesões na coluna vertebral. As posturas estáticas do corpo durante o trabalho exigem contrações dos músculos dos membros superiores, inferiores e/ou do tronco, não permitindo momentos de relaxamento do tecido muscular. O que desfavorece o metabolismo do ácido láctico, gerando ou agravando a dor. Manter posturas estáticas forçadas por períodos prolongados comprime as veias e capilares dentro dos músculos, causando micro-lesões devido à falta de oxigenação e nutrição tecidual. Estes fatores podem causar fadiga, desconforto e lesão, ativando os nociceptores (receptores sensoriais que causam a percepção da dor) e o trabalhador sente dor como resultado (Vieira e Kumar, 2004).

Muitas pessoas que sofrem de dores na coluna vertebral consideram que a postura sentada agrava seu problema, mesmo sendo essa postura considerada mais favorável do que em pé (Renner, 2005). A posição sentada aumenta a pressão intradiscal elevando o risco de hérnia no disco intervertebral. O aumento da pressão nos discos, coxas e nádegas, acrescidas de uma postura inadequada, mantida por longos períodos de tempo, são fatores fundamentais no surgimento de problemas físicos, fadiga e sintomatologia de desconforto (Reis, et al., 2003; Brito. P.M. et al., 2003).

Essa questão é confirmada na presente pesquisa, já que 46% dos sujeitos entrevistados relataram que havia piora da dor quando trabalhavam na postura sentada por um período prolongado de tempo sem alterar as tarefas.

Brito et al. (2003) cita uma pesquisa sobre a relação entre a postura de trabalho e a incidência de dores na coluna vertebral que reforça os pressupostos anteriores. O estudo foi realizado com 13 profissões distintas que executavam suas atividades na postura sentada, estática em pé e dinâmicas, onde os autores constataram que o trabalho estático na postura de pé e sentada provocava o maior índice de dores na coluna vertebral. Dessa forma, os autores da pesquisa concluíram existir uma correlação entre a postura adotada no trabalho e a presença de dores, principalmente na coluna lombar.

No caso específico dos costureiros industriais, que mantém a postura sentada, existe uma grande sobrecarga nas seguintes regiões/grupos musculares: região do pescoço, pela sustentação prolongada da cabeça inclinada para o acompanhamento da tarefa; de uma das pernas, em especial a que pressiona o pedal de ignição do motor da máquina de costura e das mãos e ante-braços que mantém o tecido esticado e em posição para o processo de costura da bainha (Ramos, 2002). Daí a grande parte dos entrevistados citarem ombros, pescoço e coluna vertebral como regiões de maior foco de dor.

Os indivíduos que ocupavam o cargo de passadores realizavam todo o seu trabalho na postura de pé, que apresenta cinco vezes mais chances de provocar dor em mais de um local, principalmente se for mantida por um período prolongado de tempo. Isso porque as atividades desenvolvidas por esses profissionais exigem um baixo nível de força muscular e permitem a adoção de posturas desalinhadas ou estáticas, apresentando riscos biomecânicos e uma forte relação com os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (Maciel; Fernandes e Medeiros, 2006).

Segundo Carneiro et al. (2007), o fato de trabalhadores passarem grande parte do tempo em pé pode sobrecarregar discos intervertebrais

e demais estruturas (ligamentos, articulação e músculos) responsáveis pelo equilíbrio (dinâmico e estático) e prejudicar o alinhamento da coluna, além de causar fadiga muscular.

Os trabalhadores que ocupavam o cargo de auxiliares de costura eram os mais beneficiados em relação à postura de execução do trabalho, já que podiam alternar suas posturas entre sentado e de pé. Segundo Renner (2005), a mudança de posicionamento no mesmo posto de trabalho deve ser realizada com frequência e sempre que o trabalhador sentir indícios de fadiga muscular, para prevenir as lesões osteomusculares.

Semelhantemente a nosso estudo, Maciel, Fernandes e Medeiros (2006) ao analisarem a presença de dor músculo-esquelética em funcionários de corte-costura de uma indústria têxtil do Rio Grande do Norte, constataram uma alta prevalência de sintomatologia dolorosa nas regiões da coluna cervical (pescoço), pernas e ombros. Encontrando associação significativa com o tempo de ocupação, funcionários com mais de 6 meses de trabalho referiram dor em mais de uma região corporal, falta de pausas durante o trabalho e realização de horas extras.

Além da coluna cervical (região do pescoço), a coluna lombar é frequentemente lesada na manutenção prolongada de uma mesma postura. De acordo com os resultados, verificou-se que 84% dos trabalhadores da amostra referiram sentir dores lombares. O que pode ser constatado em outros estudos, como o realizado por Oliveira et al (2004) sobre a prevalência de lombalgia em costureiras, estes autores observaram que 73,07% das costureiras apresentavam lombalgia, favorecendo um quadro de maior incapacidade funcional e pior qualidade de vida, quando comparadas com as costureiras sem dores lombares.

Outro agravante para o surgimento de dores do ambiente de trabalho é o tempo de execução da ocupação. Alguns estudos comprovam que a prevalência de dores persistentes nos ombros e coluna cervical

aumenta com o decorrer do tempo de emprego em operadores de máquinas de costura (Maciel; Fernandes e Medeiros, 2006). De acordo com os resultados, todos os trabalhadores da presente amostra desenvolviam suas funções há no mínimo um ano, sendo a média de 7 anos, ou seja, todos trabalhavam nestas funções (costureiros, passadores e auxiliares de costura) por um bom período de tempo, o que pode ter contribuído para a manifestação de sintomas dolorosos.

3 Prática de atividades físicas

A grande maioria dos sujeitos participantes da pesquisa são sedentários (69%), não praticam nenhum tipo de atividade física. O restante alegou praticar futebol aos fins de semana ou andar de bicicleta para se exercitar.

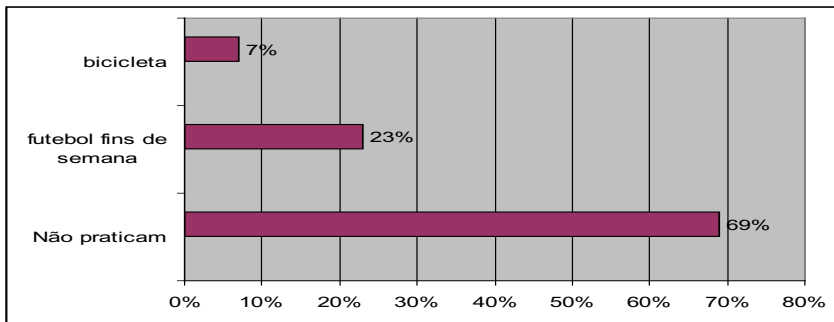


Figura 4: Distribuição dos trabalhadores de acordo com a prática de atividades físicas

A prática de atividades físicas é um importante fator a ser considerado na análise da manifestação de dores osteomusculares. Nenhum dos participantes relatou realizar exercícios físicos regularmente, sendo

que a prática de futebol aos fins de semana não exime o trabalhador de ser considerado sedentário.

Para proporcionar benefícios ao indivíduo, um programa regular de exercícios físicos deve possuir pelo menos três componentes: aeróbio, sobrecarga muscular e flexibilidade, variando a ênfase em cada um de acordo com a condição clínica e os objetivos de cada indivíduo. De forma que a parte aeróbia do exercício deve ser feita, se possível, todos os dias, com duração mínima de 30 a 40 minutos. (Carvalho et al, 1996)”.

Alguns estudos associam a prática regular de atividades físicas e incidência de distúrbios osteomusculares, as pessoas que praticavam exercícios físicos mostraram sistematicamente níveis de severidade de sintomas menores do que aqueles que não os realizavam, isto é, a maioria dos sedentários apresenta uma maior proporção de queixas de dor, quando comparados aos praticantes de atividade física. (Brandão; Horta e Tomasi, 2005).

Há autores que enfatizam que apesar de numerosas causas e fatores de risco que estão relacionados com a lombalgia, vários pesquisadores a caracterizam como uma doença de pessoas com vida sedentária; a inatividade física estaria relacionada direta ou indiretamente com dores na coluna. Músculos fracos e com pouca flexibilidade, associados ao uso inadequado no dia-a-dia expõem as estruturas da coluna a agravos; o fortalecimento da musculatura do tronco poderia proporcionar maior proteção nas atividades profissionais e diárias (Toscano e Egypto, 2001).

Assim, a prática regular de exercícios físicos poderia contribuir para amenizar a carga de trabalho, tolerar melhor o estresse postural e proteger os trabalhadores de alguns perigos dos trabalhos repetitivos.

Considerações Finais

Esta pesquisa visou discutir e compreender as implicações das condições de trabalho existentes no setor têxtil do município de Jaraguá/Go no comprometimento na saúde dos seus trabalhadores, e mais especificadamente identificar o perfil socioeconômico, os sintomas osteomusculares no grupo pesquisado e descobrir quais as possíveis causas dos distúrbios osteomusculares dos mesmos.

Nesse sentido, verificamos que a maioria dos trabalhadores da amostra foi composta por pessoas do sexo masculino, possuindo uma escolaridade que variava entre o ensino fundamental incompleto e completo, casados, com idade entre 20 e 30 anos, sedentários, com remuneração variando entre um salário mínimo e um salário mínimo e meio, trabalhando cerca de 9 a 13 horas por dia.

Verifica-se que estes trabalhadores, apesar de não pertencerem homogeneamente às mesmas empresas, relataram histórias profissionais semelhantes no que se refere à precariedade do trabalho, manifesta por processos produtivos intensos, pressão por produtividade com intensificação dos ritmos de trabalho e jornadas de trabalho prolongadas pelas horas extras devido aos baixos salários.

A alta incidência de dores osteomusculares no grupo estudado reflete essa precariedade. Os baixos salários obrigam os trabalhadores a se exporem a extensas jornadas de trabalho, que associadas à quase inexistência de pausas durante o processo produtivo é um alto fator para manifestação destes sintomas. Além disso, as rígidas hierarquias presentes no desenvolvimento do trabalho das confecções industriais têxteis de Jaraguá impedem os funcionários de se manifestarem e até mesmo reivindicarem melhores condições de trabalho.

O aumento da carga horária de serviço favorece também a manutenção de baixos níveis de escolaridade e o sedentarismo dos trabalhadores das confecções industriais da cidade. Não há como estudar ou praticar atividades físicas, pois não existe um tempo livre, ou seja, um tempo de “não trabalho”. Para as mulheres a questão é ainda mais séria, pois as mesmas possuem uma dupla jornada, já que além do trabalho diário na empresa executam também o trabalho doméstico.

Dessa forma, pode-se perceber claramente a influência das formas de organização de trabalho na manifestação de dores osteomusculares nos trabalhadores jaraguenses das confecções têxteis. Formas organizacionais que mesclam a “flexibilização” do Toytismo com as rígidas hierarquias do Fordismo/Taylorismo. Estas condições vivenciadas dia após dia pelos trabalhadores destas confecções influenciam não somente a manifestação de sintomas dolorosos osteomusculares, mas toda sua vida de forma geral, tanto profissional quanto pessoal.

Além de todos estes fatores, outro aspecto interessante encontrado no fenômeno estudado diz respeito às relações de gênero dentro das confecções têxteis jaraguenses. Surpreendentemente, verificou-se que todas as mulheres trabalhadoras deste setor, independente do cargo, recebiam salários menores quando comparados aos cargos ocupados por homens. Tal achado compreende uma característica inerente ao processo de reestruturação produtiva vigente atualmente. Preconiza-se alta produtividade com redução dos custos com produção, resultando em uma fraca regulamentação do trabalho e baixos salários e as mulheres tem sido a mão de obra preferida nestes casos.

É importante também, voltar nossa atenção para a incessante busca da cidade de Jaraguá-GO pelo reconhecimento estadual e nacional como um pólo industrial importante no setor de confecções, utilizando para alcançar tais metas a implantação e aperfeiçoamento dos Arranjos

Confecções têxteis de Jaraguá: trabalho e saúde

Produtivos Locais (APL). Devido à diminuição acentuada do desemprego e o rápido crescimento econômico vivenciado pela cidade nos últimos anos, Jaraguá é considerada por alguns economistas como cidade modelo na implantação do APL, tanto no Estado de Goiás quanto nacionalmente.

No entanto, os Arranjos Produtivos Locais foram criados pelo governo federal com objetivo de favorecer o desenvolvimento econômico de uma região, lançando mão de estratégias já conhecidas para aumento da competitividade e produtividade: a informalidade, os baixos salários, o trabalho intensivo e o desrespeito pelos princípios de saúde do trabalhador. É através deste sustentáculo básico que os APLs se mantêm, favorecendo o desenvolvimento e lucratividade das micro, pequenas e médias empresas. Portanto, o APL da cidade estudada é um forte propulsor da precariedade nas relações de trabalho, ocasionando ainda mais a exploração do trabalhador e os danos a sua saúde.

Para cumprirem as metas preconizadas pelo APL, os funcionários destas confecções têxteis são obrigados a conviver e trabalhar diariamente com dores, sem o mínimo de apoio para reivindicar melhores condições de trabalho, porque o foco destas empresas em Jaraguá, assim como todas as outras empresas e indústrias do capitalismo, não é o bem-estar dos seres humanos que trabalham e trazem o desenvolvimento econômico para este setor e sim a lucratividade com custos reduzidos e mão de obra barata. Sendo assim, o desenvolvimento econômico, tão pregado e buscado pelos empresários e autoridades políticas da cidade estudada, não é sinônimo de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

Pode-se concluir que estas condições de trabalho vivenciadas dia após dia por estes profissionais, influenciam não somente a manifestação de sintomas dolorosos osteomusculares, mas toda sua ma-

neira de ser, pensar e viver. Para transformar esse quadro é necessária uma visão que vá além do capital, tanto por parte do sistema político do município quanto dos próprios trabalhadores, pois o conformismo destes indivíduos é peça fundamental para a continuação destas desigualdades e injustiças.

É importante que a política municipal tenha um olhar focado na implementação de políticas públicas voltadas para os interesses dos trabalhadores. Uma forma interessante de atuação seria através de programas de atividade Física e Lazer, objetivando, além da saúde, o bem estar cultural e social destes profissionais. E aqui não me refiro a ginástica laboral, a qual tem sido bastante questionada e criticada por não cumprir o seu papel de forma eficaz na prevenção dos distúrbios ocupacionais, já que não intervém nas formas de organização do trabalho e os funcionários das empresas realizam as atividades propostas por este tipo de programa, mas continuam sendo explorados pelo capitalismo.

Um meio a ser considerado para promoção de políticas de lazer e atividades físicas satisfatórias seria o remanejamento de parte dos impostos específicos recolhidos das confecções para o financiamento de equipamentos de lazer disponíveis para a população trabalhadora deste setor de forma pública e com gestão participativa. Através disso poderiam ser disponibilizados espaços diversificados que envolveriam desde a prática de caminhadas e alongamentos, até a apresentação de teatros ao ar livre, onde as discussões contemplariam questões envolvendo política, cultura, trabalho e educação, informando e conscientizando os trabalhadores e com isso, possibilitando que estes intervenham em sua própria realidade.

Portanto, acreditamos que o caminho a ser percorrido para que todos os trabalhadores envolvidos no processo de produção das fábricas têxteis de Jaraguá alcancem melhores condições de vida e tra-

balho seria a diminuição da jornada de trabalho com ampliação dos rendimentos e do tempo livre, acesso a políticas de lazer e atividades físicas que favoreçam a conscientização e o pensamento crítico que, por sua vez, levariam a conhecimento dos trabalhadores do seu fundamental valor no crescimento e enriquecimento da cidade em que vivem, resultando em lutas e reivindicações por melhorias trabalhistas com conseqüente diminuição das condições insalubres das confecções, culminando numa real transformação das formas de organização do trabalho, com um significativo ganho na qualidade de vida destes profissionais de forma geral.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M.B.C; CABRAL, M.S.R. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. *São Paulo em Perspectiva*. v.17,n.1, p.3-10, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n1/v17n1a01.pdf>>. Acesso em 15/08/2008.

ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ.Soc.;Campinas*. v.25, n87, p. 335-351,maio/ago 2004. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 10/08/2008.

ANTUNES. R. Os caminhos da liofilização organizacional: As formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. *Idéias*, Campinas. V.9, n.2, p. 13 -24. 2002-2003. Disponível em: <http://www.medicina.ufmg.br/saudepublica/antunes.pdf>. Acesso em 15/08/2008.

APPLE, Michael. Ensino e Trabalho Feminino: Uma análise comparativa da História e Ideologia. *Cad. Pesq.*, São Paulo. Vol 64. 1988. p. 14.

BARBOSA, M.S.A.; SANTOS, R.M.; TREZZA, M. C.S.F. A vida do trabalhador antes e após a lesão por esforço repetitivo (LER) e doença osteomuscular relacionada ao trabalho (DORT). *Rev. Bras. Enferm.* Brasília, V.60, n.5, p. 491 -496, 2007. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672007000500002&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em 20/08/2008.

BARRETO, M. A indústria do vestuário e a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. 2000. Disponível em: <http://www.opas.org.br/saudedotrabalhador/arquivos/sala237.pdf> Acesso em 15/07/2008.

BRANDÃO, A.G.; HORTA, B.L.; TOMASI, E. Sintomas de distúrbios osteomusculares em bancários de Pelotas e região: prevalência e fatores associados. *Rev Bras Epidemiol*; V. 8. n. 3. p. 295-305, 2005.

BRITO, J, C. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro. v.16, n.1,

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

p. 195 -204, jan-mar,2000. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v16n1/1578.pdf>>. Acesso em 20/08/2008.

BRITO, P. M; et al. Análise da relação entre a postura de trabalho e a incidência de dores na coluna vertebral. In: XXII ENCONTRO NAC. DE ENG. DE PRODUÇÃO, 22. 2003. Ouro Preto-MG. *Anais eletrônicos*. Ouro Preto – MG, 2003. Disponível em www.biblioteca.sebrae.com.br/bds.nsf/bfa . Acesso em 15/08/2008.

CARNEIRO, L.R.V. et al. Sintomas de Distúrbios osteomusculares em motoristas e cobreadores de ônibus. *Rev. Bras.Cineantropom. Desempenho Hum.* V. 9, n. 3. p.277-283, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/rbcdh/article/view/4084>Acesso em 10/07/2008.

CARVALHO, T. et al. Posição oficial da sociedade brasileira de medicina do esporte: atividade física e saúde. *Rev Bras Med Esport* .vol. 2, nº 4 . Out/Dez, 1996.Disponível em:www.medicinadoesporte.org.br/imagens/pdfs/1997_ativ_f_%EDsica_e_saude.pdf. Acesso em 15/07/2008.

CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H.M.M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H.M.M; CASSIOLATO, J.E. e

MACIEL, M.L. (orgs) *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará Editora, 2003. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/redesist/P3/NTF2/Cassioloato%20e%20Lastres.pdf>. Acesso em 20/09/2008.

CASTRO, S. D.; BRITO, L. *Dinâmica Produtiva da Indústria de confecções de vestuário em Goiás. 2006* Disponível em <<http://www.seplan.go.gov.br/sepim/pub/conj/conj7/05.htm>> Acesso em 15/08/2008.

CASTRO, Sérgio Duarte. *O arranjo produtivo de confecções da região de Jaraguá-Go*. Relatório de atividades da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. UFRJ. Instituto de Economia. Março, 2004. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>> Acesso em 15/08/2008.

CHIAVEGATO FILHO, L.G.C; PEREIRA JR, A. LER/DORT: Multifatorialidade etiológica e modelos explicativos. *Interface- comunic.; Saúde, Educ.*; v.8, n.14, p.149 – 62, set.2003/fev.2004. Disponível em: < <http://www.interface.org.br/revista14/artigo4.pdf>>. Acesso em 15/08/2008.

GHISLENI, A. P; MERLO, A.R.C. Trabalho contemporâneo e patologias por Hipersolicitação. *Psicologia: Reflexão e Critica*, v.18, n.2. p.171 – 176, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n2/27467.pdf>>. Acesso em 10/08/2008.

MACIEL, A.C.C.; FERNANDES, M.B.; MEDEIROS, L.S. Prevalência e fatores associados à sintomatologia dolorosa entre profissionais da indústria têxtil. *Rev Bras Epidemiol*.v. 9, n.1 p. 94-102, 2006.Disponível em:HTTP:// < <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v9n1/07.pdf>>. Acesso em: 10/08/2008.

MARQUES, R. DOS S. B. *O associativismo no setor de confecção em Goiás. In: I Seminário Nacional de Trabalho e Gênero*: ST 6 – Desenvolvimento sustentado, arranjos produtivos locais e questões de gênero. 2006, Goiânia. Disponível em HTTP://<www.fchf.ufg.br/possociologia/stg2006/docpdf/C%F3pia%20de%20stg2006_13.pdf>. Acesso em 21/08/2008.

Confecções têxteis de Jaraguá: trabalho e saúde

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NAKAMURA, E.K.K. *Avaliação dos casos de LER/DORT em uma instituição bancária*. 2001. 79f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)-Centro de Tecnologia, Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas. Universidade Federal de Santa Catarina –Florianópolis, 2001. Disponível em: < <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/8427.pdf>>. Acesso em 10/07/2004.

NAVARRO, V.L. *Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital*. In

PADILHA, V (org). *Dialética do Lazer*. São Paulo, p. 50 -74, 2006.

NAVARRO, V. L. O trabalho e saúde do trabalhador na indústria de calçados. *São em Perspectiva*, v.2, n.17. p.32-41, 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a05v17n2.pdf>>. Acesso em 12/08/2008.

NORONHA, E.G.; TURCHI, L. *Política Industrial e Ambiente institucional na análise de Arranjos Produtivos Locais*. In: Texto para Discussão, IPEA-INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (org), Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão - Governo Federal, março-2005. Disponível em www.ipea.gov.br, acesso em 30/08/2008.

NUNES, J. H.; CAMPOS, A.F. O setor de confecção em Goiânia: análise da relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar. *Sociedade e Cultura*, V. 9, N. 2, p. 237-255, Jul./Dez. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewArticle/475>>. Acesso em: 10/08/2008.

OLIVEIRA, M.C. et al.. Prevalência de lombalgia em costureiras e correlação com a qualidade de vida e incapacidade. *Arq. Ciências Saúde UNIPAR*. v.8, n.2, p. 111-119, maio-ago, 2004. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/saude/article/view/225/198>. Acesso em: 20/08/2008.

ORSO, P.J. et al. Reflexões acerca das lesões por esforços repetitivos e a organização do trabalho. *Rev. Bras. Saúde Ocupacional*. V.27, n. 103 p.9-16, 2002. Disponível em:<<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=1240>>. Acesso em 10/07/2008.

RAMOS, F.D. *Estudo comparativo das condições de trabalho de costura em pequena, média e grande empresas do setor têxtil: situação da costura reta*. 2002 149f.. Dissertação (mestrado em Engenharia de Produção)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em:<<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/4404.pdf>>. Acesso em 10/08/2008.

REIS, J.R.; et al. Perfil da demanda atendida em ambulatório de doenças profissionais e a presença de lesões por esforços repetitivos. *Rev. Saúde Pública*, v. 34, n.3. p.292-298, 2000. Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000300013. Acesso em 10/08/2008.

REIS, P. F. ET AL. *O uso da Flexibilidade no Programa de Ginástica Laboral compensatória, na melhoria da lombalgia em trabalhadores que executam suas atividades sentados*. In: 18º CONGRESSO INTERNACIONAL DE ED. FÍSICA. FIEP. Disponível em www.ergonet.com.br/download/ginastica_trab.sentado.pdf. Acesso em 15/08/2008.

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

REIS, P.F; MORO, A.R.P.; CONTIJO, L.A. A Importância da Manutenção de Bons níveis de Flexibilidade nos trabalhadores que executam suas atividades laborais sentados. 2003. Disponível em: http://www.ergonet.com.br/download/postura_sentada_flex.pdf. Acesso em 20/09/2008.

RENNER, J.S. Prevenção de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. *Boletim saúde*. V.19, n.1. p.73-80, jan-jun.2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/boletim_saude_v19n1.pdf#page=68. Acesso em 20/08/2008.

SALIM, C.A. Doenças do Trabalho: exclusão, segregação e relações de gênero. *São Paulo em perspectiva*. V.17,n.1. p. 11-24, 2003. Disponível em:http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_do_trabalho.pdf. Acesso em 10/08/2008.

SELL, I. *Ergonomia para Profissionais da Saúde Ocupacional*. In *Medicina do Trabalho*. Coordenador Sebastião Ivone Vieira. 3 ed. Curitiba : Gênese, 1994. Apud

RAMOS, F.D. *Estudo comparativo das condições de trabalho de costura em pequena, média e grande empresas do setor têxtil: situação da costura reta*. 2002 149f.. Dissertação (mestrado em Engenharia de Produção)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em:<[http:// http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/4404.pdf](http://http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/4404.pdf)>. Acesso em 10/08/2008.

TOSCANO, J. J DE O.; EGYPTO, E.P. A influência do sedentarismo na prevalência de lombalgia. *Rev Bras Med Esporte* . Vol. 7, Nº 4 – Jul/Ago, 2001. Disponível em: <<http://http://www.scielo.br/pdf/rbme/v7n4/v7n4a04.pdf>>. Acesso em 30/08/2008.

VIEIRA, E.R.; KUMAR, S. *Esforço Físico ocupacional e saúde músculo-esquelética*. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ERGONOMIA. 2004, Fortaleza. Disponível: <<http://www.sportplusnet.com.br/arq/artigo.pdf>> Acesso em 21/08/2008.





Lúcia Freitas¹



Veralúcia Pinheiro²

Violência contra a mulher: rompendo o silêncio e a invisibilidade

- ¹ Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Foi bolsista do Programa de Estágio de Doutorado no Exterior (PDDE), pela CAPES, tendo sido pesquisadora visitante por quatro meses no Center for Advanced Research in English, na Universidade de Birmingham, Inglaterra. Atualmente, é professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Coordenadora de Pesquisa da mesma instituição, onde lidera o Grupo de Estudos de Jaraguá. Atua na área de Linguística, com ênfase em Ensino de Línguas, Análise de Discurso e Semiótica Social.
- ² Veralúcia Pinheiro é doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professora na Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas – UnUCSEH e no Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias – MIELT. Pesquisa na área de Violência, Educação, Juventude e Gênero.

Em agosto de 2009, as pessoas de Jaraguá foram surpreendidas com um crime bárbaro que chocou a cidade. Uma mulher grávida havia sido encontrada morta na serra. O assassino, em seguida identificado, era seu namorado, pai da criança e de outro filho que o casal tivera ao longo de seu relacionamento. O Jornal Jaraguá Notícia publicou em sua página eletrônica a seguinte informação: *“Valdeilton Farias Cardoso, na noite de domingo passou na casa de sua namorada Dnilda e convenceu-a a subir para Serra, a fim de conversar. Ao chegar ao local, começaram a discutir, porque ela havia se negado a manter relação sexual com ele, Valdeilton, então, deu um golpe com capacete na cabeça de Dnilda e a mesma caiu. Valdeilton Farias tirou sua roupa e tentou manter relação sexual com ela, mas não conseguiu consumir o ato e deferiu mais golpes de pedras contra a cabeça da vítima, assassinando-a no local e logo após jogou o capacete na mata. O corpo ficou exatamente 6 dias desaparecido”*.

A história de Dnilda e Valdeilton é exemplar de um tipo de violência dirigida contra as mulheres que, em geral, é perpetrada por seus

companheiros ou parentes, nas relações afetivo-conjugais e familiares. Essa é uma problemática grave ainda presente nas sociedades ditas “modernas” que igualmente se manifesta em Jaraguá, a despeito de ser um fenômeno envolto em silêncio e que apenas ganha alguma visibilidade quando atinge proporções trágicas como as desse casal. No entanto, em nossa cidade ocorrem, diariamente, e em número alarmante, histórias de medo e tensão com elementos muito próximos da narrativa noticiada, com brigas, humilhações, agressões psicológicas, físicas, estupro e até morte, tudo abrigado do olhar público, na privacidade doméstica e familiar, e protegido por uma cultura que minimiza a gravidade do problema. São vivências que compõem uma realidade bem maior, que envolve pessoas de todas as classes sociais e vitimam um número muito grande de mulheres de formas variadas, embora pouco ou nada se noticie ou nem mesmo se comente a respeito.

Ditos populares como “em briga de marido e mulher não se mete a colher” e “mulher é que nem bife, quanto mais se bate, mais macia fica”, demonstram a percepção banalizada e simplista que a sociedade tem de um problema cujas proporções mobilizam a ação de organismos internacionais de Direitos Humanos e, mais recentemente, o próprio governo brasileiro na direção de combate a um fenômeno social sério que contraria qualquer ideal igualitário das sociedades ditas modernas. Foi com grande preocupação em relação a esse tema que, em 2008, demos início a uma pesquisa intitulada “A violência contra a mulher no interior de Goiás: silêncio e invisibilidade?”, da qual é fruto o presente capítulo. Nosso intuito neste texto é divulgar alguns resultados sobre o estudo, bem como trazer ao debate público um assunto que ainda é invisível e silenciado, a despeito de tantas investidas recentes de torná-lo mais evidente para que se possa tratá-lo e combatê-lo adequadamente.

A pesquisa sobre a violência contra a mulher em Jaraguá

A pesquisa da qual se origina este capítulo foi realizada como uma das ações do Grupo de Estudos de Jaraguá da Unidade Universitária da UEG local, entre os anos de 2008 e 2010. A mesma contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com recursos da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. O propósito principal do projeto era descortinar um quadro de violência contra a mulher nas relações afetivas, no município, a partir de registros do sistema penal. Tratava-se, portanto, de abordar um problema social a partir de um contexto específico, a esfera judicial. Embora esse direcionamento não captasse o fenômeno em sua totalidade, consideramos que ele nos proveria informações relevantes sobre a questão a partir de registros oficiais. Assim, os dados levantados para este trabalho foram colhidos em um conjunto de mais de 250 textos de 25 processos penais enquadrados na Lei Maria da Penha, no Fórum de Jaraguá, entre os anos de 2007 e 2008.

Ao analisarmos nos “Boletins de Ocorrência”, “Autos de prisão em flagrante”, “Termos de representação”, “Termos de depoimento de vítimas, acusados e testemunhas”, “Exames de corpo de delito”, “Denúncias”, “Termos de audiência”, “Sentenças” e uma extensa série de textos, pudemos descortinar um quadro de violência doméstica e familiar contra a mulher documentado dentro dos moldes jurídicos. A partir desses registros foi possível depreender um conjunto de histórias violentas, com seus protagonistas, mulheres e homens agressores, os tipos de ofensas que cada um desempenha nas cenas denunciadas, bem como o próprio cenário em que acontecem. Ao mesmo tempo, os textos ainda indicaram as providências acionadas pelo poder público e os posicionamentos dos agentes legais na lida com o problema.

A pesquisa, portanto, revelou uma realidade que se encontrava encapsulada em documentos judiciais, guardados nos arquivos do Fórum local, fora do alcance da maioria das pessoas, acessível apenas aos chamados “operadores do Direito”, eles próprios muitas vezes cegos frente a uma questão que é ofuscada em meio a um emaranhado de ações judiciais de toda natureza. Nesse sentido, o presente capítulo pretende trazer ao olhar público um quadro de violência e crueldade no qual estão inseridas inúmeras famílias jaraguenses e que atinge as mulheres de forma mais contundente. Trata-se de uma iniciativa de denunciar um fenômeno sobre o qual a sociedade ainda desvia o olhar e se silencia, a fim de mostrar a gravidade do tema e chamar a atenção para a necessidade de combatê-lo.

A violência doméstica contra a mulher e suas raízes culturais

Ao começarmos nossa pesquisa sobre a violência sofrida por mulheres que a denunciaram oficialmente, pisamos sobre um terreno cujas bases encontram-se de longas datas enraizadas em questões culturais muito profundas. As denúncias que chegam às autoridades, em geral, representam casos extremados, em que as agressões atingiram o nível mais visível e inconfundível das marcas físicas. Não obstante, essa forma de violência, embora contundente e escandalizante, nem sempre corresponde ao pior tipo. A tirania e a opressão, direta ou indiretamente associadas ao abuso da força, superam-no nas formas diárias de violência encobertas pela subjetividade e sutileza de sua manifestação. A maneira ostensiva pela qual muitos homens exercem seu papel de chefes de família revela uma afronta simbólica à integridade feminina que atinge a mulher moral e psicologicamente. É uma espécie de exer-

Violência contra a mulher: rompendo o silêncio e a invisibilidade

cício do “macho” dominante que reserva especialmente à mulher um tratamento muitas vezes servil, desprezando seu trabalho dentro e fora da casa, cobrando das esposas um desempenho impecável na manutenção da vida doméstica, mas ao mesmo tempo desprezando-o, dando-se ao direito de pisar casa a dentro com pés sujos de barro, acumular louça sem lavar, espalhar roupa e outros objetos indevidamente, chantagear a companheira com cobranças de toda sorte, e por ai segue toda uma lista interminável de arbitrariedades que configuram uma forma de violação inflexível e contínua. Muitas mulheres participam desse jogo de opressão sem jamais se conscientizarem das reais proporções de seu enredamento, atribuindo a si mesmas e a seu sistema fisiológico os sintomas de angústia e depressão que porventura sentem.

A violência, em seus mais variados contornos, é um fenômeno histórico na constituição da sociedade brasileira. A escravidão dos índios e depois dos negros, a colonização mercantilista, o coronelismo, as oligarquias antes e depois da independência são fenômenos atravessados pelo abuso de poder e da força que deixaram marcas indeléveis em nossa sociedade e que tem perpetuado inúmeras desigualdades até os dias atuais. Segundo Alencar (2006), as relações de gênero que se manifestavam na legislação brasileira, já nas primeiras décadas do século XX, asseguravam privilégios masculinos que reforçavam a desigualdade entre os sexos. Ao homem sempre foi reservada maior liberdade, especialmente a sexual, enquanto que à mulher “moderna”, nas palavras da autora, cabia ocupar, de maneira ambígua, o espaço público como uma extensão do seu lar, representando o papel de mãe exemplar e esposa honrada.

É no cotidiano que a violência doméstica acontece e ao pensar a vida cotidiana no mundo moderno, Lefebvre (1991) fez algumas reflexões sobre a mulher. Para o autor, sobre as mulheres pesa mais o fardo

da cotidianidade. É evidente que elas procuram tirar vantagem disso e para tanto, desenvolvem a tática de inverter a situação, porém nem sempre essa tática é suficiente, na maioria das vezes permanecem presas nas teias desse cotidiano, impedidas de desenvolver todo o seu potencial, presas às armadilhas das necessidades imediatas, da ausência de liberdade. Desse modo, as mulheres tornam-se queixosas e amarguradas com as limitações de sua condição humana da vida. Por isso, elas são ao mesmo tempo “sujeitos” na cotidianidade e vítimas da vida cotidiana, portanto, objetos, posto que são ao mesmo tempo compradoras e consumidoras, mercadorias e símbolos da mercadoria.

Lefebvre é um estudioso da vida moderna, seu foco não é a questão da mulher em particular. Sua análise, quando particulariza a condição da mulher, procura mostrá-la como “presa” preferencial das artimanhas da sociedade moderna. A perspectiva de nosso autor ficou evidente nesta pesquisa, a situação ambígua da mulher, a miséria que caracteriza seu cotidiano com trabalhos enfadonhos, humilhações, privações diárias, embora não atinja exclusivamente as mulheres, encontra-se mais próximo delas, no cuidado diário com os filhos, com a casa etc. As dificuldades derivadas da miséria e das frustrações que dela decorrem, talvez, seja um dos motivos que explicam os elevados índices de violência no interior das famílias das camadas populares. Pois, como nos alertou Lefebvre (1991), a sobrevivência na penúria e o prolongamento da escassez, expressam o domínio da economia, da abstinência, da privação, da repressão aos desejos, os quais recaem basicamente sobre a mulher. Essa condição de opressão fruto de sua submissão aos valores culturais da sociedade, torna-as “objetos” da história, mas, ao mesmo tempo “sujeitos” essenciais, bases para a produção, reprodução da vida social, incluindo a violência. Desse modo, o drama da mulher não se reduz às

Violência contra a mulher: rompendo o silêncio e a invisibilidade

questões materiais, implica também a apropriação do corpo, sempre ameaçado de ser destruído, machucado, reproduz as relações essenciais entre a cultura e a atividade produtora, entre o conhecimento e as ideologias.

Na contemporaneidade, prevalecem as raízes autoritárias de nosso passado colonial com seu modelo de família patriarcal, porém, ocorreu a dissolução do sentido de comunidade que havia no interior das relações sociais. Essa dissolução e a conseqüente ascensão do individualismo não representaram à realização do indivíduo e o respeito a sua subjetividade, ao invés disso, assistimos à continuidade das arbitrariedades cometidas no âmbito privado, exatamente contra o indivíduo e de forma mais acentuada contra a mulher que a despeito da existência de leis de proteção (inexistentes no passado) e a pretensa racionalidade do mundo moderno, ainda se produzem e reproduzem inúmeras formas de violência.

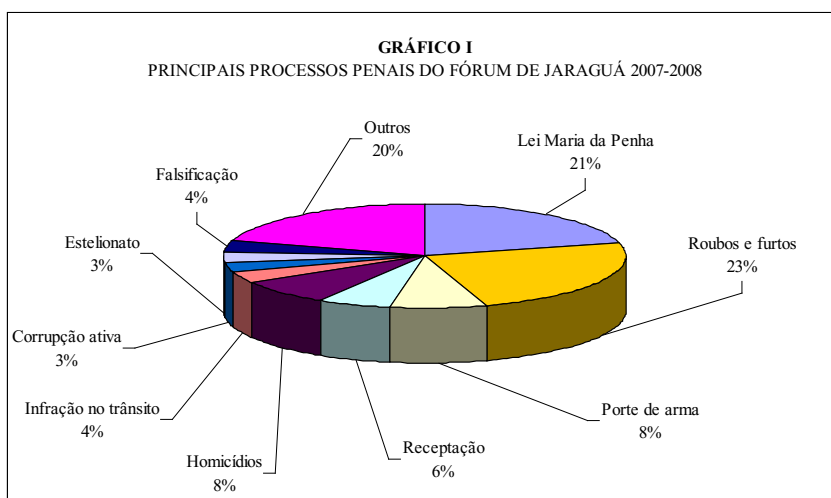
Alguns números da pesquisa

Ao propormos o projeto de estudo, não tínhamos ainda uma noção clara nem sobre o quadro de violência doméstica em Jaraguá, nem sobre o volume de textos com os quais iríamos lidar. Tampouco tínhamos um roteiro definido, mas apenas uma pergunta norteadora. Nesse sentido, o primeiro passo foi fazer as visitas prévias ao Fórum e à Delegacia Civil de Jaraguá para tomarmos conhecimento do campo. Nossa primeira aproximação foi feita com o Delegado de Polícia, que nos disponibilizou a consulta aos arquivos.

Esse primeiro passo nos revelou alguns números. No entanto, como nosso interesse específico recaía sobre os processos enquadrados na Lei Maria da Penha, a consulta aos dados do Fórum, autorizada pela

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

juíza local, forneceu números mais precisos. Embora o presente trabalho não se proponha a uma abordagem quantitativa ou estatística da violência contra a mulher, alguns dados numéricos apontam para percentuais que possibilitam melhor situar o problema em relação a outros fenômenos sociais locais. Um desses percentuais diz respeito ao número de processos enquadrados na Lei Maria da Penha em relação às demais ações penais de grande recorrência ao longo do período estudado. Uma comparação entre os números das principais ações penais registradas no Fórum de Jaraguá entre os anos de 2007 e 2008 posiciona o crime de violência contra a mulher entre os mais recorrentes, ficando atrás apenas dos furtos e roubos, conforme Gráfico I:



O Gráfico I foi constituído a partir da identificação dos crimes referentes aos processos registrados na listagem das atividades forenses durante o período pesquisado que nos foi disponibilizada. Foram considerados apenas os processos que puderam ser acessados no site

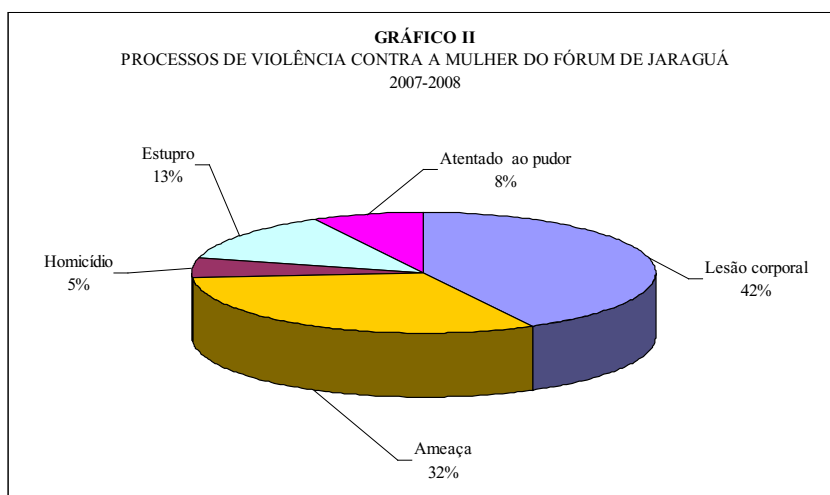
Violência contra a mulher: rompendo o silêncio e a invisibilidade

do Tribunal de Justiça de Goiás. O total de processos registrados foi de 383, dos quais 165 não puderam ser acessados. É, portanto, com base na amostragem de 218 processos identificados que são traçados os percentuais. Esses dados contradizem não apenas a crença de que a violência contra a mulher no município tem um índice baixo de ocorrência, como também desmente especulações de que a falsificação de roupas de grifes famosas é o tipo de crime mais predominante na cidade que se intitula de “Capital das Confecções”.

O cruzamento entre os dados do Fórum e os da Delegacia de Polícia Civil nos mostra que as ocorrências de furtos, roubos e outros delitos dessa natureza são os mais expressivos em relação aos demais crimes. Contudo, a partir da entrada em vigor da Lei Maria da Penha em setembro de 2006, essa violência passou a gerar um número maior de processos. Como a abertura dos mesmos demanda a identificação das partes, vítima e agressor, e a reunião de provas do delito cometido, nem sempre as denúncias de crimes como falsificação e roubo, por exemplo, conseguem reunir todos esses pré-requisitos, assim, não necessariamente há uma correspondência precisa entre o número de denúncias nas Delegacias e de processos penais.

Uma vez identificado que o volume de processos enquadrados na Lei Maria da Penha constituía o segundo maior volume no Fórum local, passamos à consulta dos tipos de violência que eles registravam. Como do total de 65 registros, 25 não puderam ser acessados, os números apurados tratam-se de uma amostragem traçada a partir dos 40 processos cujos enquadres criminais puderam ser confirmados. Os resultados mostram que as lesões corporais configuram o principal registro, seguido de ameaça e então dos homicídios e crimes sexuais, conforme mostra o próximo gráfico:

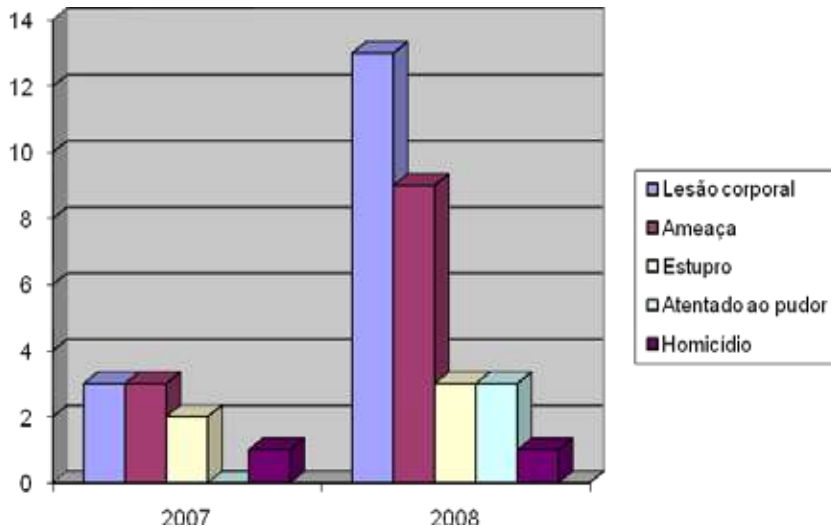
ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ



Esses percentuais alinham-se às proporções estatísticas identificadas em outras pesquisas sobre o mesmo tema (Instituto de Segurança Pública, 2009) em que as lesões corporais lideram o número de denúncias. É importante comentar neste momento que os processos de estupro e atentado ao pudor correm em segredo de justiça, por isso não pudemos acessar seus textos, o que nos impossibilita traçar considerações a respeito desses crimes, limitando-nos apenas a divulgar os números de processos aí enquadrados.

Um último dado numérico que merece comentário é o que diz respeito ao aumento considerável de ações propostas em 2008 em relação ao ano anterior, quando a Lei Maria da Penha não comemorava ainda um ano de promulgação. Antes da Lei, embora as mulheres agredidas procurassem os serviços de saúde e hospitais para se protegerem das violências sofridas, não havia uma sistematização de dados a respeito e, muitas vezes, elas próprias não revelavam o contexto da agressão. O gráfico a seguir demonstra um crescimento no número de denúncias que possibilita agora melhor contornar as proporções do problema:

GRÁFICO III
AUMENTO DOS NÚMEROS DE PROCESSOS
DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - 2007-2008



Dentre as diferentes análises que o crescimento destes índices representa não podemos nos esquecer das campanhas contra a violência que vêm se disseminando pelo país. Por diversas formas a sociedade tem se mobilizado buscando incentivar as mulheres a denunciar a violência que ocorre no espaço privado da família, abrigada do olhar externo. Estes dados mostram que, paulatinamente, as mulheres além de socorro médico, procuram o sistema de segurança pública em busca de proteção para suas vidas.

O retrato social aproximado das vítimas e agressores

Uma vez identificados os números gerais dessa violência em relação aos demais crimes locais, passamos à composição do que chamamos de *corpus* de estudo, que é o conjunto de textos a que tivemos acesso na íntegra para analisarmos detalhes mais subjetivos do problema. Assim, como do total de processos levantados pudemos acessar e copiar vinte e cinco casos, é com base nos textos aí encontrados que traçamos um perfil social das vítimas e agressores. Trata-se de um universo composto por vinte e dois homens e vinte e duas mulheres que formam o grupo dos casais. Percebe-se que o número de casais é inferior ao de processos, isso ocorre porque encontramos quatro processos referentes a dois casais. Cada casal havia entrado na Justiça uma vez anteriormente, desse modo esses dois casais aparecem em dois casos diferentes cada um.

O montante de processos está enquadrado da seguinte forma: 15 são de lesão corporal, 8 de ameaça e 2 homicídios, sendo que em um desses homicídios as posições de vítima e agressor se invertem, pois foi a mulher que matou o marido. Encontramos também um caso que não se tratava de agressão de casais, mais de um filho contra sua mãe. Há também dois processos em que além das mulheres agredidas pelos companheiros, estes também agridem suas filhas. Assim, há duas meninas vitimadas que fazem par com suas mães no grupo dos casais. Perfazendo um total de 48 pessoas envolvidas na situação de violência, 22 agressores homens e 24 vítimas mulheres e apenas um caso de homicídio em que o homem foi vítima de sua mulher. A seguir, revelamos alguns aspectos sociais apurados sobre esse contingente.

Idade

Os vinte e dois casais envolveram homens e mulheres na maioria jovens, inclusive uma delas menor de idade (16 anos e o parceiro, 21), oito dessas mulheres tinham entre 20 e 30 anos; oito entre 31 e 35 anos; três entre 41 e 47 anos e apenas duas entre 55 e 59 anos. Quanto aos homens, a tendência se repete, sendo o maior grupo, onze ao todo, de jovens entre 20 e 30 anos, seis deles tem 31 e 40 anos, dois entre 41 e 50 e três entre 51 e 64 anos. A maioria desses casais segue a tendência de idade dos cônjuges aproximada entre si, sendo os homens em geral mais velhos que suas companheiras entre um ou quatro anos. Contudo, há cinco casos em que as mulheres têm idade de 1 a 2 anos a mais que seus companheiros; dois em que as mulheres são 6 e 10 anos mais velhas que seus parceiros de 23 e 24 anos, respectivamente, e há um homem 12 anos mais velho que sua companheira de 20. As garotas agredidas pelos pais tinham ambas 15 anos na data do acontecimento, e o rapaz agressor e sua mãe tinham 22 e 50 cada um.

Cor

A identificação do dado cor foi um pouco trabalhosa, uma vez que os documentos em que ele é registrado são pedidos de exames que não constam em todos os processos, e na qualificação, que é transcrita em certos textos como a “denúncia”, termos de depoimento etc., o dado não é obrigatório e muitas vezes não aparece nos mesmos. Sobre as mulheres só constam informações de cor em 13 processos, nesses elas são majoritariamente brancas (8 puderam ser assim identificadas), apenas uma mulher foi identificada como negra, uma das filhas de 15 anos agredida pelo pai (mãe parda e pai sem identificação); 5 são descritas como “pardas”. Já entre os homens apenas 3 foram qualificados como brancos; 4 como pardos, nenhum (0) negro, nos demais processos a cor não foi informada.

Profissão

As profissões tanto dos agressores quanto das agredidas nos permitem inferir que a maioria dos casais analisados pertence às camadas populares. Entre as mulheres são costureiras (06), empregadas doméstica (05), as demais têm profissões variáveis como, comerciantes, vendedoras, prestadoras de serviços esporádicos e 05 foram qualificadas como “do lar”. Entre os homens, o maior grupo é também de costureiros (06), seguido de profissões variadas como, mecânicos (02), operadores de máquinas (02), pedreiros (02), lavradores (02), comerciante (02), entre outros, além de um que estava na condição de desempregado.

A publicização da violência contra a mulher, desencadeada no espaço privado, só é possível por meio da denúncia, esta, por sua vez significa um rompimento com o silêncio que quase sempre caracteriza situações dessa natureza. Nosso estudo confirma a tendência geral que se observa tanto nas pesquisas como na imprensa, ou seja, a ausência de casos de violência contra a mulher oriundas das camadas altas da sociedade. Embora existam evidências de que a violência é comum em todas as classes sociais, as mulheres de classes mais altas apresentam maior resistência em se expor.

Estado civil e tempo de convivência

A linguagem jurídica discrimina as uniões formalmente constituídas das demais. Assim, são qualificados como “casados e casadas” somente aqueles casais com vínculo formal, os demais vínculos qualificam os parceiros sob denominações que variam entre solteira/o, amasiada/o e mais recentemente começam a ser registradas também “uniões estáveis” (nenhuma ocorrência no *corpus*). Assim, o estado civil dos 22 casais do *corpus* é assim dividido, casados (09), amasiados (05) e solteiros (08), prevalecem, portanto, as uniões informais. A mãe

Violência contra a mulher: rompendo o silêncio e a invisibilidade

agredida pelo filho é casada e ele solteiro, são também solteiras as duas garotas agredidas pelos pais, uma delas grávida (não há indicação de conjugalidade com nenhum parceiro na qualificação dessa garota).

O levantamento sobre o “tempo de convivência” nos permite observar que a violência abarca tanto os “recém casados”, quanto os casais que convivem há muitos anos. Foram identificados oito casais envolvidos com violência que estavam juntos entre 08 meses e 03 anos; quatro casais entre 04 e 09 anos; quatro entre 15 e 22 anos; um casal estava junto há 30 anos e outro há 37 anos, sobre quatro casais não pudemos aferir o tempo de convivência.

Os tipos de agressão mais comuns

A Lei Maria da Penha reconhece cinco categorias de violência contra a mulher assim classificadas: física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. Nesta seção, apresentamos os tipos de agressão conforme são enquadrados na Lei, mas incluímos uma subdivisão de violência física, uma vez que esta, além de apresentar maior número de denúncias, implica em uma variação de gravidade entre a que não deixa marcas, como tapas e empurrões até as que provocam lesões graves com uso inclusive de armas. A seguir, dispomos os dados sobre cada um desses tipos de violência e os ilustramos com alguns recortes *ipsi literis* feitos a partir de um dos campos do gênero Denúncia.

Violência física

Violência física é considerada como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher. Embora essa definição privilegie a noção de corpo, como referencial do físico, Izumino (2004) adotou 4 categorias que subdivide essa agressão de acordo com sua gra-

vidade e os recursos corporais ou instrumentais utilizados. Adotamos, aqui, a classificação da autora sob a qual agrupamos os relatos. As definições e respectivos exemplos são expostos a seguir:

a) Vias de fato

Configura uma briga em si, com contato entre os corpos, mas sem lesão (Art. 21 da Lei de Contravenções Penais, Decreto-Lei nº 3.688/41). São os casos de tapas, empurrões, puxões de cabelo, etc. que não provocam machucados.

Ato contínuo, o denunciado levantou-se e **desferiu um tapa contra o rosto da ofendida**. Surpresa com a reação, a vítima questionou tal atitude, momento em que **novamente foi agredida com um tapa e alguns chutes**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.014.705.57).

Na oportunidade, sem qualquer motivo aparente, **começou a agredir a vítima com puxões de cabelo** e a afirmar que iria matá-la, ameaçando-a. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.027.736.26).

b) Agressão nua ou espancamento

É aquela em que o agressor usa partes de seu corpo para atingir a integridade física da mulher, provocando-lhe lesões em consequência de murros, socos, pontapés, mordidas, cabeçadas, estrangulamento etc. Na pesquisa esse tipo de agressão se revelou a mais recorrente, sendo identificada em 13 processos:

É verdade ainda que no decorrer deste período em que viveram unidos estavelmente, a vítima sofreu agressões físicas, **qual sejam socos**, colocando em risco a sua própria vida. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.012.640.94).

Violência contra a mulher: rompendo o silêncio e a invisibilidade

Ainda, naquela oportunidade, o denunciado não satisfeito apenas com as agressões verbais, foi de encontro à vítima, momento em que **lhe arremessou contra o chão, desferindo-lhe em seguida socos e tapas**, causando na vítima as lesões corporais descritas no relatório Médico de fls. 07. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2007.040.714.73).

Nervosa, **a ofendida empurrou o denunciado, instante em que ele começou a desferir murros contra a cabeça da vítima**, causando-lhe os ferimentos descritos no relatório Médico (fls.08). (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2007.043.487.42).

Ato contínuo, a ofendida pegou o celular para realizar uma ligação, momento em que foi **agredida com um soco**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2007. 049. 963. 70).

Nesse instante, o denunciado **segurou a vítima com força e começou a agredi-la. Causando-lhe lesões no ombro direito e na cabeça**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2007.049.966.55).

(...) e partir para cima da vítima com a intenção de agredi-la, **momento em que começou a enforcá-la**. (...) A vítima conseguiu se desvencilhar de seu companheiro por alguns instantes, no entanto, foi alcançada, **derrubada no chão e novamente agredida**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.003.731.40).

Segundo a peça evidenciada, no dia e horário acima mencionados, a vítima foi à antiga residência do casal para pegar algumas roupas de sua filha e, no momento em que estava no quintal da referida residência, **foi agarrada pelo denunciado, que a pegou pelo pescoço, usando as duas mãos, e a jogou contra a parede**. Em seguida, o denunciado **começou a desferir tapas e socos na face da vítima e também chutes por todo o seu corpo**, produzindo-lhe as lesões descritas no Laudo Pericial de fls. 23/25. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.026.821.67).

Segundo informações, o denunciado **mordeu os lábios da vítima, a jogou no chão e saiu arrastando-a pelos os braços**, causando-lhe por consequência, os ferimentos descritos no Relatório Médico (fls.24). (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.032.974.70).

Dai por diante, a ofendida passou a ser **agredida com empurrões, socos e uma série de tapas**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.014.708.91).

Tal atitude causou fúria ao denunciado que imediatamente **mordeu a mão direita da vítima**, lesionando-a. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.004.523.26).

No dia indicado em linhas pretéritas, o denunciado, ébrio, repentinamente e sem qualquer motivo aparente, deliberou em partir pra cima de XXXXX, **tentando enforcá-la**. (...) Diante do perigo, XXXXX começou a gritar por socorro, instante em que a filha do casal, a vítima YYYYY, com o intuito de ajudar sua mãe, **empurrou o denunciado, que em retaliação desferiu um soco na barriga da filha (grávida)**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.004.972.61).

Minutos depois, o denunciado partiu para cima da vítima e agrediu-a, **dando-lhe um empurrão, tendo a vítima batido suas costas na parede**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.022.673.48).

Ressoa dos autos que o denunciado cumpriu as ameaças e realmente **desferiu um tapa em sua genitora**, que imediatamente após o acontecimento, correu em direção a sua residência, tendo sido seguida pelo denunciado que **recomeçou as agressões, desferindo socos e pontapés contra ela**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.005.274.82).

c) Agressão instrumentalizada

Aquela em que o autor se utiliza de alguma arma, instrumento ou objeto para agredir a integridade física da mulher, incluem-se armas de fogo, armas brancas e uma enorme variedade de objetos que estiverem

Violência contra a mulher: rompendo o silêncio e a invisibilidade

à mão do agressor para golpear e ferir as mulheres. Identificamos quatro processos com essas características, um deles trata-se do homicídio em que a vítima foi o homem:

Alterados os ânimos, o denunciado se apossou de uma lata de ervilhas aberta e **começou a batê-la contra o braço esquerdo e testa da vítima**. Ressoa, ainda, que se utilizando da tampa da lata, **fez vários aranhões no corpo da ofendida (braços e testa)**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.014.708.08).

Nervosa, a ofendida **jogou um copo** contra o denunciado e este novamente foi em direção a ela com objetivo de atingi-la com a **garrafa**, no entanto, tal ação foi impedida pelo Sr. XXXXX, pai do imputando. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.004.523.26).

A vítima foi ao banheiro, momento em que o denunciado pediu para abrir a porta, pelo que não foi atendido. **Ao sair, a vítima começou a ser agredida pelo denunciado, que se armara de uma faca e começara a desferir vários golpes contra sua companheira**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.044.618.77).

Ressoa ainda dos autos, que no calor da discussão, a denunciada se dirigiu ao quarto para pegar uma toalha, **armou-se de um revólver calibre 32 e efetuou os disparos contra a vítima**, sem lhe dar qualquer chance de defesa. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.018.198.51).

d) Agressão mista

Aquela que mistura agressão nua e instrumentalizada. Em geral, as cenas de violência incorporam agressões tanto físicas como verbais, mas neste tópico, consideramos apenas as duas dimensões físicas citadas. Identificamos esse tipo de agressão em três processos:

Ressoa dos autos que o denunciado **apertou o pescoço da ofendida na tentativa de enforcá-la, desferiu socos contra a mesma e bateu com a cabeça contra parede**. Não bastasse tudo isso, ainda não satisfeito, **se apossou de um facão e continuou a agredir a vítima com o objeto**. Por fim, **arrastou-a pelos cabelos por cerca de quatro quarteirões, deferindo-lhe pontapés e socos**, ofendendo-lhe a dignidade com palavras ofensivas à sua reputação - “vagabunda prostituta”. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.010.903.20).

Em seguida, o denunciado **passou a desferir empurrões** contra a vítima, chegando, inclusive, **a pegar uma pedra com o intuito de atingi-la**, conduta esta que foi repelida pela própria **ofendida que se apossou de um pedaço de madeira e jogou contra o imputado**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2007.043.465.96).

Infere-se, outrossim, do caderno investigativo, que, durante o entrevero ocorrido entre o casal, o denunciado **apoderou-se de uma faca e desferiu um golpe contra a face da vítima, atingindo-a no olho esquerdo**. (...) No dia 08/12/2007 **empurrou a vítima, grávida, culminando lesões na região abdominal**. Posteriormente, incorreu nas práticas descritas inicialmente. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2007.051.532.10).

Violência psicológica

A Lei Maria da Penha estabelece que a violência psicológica é qualquer conduta que cause dano emocional à mulher e diminuição de sua auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Violência contra a mulher: rompendo o silêncio e a invisibilidade

Essa definição faz uma tênue fronteira com a violência moral que, segundo a Lei, é “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”. Todas chamadas de “crimes contra a honra”, essas definições são consideradas quase como sinônimos e todas podem causar os danos psicológicos mencionados. As diferenças, embora sutis, são definidas no Código Penal. Calúnia (art. 138) é acusar alguém publicamente de um crime, e difamação (art. 139), de um ato desonroso. Já a injúria (art. 140) é basicamente uma difamação dirigida diretamente a um sujeito que a considere prejudicial. Com base nesses significados, deixamos de fora do enquadre de violência psicológica todos os tipos de xingamento, que embora acionem uma dimensão psicológica, estão mais associados no discurso jurídico sob o conceito de injúria.

Assim delimitada, a violência psicológica foi identificada em nove processos. Fazemos aqui a ressalva de que alguns desses processos figuram também nas listas de outros tipos de violência, uma vez que, em geral, as cenas de agressão misturam tanto formas físicas como verbais. Feita essa consideração, apresentamos os relatos que registram o enquadre psicológico:

O denunciado, irresignado disse: **“é melhor você então mudar de Jaraguá, porque senão eu vou arrancar dente por dente da sua boca até você estrebuchar no chão”**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2007.043.462.51).

Consoante restou apurado, o denunciado, por duas vezes, consecutivas esteve no local, proferindo a seguinte frase a declarante, **“Ele iria comprar uma arma para matá-la e quem estivesse com ela”**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.012.640.94).

(...) o denunciado chegou a sua casa embriagado e **começou a ameaçar a vítima de morte**, batendo as tampas das painelas, chegando, inclusive, a empurrar sua esposa (...) Consta dos au-

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

tos que o denunciado proferiu as seguintes ameaças contra a vítima: **“eu vou matar você e vou matar o seu filho”**, asseverando, ainda que **“vai fuder”** sua esposa **“todinha”**, bem como que **“vai cortá-la com a faca de baixo para cima, começando pela vagina”**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.013.451.67).

Posteriormente, a vítima queria sair para participar das festividades do carnaval, oportunidade em que foi impedida pelo denunciado, que ligou o som em alto volume e começou a ofender a sua dignidade, afirmando que **“ela era muito safada e que mulher que nem ela tinha aos montes na rua”**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.014.708.91).

Não menos certo que, observando a presença da polícia, o denunciado finalizou com as agressões e ameaças dizendo **“lá em casa eu acabo com você”**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.032.974.70).

(...) o denunciado já chegou em tom ameaçador, proferindo à vítima a seguinte indagação; **“você vai ver agora o que eu vou fazer”**, **“vou ensinar a me fazer de palhaço”**. (...) já com um tom mais ameaçador e agressivo proferiu novamente a seguinte indagação; **“amanhã eu vou comprar um revólver e matar você e seu filho”**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo 2008.019.380.01).

No dia seguinte, mais uma vez embriagado, o denunciado passou a xingar a vítima YYYYY, dizendo: **“tá ouvindo sua vagabunda? Sua puta sua mãe está falando isso?”**. (...) Após o empurrão, o denunciado ainda disse à vítima YYYYY: **“Vou te dar um tiro na cabeça”**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo 2008.022.673.48).

É certo que, a princípio, houve certa resistência, no entanto, Maria foi ao encontro de seu filho e este começou a tecer ameaças dizendo que **“iria jogar o isqueiro e deferir um tapa”** na mesma. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.005.274.82).

Violência moral

A violência moral é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. Conforme esclarecemos no item “violência psicológica”, reservamos para este enquadre os tipos de xingamento, que embora acionem uma dimensão psicológica, estão mais associados, no discurso jurídico, aos elementos: ofensa, dignidade e decoro. Aqui, mais uma vez lembramos que os processos desta lista aparecem igualmente em outras, uma vez que a violência moral é, em geral, concomitante a outros tipos de agressão. Nossa lista inclui 10 referências:

Concomitantemente às agressões acima, o Denunciando ofendeu a dignidade da vítima, ao chamá-la de **“vagabunda, prostituta e puta”**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2007.051.532.10).

Não satisfeito, o denunciado passou a ofender a dignidade da vítima, afirmando que era uma **“vagabunda”**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.014.708.08).

No dia e local indicados em linhas pretéritas, o denunciado, chegou em casa ébrio, ofendendo a dignidade da vítima e afirmando que ela era uma **“vagabunda, puta, sem vergonha”**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo 2008.027.736.36).

Ressoa dos autos que, durante as agressões, o denunciando proferia xingamentos contra a vítima, chamado-a de **“puta, piranha e vagabunda”**. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.026.821.67).

Diante da negativa desta em atender ao pedido do denunciado, o mesmo primeiramente começou a ofender a honra da vítima, dizendo que a mesma era **“prostituta, vagabunda, bucetuda”**.(Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2007.040.714.73).

(...) afirmando que a vítima não fazia comida porque estava na rua com outros homens, que era uma **“puta e piranha”** e que

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE JARAGUÁ

iria matá-la. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2007.043.465.96).

(...) oportunidade em que o imputado começou a dizer que a ofendida era “**vagabunda, puta, piranha** e não passava de uma **prostituta**”, atitude esta que fez a mesma se retirar do local a fim de evitar desentendimentos. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2007.043.487.42).

(...) sem qualquer motivo aparente passou a ofender-lhe a dignidade, afirmando que era “**vadia, vagabunda, não prestava**”. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.004.523.26).

Ressoa, ainda dos autos, que por diversas vezes a vítima foi ameaçada e agredida pelo denunciado, além de ter dito que era uma “**vagabunda, piranha, puta, ordinária, sem vergonha**”, tudo porque não aceitava a separação do casal. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2007.036.850.28).

(...) ofendendo-lhe a dignidade com palavras ofensivas à sua reputação - “**vagabunda prostituta**”. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.010.903.20).

Violência patrimonial

A violência patrimonial é considerada como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

Esse tipo de agressão se expressou em quatro processos. Observa-se que o último recorte listado diz respeito, mais uma vez, ao caso da mulher que matou o marido. A Denúncia, peça essencialmente acusatória, menciona a violência patrimonial dirigida pela mulher contra seu companheiro, com um item avaliativo, o adjetivo “estranhas”. Essa avaliação, ausente nos demais exemplos, funciona como um recurso argu-

Violência contra a mulher: rompendo o silêncio e a invisibilidade

mentativo que corrobora para uma representação das atitudes da mulher como “estranha”, reforçando o perfil psicológico desviante que o Ministério Público parece querer associar à acusada. Seguem os recortes:

Novamente a ofendida saiu, sendo perseguida pelo denunciado que continuava a dizer asneiras, iniciando assim as agressões físicas, **jogando a bicicleta em que estava em cima da sua companheira por algumas vezes.** (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2007.043.487.42).

Desde a separação, o denunciado, irresignado com a situação, vem causando uma série de inoportunos à vítima, tendo em vista que **fica jogando pedras no telhado da residência da mesma, desligando o relógio de energia** e fazendo ameaças de morte. (...) o denunciado voltou a incomodar, só que dessa vez, além das peripécias, determinou em **arrombar a porta da casa (...).** (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.003.731.40).

(...) o denunciado foi até à residência da sua ex-companheira e **passou a jogar pedras sobre o telhado.** (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.014.705.57).

Tal situação foi descoberta pela denunciada que, a partir de então, começou a apresentar atitudes estranhas como **atear fogo nas roupas da vítima** e ameaçá-la. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.018.198.51).

Violência sexual

A violência sexual se traduz, na Lei Maria da Penha, como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

A Denúncia faz uma representação sucinta e introdutória sobre os conflitos com base no que pôde ser, segundo as noções próprias do Direito, apurado pelo confronto de informações colhidas no Inquérito Policial. Assim, encontramos menção à violência sexual em apenas uma Denúncia. Contudo, em alguns Termos de Declaração pode-se depreender essa dimensão, embora tanto vítimas e agressores não a exponham diretamente. Imaginamos que uma série de questões como constrangimento, acepções equivocadas quanto ao papel da mulher em “servir” seu companheiro, falta de esclarecimento etc., podem inibir o registro dessa violência.

De qualquer forma, só pudemos identificar uma única denúncia nesse sentido, e ela foi feita no contexto da historia da mulher que matou seu marido, considerada no processo, portanto, como a agressora e não a vítima. Nesse processo, a “agressora” alega em suas declarações que teria sido vítima de abusos sexuais de seu parceiro, que a constrangia com demandas e imposições de práticas sexuais que a ela agrediam. As práticas são descritas nos Termos de Declarações da Acusada como “sexo oral” e “sexo anal”. Na Denúncia é feita apenas uma alusão a “um comportamento sexual” de seu parceiro, conforme se vê no recorte:

De acordo com o noticiado, **a vítima passou a adotar um comportamento sexual que não agradava a denunciada**, sendo que muitas vezes dizia que iria procurar fora o que não tinha em casa. (Trecho retirado do gênero “Denúncia”, processo: 2008.018.198.51).

Os papéis desempenhados por homens e mulheres nas agressões

Uma vez que já expusemos os tipos de agressões perpetradas durante os conflitos, vamos, agora, abordar a questão com cuidado para não resvalarmos para uma perspectiva vitimista, na qual especialmente as mulheres são tratadas sob concepções de passividade e imobilismo. Nessa medida, tivemos a preocupação de observar as estratégias de representação que vítimas e agressores fazem do conflito, segundo os papéis que cada um toma para si nos relatos e como enxergam a atuação de seus companheiros e companheiras. Os resultados mostram que homens e mulheres praticam e conferem significado à violência de formas bem específicas e desproporcionais.

Os homens, em geral, engajam-se na violência de maneira ativa e contundente, por ofensas, ameaças, vias de fato e espancamentos que resultam nas cenas de barbaridade extrema, conforme se viu nos trechos das denúncias que disponibilizamos há pouco. As mulheres, por sua vez, engajam-se complexamente, usando chantagem, cobranças, desmoralizações, procuram atingir o ego do companheiro dizendo que ele “não é homem”, ou ainda, embora com menos frequência, chegam às vias de fato e até armam-se em situações de autodefesa. Essas performances reproduzem as desigualdades de poder presentes nas relações entre homens e mulheres, de forma que a violência empreendida por elas contra seus companheiros raramente atinge as proporções da que é perpetrada por eles contra as mesmas. A maior vulnerabilidade da mulher fica evidente nos laudos dos exames de corpo de delito, que expõem a extensão da violência marcada no corpo feminino. Como a violência física está sempre associada a uma violência simbólica, normalmente ainda maior, depreende-se que essas marcas denunciam apenas a di-

menção visível, reduzindo o alcance dos limites de sofrimento que devem ser bem maiores.

Também ficou evidente que homens e mulheres ao relatarem as cenas violentas, procuram diminuir sua ação agressiva e articulam uma narrativa de acusação do parceiro. As táticas das mulheres para destacar seu papel de vítima passiva são a omissão de suas ações agressivas nas cenas. Já os homens, além de omitirem sua violência, ainda negam sua responsabilidade pelas marcas impressas nos corpos das vítimas. Estes as acusam de terem elas próprias se machucado em momentos de descontrole ou alegam esquecimento, usando como justificativa, em geral, os efeitos provocados pelo uso de álcool, que ocasionam perda parcial ou total de memória.

Conforme procuramos demonstrar, embora a violência conjugal seja relacional e as mulheres também desempenhem um papel ativo dentro dela, fazem-no de forma que comunica sua posição rebaixada em uma estrutura social impregnada por valores machistas que elas próprias partilham. Nesse sentido todas as performances violentas elencadas no rol de agressões levantadas neste estudo são signos de uma linguagem coercitiva usada pelos casais na disputa do poder na relação. Uma linguagem que, embora seja partilhada tanto pelos homens como pelas mulheres, em última instância, acaba por resultar concretamente no cerceamento da liberdade feminina e em um maior sofrimento físico e psicológico das mulheres, em detrimento do exercício ativo e brutal dos desejos de uma masculinidade hegemônica.

O que pensam e como atuam os agentes públicos locais

As respostas para tais questões foram obtidas a partir do cruzamento de dados registrados nos documentos que compõem os processos

Violência contra a mulher: rompendo o silêncio e a invisibilidade

e algumas entrevistas feitas com dois juízes, uma promotora, um promotor, o então delegado e o comandante de polícia, à época da pesquisa. Dois aspectos se salientam neste encontro de dados: o primeiro diz respeito à forma como esses operadores representam a questão da violência de gênero e que posicionamentos alegam assumir na condução dos casos sob sua responsabilidade em suas entrevistas. O segundo aspecto diz respeito à forma como os processos são concretamente administrados por esses e outros operadores até seu encerramento, cujos desfechos mais comuns são o arquivamento ou a ¹suspensão condicional, ambos sem qualquer punição aos réus. Quando entrevistadas, as autoridades, em geral, vinculam em suas declarações algumas reivindicações próprias do movimento feminista em defesa dos direitos das mulheres. Mencionam medidas punitivas e defendem a criminalização da violência contra a mulher como solução para o problema. Também articulam um discurso de conscientização e libertação da mulher, enquanto sujeito autônomo e independente do homem, nos moldes próximos do discurso feminista. Porém, em certos momentos, essas autoridades, ao mesmo tempo se afastam dessa ideologia, quando então alegam que é dever da própria mulher livrar-se da situação de violência e, que a Justiça fica impedida de agir, posto que as vítimas retiram as queixas contra seus agressores. Essa retórica exime o encargo do judiciário nos casos de violência doméstica e responsabiliza as próprias mulheres, cobrando destas uma postura autônoma, postura esta que pressupõe uma suposta igualdade de direitos defendida pelo judiciário, mas que não reconhece as reais desigualdades de gênero. Esquecem, todavia, que a desigualda-

¹ A suspensão condicional do processo é um benefício ao acusado, proporcionando a suspensão do curso do processo, após o recebimento da denúncia, desde que o crime não tenha pena mínima superior a um ano, mediante o cumprimento de determinadas condições legais, com o fito de atingir a extinção da punibilidade, sem necessidade do julgamento do mérito propriamente dito.

de entre homens e mulheres é uma construção histórica que envolve não apenas a mulher “vítima” de violência, mas, o conjunto da sociedade, cujas instituições como escola, igreja, família reforçam cotidianamente um modelo de mulher submissa ao homem. Assim, mesmo que em momentos de desespero essas mulheres ousem contrariar convicções solidamente constituídas e se contrapõem às “determinações” de seus companheiros denunciando-os, passado o desespero causado pelas brigas e agressões elas voltam a pensar e a agir conforme suas crenças e valores, negando sua própria necessidade de liberdade e dignidade.

Por outro lado, se em entrevista o que se sobressai na atuação dos operadores é sua articulação retórica, nos processos, em que as autoridades atuam juridicamente com outros colegas, o que se destaca é uma ação bastante burocrática e menos discursivamente articulada a ideais igualitários ou feministas. Nos documentos processuais, especialmente nos Termos de audiência, onde são dadas as sentenças, é notória uma estrutura genérica padrão, cheia de campos pré-estabelecidos, preenchidos a exemplo de um formulário, e uma organização textual exígua, estereotipada. O que mais se salienta na maioria dos textos é uma forma protocolar, em que as histórias de violência são transformadas em uma representação conceitual, autônoma, como aspira o discurso jurídico, buscando ser isento de parcialidades, positivista, neutro e que acaba por desconectar a realidade jurídica da social, dentro de um processo eminentemente burocrático. Os trechos retirados de um Termo de Retratção, documento assinado pela vítima para encerrar o processo e extinguir a punibilidade do agressor, demonstram essas observações:

(Nome da vítima) vem em a presença de Vossa Excelência, na presente Ação Penal de nº 200704346596, dizer que RENUN-CIO ao direito de queixa em desfavor de (Nome do acusado), vez que, **somente fui à Delegacia de Polícia porque estava**

Violência contra a mulher: rompendo o silêncio e a invisibilidade

nervosa e cansada de ver o esposo chegando em casa bêbado e sem trabalhar. Contudo, atualmente, o mesmo passou por um tratamento de dependência química e alcoólica, passando a conviver comigo e com nossa família de uma maneira harmônica, sem desentendimentos, sendo que, inclusive, livrou-se das bebidas e das drogas.

Dessa forma, não tenho qualquer interesse na continuação do feito. Por ser verdadeiras as declarações acima mencionadas e por estar de acordo em RETRATAR-ME é que firmo o presente. (Trecho retirado do Termo de Retratação do processo: 2007.043.465.96)

Como é bem sabido, na Justiça, retratações são exigidas em casos de difamação e calúnia, em que o difamador vem a público para desmentir suas acusações indevidas contra alguém e pedir o seu perdão. É exatamente isso que o Termo de retratação faz concretamente, registra o arrependimento das vítimas, seu perdão aos agressores e, mais indiretamente, seu próprio pedido de perdão pelos constrangimentos resultantes da abertura dos processos. Tudo orquestrado por arranjos linguísticos que operam uma duvidosa distribuição de poder. Observa-se que no caso em questão, esses arranjos engendram uma narrativa de reabilitação do marido, com um tratamento de dependência química e alcoólica que, ao final, apresentado de forma maniqueísta, a exemplo das novelas e literatura de “auto ajuda”, em que o bem vence o mal, o marido livra-se das “bebidas e das drogas”, possibilitando, “inclusive”, o desfecho feliz, com a convivência conjugal e familiar “harmônica”, “sem desentendimentos”. É uma história totalmente inverossímil em Jaraguá (ou em qualquer outra cidade) onde a população não dispõe de serviços de saúde pública para enfrentar problemas dessa natureza.

Executado nesses moldes, os Termos de retratação, funcionalmente, operam uma confissão de culpa das mulheres, que assumem ter

agido sob descontrolo emocional ou irresponsavelmente, quando fazem as acusações e depois vem a público para se desculpar e anular as declarações anteriores. Nos mesmos moldes dos textos, o que se destaca na condução dos casos é a execução automática de regras e procedimentos modelos, como engrenagens de um grande sistema hierárquico que move o maquinário judicial e que justifica a atuação igualmente burocrática dos operadores na condução dos processos. É esse ângulo burocrático, portanto, que mais se destaca na pesquisa sobre a atuação e a mentalidade dos agentes legais que lidam com o problema da violência contra a mulher no contexto local. O próximo exemplo, acessado em um “Termo de audiência e suspensão”, dá mais evidências sobre tal constatação:

O juiz proferiu a seguinte decisão: O fato narrado na denúncia, em tese, configura crime, preenchendo a acusatória os requisitos legais. Recebo a denúncia.

Em seguida, o representante do Ministério Público verificou que o denunciado preenche os requisitos para obtenção do benefício da suspensão condicional do processo, previsto no artigo 89 da Lei nº 9.099/95. Desta forma foi formulada a proposta de suspensão condicional do processo ao acusado pelo prazo de 02 (dois) anos, mediante as seguintes condições: I – Não ausentar da Comarca, sem previa autorização desde Juízo por mais de 15 dias; II – Apresentar-se a esse juízo, mensalmente, para justificar e informar suas atividades. III – Não frequentar bares, boates, prostíbulos e casas de jogos. IV – Informar novo endereço, antecipadamente a este juízo, em caso de mudança. Como condição específica: Não se aproximar da ofendida.

O denunciado e seu advogado aceitaram as condições da proposta.

DESPACHO: aguarde-se o cumprimento. Certifique. NADA MAIS, E, para constar, lavrei este termo que vai devidamente assinado. (Termo de audiência do processo: 2008.026.821.67).

Violência contra a mulher: rompendo o silêncio e a invisibilidade

Neste caso, não houve a retratação da vítima nem o seu perdão ao acusado. Em geral, nos casos por nós analisados, isso ocorre, especialmente, quando as mulheres decidem deixar os maridos. Essa decisão representa grande perigo para elas, que ameaçadas de morte pelos agressores inconformados, muitas vezes precisam fugir para outras cidades e nem sequer podem comparecer às audiências finais. Nesses casos, observamos que há uma tendência do judiciário de ofertar aos réus o benefício chamado de “suspensão condicional” do processo, que era previsto pela Lei 9.099/95, mas que foi textualmente revogado pela Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha). Comparados esses casos com os que foram arquivados com a retratação das “ofendidas”, observa-se que a tendência geral de encerramento das demandas é, por um lado, o arquivamento a pedido das vítimas, ou, por outro, a suspensão, quando estas não se manifestam ou não se retratam.

Em ambas as situações não é imputada nenhuma pena ao agressor, pois, no primeiro caso, em geral, a punibilidade é automaticamente extinta com a retratação da vítima e, no segundo, fica pendente pelo período em que perdurar a suspensão, sendo igualmente extinta se, depois de cumprido o prazo decretado, não tenha o réu incorrido no delito de que foi acusado. Dessa forma, constata-se que, na realidade, o réu raramente é punido. Não obstante, o Termo de suspensão acima transcrito faz uma proibição explícita ao acusado de frequentar bares, prostíbulos e casas de jogos. Há implícita nessa sentença uma pressuposição de que essas práticas são atividades próprias do universo masculino. Todas elas apelam para a liberdade de comportamento e para o papel sexual ativo dos homens, mesmos os casados, que neste caso estão sendo cerceados, enquanto perdurarem os efeitos da suspensão do processo. Essas proibições parecem funcionar como uma espécie de punição alternativa ao acusado por ter agredido sua companheira.

Como a Lei Maria da Penha atende aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, devidamente aprovados pelo Congresso Nacional, fica a interrogação sobre em que medida essa forma de ação do judiciário contempla tais interesses.

Considerações Finais

A miséria e a insegurança fazem parte do cotidiano de um número significativo dos indivíduos na sociedade contemporânea. As guerras, os conflitos religiosos, o tráfico de drogas, de armas e de seres humanos, a violência doméstica etc, são exemplos claros de uma civilização cujo progresso não prescindiu da barbárie. Essa não é uma condição específica de gênero, de raça ou de classe, embora atinja preferencialmente segmentos considerados vulneráveis, tais como crianças, mulheres, quase sempre pobres e negras. Contrapondo-se ao dado da realidade que mostra a violência humana como um *desejo*, permanece presente até mesmo nos argumentos “oficiais” de autoridades como delegados, juizes e promotores, a concepção de que a violência praticada pelos seres humanos, em alguns casos, seria uma violência instintiva, irracional.

Costa (1984) procura nos mostrar a inconsistência deste argumento. Para o autor, mesmo nos casos em que a irracionalidade dá origem a violência, não se pode dizer que esta irracionalidade é instintivamente animal, posto que sua existência, nunca coincide com a ação puramente instintiva. Desse modo, é comum dizer-se que alguém cometeu uma violência agindo irracionalmente, por força da raiva, desespero etc. Nesta afirmativa, fica implícito que irracional é idêntico a “emocional”. Nesta equivalência entre violência, irracionalidade e descontrole emocional deduz-se que o emotivo é igual ao instintivo. Todavia, para o nosso au-

Violência contra a mulher: rompendo o silêncio e a invisibilidade

tor, o “emocional” não é um comportamento destituído de razão. Nessa pesquisa sobre a “invisibilidade da violência contra a mulher” nos deparamos constantemente com este argumento apresentado ora pelos próprios agressores, ora pelos operadores do direito, ora pelas próprias “vítimas” das agressões. Isso ocorre principalmente quando as mulheres assinam o Termo de Retratação, os quais articulam justificativas para as agressões dos homens pautadas em uma espécie de “descontrole emocional”, proveniente do uso de bebidas alcoólicas e outras drogas.

Ora, o indivíduo pode perfeitamente agir emocionalmente e com violência, sem que isto exclua a participação da razão. Na acepção usual do termo e não na definição científica, segundo Costa (1984), emocional não é o oposto de racional; é o oposto de indiferente, apático. A violência provocada pela emoção pode perfeitamente ser racional. Nessa pesquisa vimos como muitas vezes, o motivo imediato da violência não pode utilizar-se do alibi da irracionalidade do agressor, pois foi um ato premeditado, como no trágico caso de *Dnilda* e *Valdeilton*, este não havia usado drogas ou bebida alcoólica, não estava em meio a uma violenta briga, simplesmente ele precisou lidar com a recusa de *Dnilda* em se submeter aos seus desejos, e, recusa que seus valores, sua concepção de mundo e de macho não permitiram aceitar. Podemos, desse modo, compreender a violência como o emprego *desejado* da agressão, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional, no entanto, esses predicados não alteram a qualidade especificamente humana da violência, pois o animal não deseja, o animal necessita.

Tudo isso nos alerta para a condição não biológica da violência humana. Compreendendo-a como um *desejo* e não como uma agressividade desumana, não significa que precisamos nos resignar à idéia de que somos “todos violentos” ou que a violência está em todos nós.

A consequência social deste argumento nos tornaria conforme Arendt (1995), predispostos a fazer do comportamento violento uma reação “natural”, inevitável. A violência definida como agressividade e equiparada a um impulso instintivo termina por ser banalizada e essa banalização é uma forte aliada de sua perpetuação. Se nos Resignarmos à idéia de que somos “instintivamente violentos” poderíamos então, nos curvar a este destino, aceitando sua existência da mesma forma que aceitamos a certeza da morte. Assim, além da visibilidade sobre as diversas modalidades de agressões contra as mulheres que ocorrem cotidianamente no contexto doméstico, foi importante também, nesta pesquisa, apresentar uma perspectiva de análise que “desnaturaliza” a violência e colocam em discussão valores sobre a relação homem-mulher, valores “machistas” que contribuem decisivamente para a continuidade das práticas violentas entre os casais, cujo desfecho quase sempre representa danos morais e materiais para a mulher.

Um sofrimento cotidiano e repetitivo marca a vida das mulheres cujos processos foram analisados nessa pesquisa. A leitura das denúncias nos inquéritos policiais, nos Termos de retratação etc, nos faz perceber uma tensão constante entre ser mulher, mãe e mesmo assim, livrar-se do estigma de mulher submissa, amorosa, capaz de tudo suportar em nome da “família”, do amor aos filhos. A decisão de denunciar o companheiro não é simples. Ela pressupõe a luta contra valores que fizeram parte da socialização das mulheres desde muito cedo. A Lei Maria da Penha, nesse sentido é uma ferramenta importante, um símbolo da coragem de outras mulheres que ousaram romper com a cultura machista que pressupõe o poder do homem sobre a mulher. Mesmo assim, a lei por si só não é suficiente é preciso que a mulher seja “sujeito” de sua própria história.

Violência contra a mulher: rompendo o silêncio e a invisibilidade

REFERÊNCIAS

- AREDNDT, Hanna. *Da violência*. Trad. Maria Claudia Drummond. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1995.
- ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. Crimes da paixão: valores morais e normas de conduta na música popular brasileira. *ArtCultura*. Revista de História, Cultura e Arte da Universidade Federal de Uberlândia. v. 8 n. 13 jul-dez, , 2006. p. 151-162.
- COSTA. Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Rio de Janeiro). *Dossiê Mulher*, Série Estudos/ Volume 2, 4. ed., Rio de Janeiro: [s. n.], 2009. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br>. Acesso em Dezembro de 2010.
- IZUMINO, Wânia Pazinato. *Justiça e violência contra a mulher*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.



Este livro foi composto em Liberation Serif, corpo 11/13,2
Impresso pela Universidade Estadual de Goiás sobre papel off-set 75g/m²
BR-153 – Quadra Área – 75.001-970 – Anápolis-GO
www.ueg.br / Fone: (62) 3328-1153